

**PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM
DA SERRA DA MALCATA (PRGP SM)**

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ENTIDADES

Versão para Discussão Pública

4.ª Fase

2021/005

11 de novembro de 2022

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos, Paula Antunes e Carlos Rio Carvalho

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, João Pedro Carvalho, Sara Fernandes e Ana Queiroz do Vale

Promoção de processos participativos – Paula Antunes, Pedro Clemente e Rui Santos

Sistemas de Informação Geográfica – Ana Preto

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM SERRA DA MALCATA (PRGP SM)

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ENTIDADES Versão para Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

1	PONDERAÇÃO DOS PARECERES RECEBIDOS NO ÂMBITO DA CONSULTA DO RELATÓRIO DO PROGRAMA E DO RELATÓRIO AMBIENTAL ÀS ENTIDADES TERRITORIALMENTE COMPETENTES	1
1.1	IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES TERRITORIALMENTE COMPETENTES	1
1.2	ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS PARECERES	2
1.2.1	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)	2
1.2.2	Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)	3
1.2.3	Câmara Municipal do Sabugal	5
1.2.4	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	5
1.2.5	Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIBB)	6
1.2.6	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)	7
1.2.7	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	7

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AIGP	Área Integrada de Gestão da Paisagem
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA-ARH	Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica
CAE	Código de Atividade Económica
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CICES	Common International Classification of Ecosystem Services
CMG	Câmara Municipal da Guarda
CMP	Câmara Municipal de Penamacor
CMS	Câmara Municipal do Sabugal
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental
DA	Declaração Ambiental
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
ENT	Estratégia Nacional para Florestas
ERT	Turismo Centro de Portugal
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030
ENF2030	Estratégia Nacional das Florestas 2030
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FA	Fatores Ambientais
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FFP	Fundo Florestal Permanente
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ICNF-DCNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - Departamento de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
JF	Junta de Freguesia
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem

ONG	Organização Não Governamental
PAC	Política Agrícola Comum da União Europeia
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POA	Plano de Ordenamento de Albufeira
PORNSM	Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata
PRGP SM	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata
PROF CI	Programa Regional de Ordenamento Florestal Centro Interior
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PSRN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
RN2000	Rede Natura 2000
RNSM	Reserva Natural da Serra da Malcata
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRP	Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem
SAF	Sistema Agro-florestal
SARUP	Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SE	Serviços dos Ecossistemas
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SIG	Sistema de Informação Geográfica

UGP	Unidade de Gestão da Paisagem
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal

1 PONDERAÇÃO DOS PARECERES RECEBIDOS NO ÂMBITO DA CONSULTA DO RELATÓRIO DO PROGRAMA E DO RELATÓRIO AMBIENTAL ÀS ENTIDADES TERRITORIALMENTE COMPETENTES

1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES TERRITORIALMENTE COMPETENTES

Seguidamente são apresentadas as entidades indicadas para a emissão de parecer, identificando as que efetivamente o emitiram, bem como o sentido do mesmo.

Entidades Territorialmente Competentes	Emissão do Parecer	Sentido do Parecer
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)	✓ Emitido a 11/Jun/2022	Favorável condicionado
Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)	✓ Emitido a Jun/2022	Favorável condicionado
Câmara Municipal da Guarda (CMG)	× Parecer não emitido	-
Câmara Municipal de Penamacor (CMP)	× Parecer não emitido	-
Câmara Municipal do Sabugal (CMS)	✓ Emitido a 16/Mai/2022	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	✓ Emitido a 04/Mai/2022	Favorável
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIBB)	✓ Emitido a 02/Jun/2022	Favorável
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)	✓ Emitido a Jun/2022	Favorável
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	✓ Emitido a Mai/2022	Favorável condicionado
Turismo do Centro de Portugal (TCP)	× Parecer não emitido	-

1.2 ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS PARECERES

Seguidamente apresenta-se a análise dos pareceres emitidos pelas Entidades Territorialmente Competentes que contém recomendações diretas ou indiretas ao Relatório do Programa e ao Relatório Ambiental do mesmo, bem como aspetos a ponderar na Proposta do PRGP SM, indicando ainda a forma como os mesmos foram tidos em consideração.

1.2.1 Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	O relatório do programa identifica a oportunidade para a reconversão de áreas de pinheiro-bravo, por serem consideradas zonas com baixa aptidão, e que tal corresponde a 9,8% da área do PRGP, ou seja, sensivelmente 4000 hectares, para dois sistemas diferentes com sobreiro. Da leitura do documento não se extrai como se acautela a compensação aos proprietários, o que nos parece de primordial importância.	Os mecanismos de compensação aos proprietários dos terrenos localizados em áreas objeto de reconversão de pinheiro-bravo encontram-se contemplado na estimativa de custos para a transição da paisagem.
2	Os sistemas agro-silvopastoris são considerados de grande relevância territorial, mas ainda sem apresentação de soluções com resposta direta para o território. Propomos a criação de locais de descontinuidade chave e promover, nesses locais, a instalação de projetos agro-silvo-pastoris mistos (ovinos, caprinos suínos, bovinos e equinos), previamente estudados e desenhados relativamente à geolocalização, licenciados e implementados e entregues a exploração sob a forma de um projeto integrado para o território com potencial económico, ambiental e concomitantemente como peça ativa para o sistema de gestão integrado de fogos rurais. A proposta apresentada na página 111 é um bom princípio, mas ainda numa fase muito incipiente.	---
3	É relevante que os PRGP tenham em consideração o regime do fogo (a AGIF tem essa informação no seu sítio digital) da área em apreço, porque a programação de transformação da paisagem deve contribuir para um regime de fogo com incêndios menos severos. E, em linha com esta modificação de regime, sabendo-se que a propriedade é na sua grande maioria privada, o desenho das medidas e dos estímulos precisam considerar as expectativas dos proprietários (na existência patrimonial e na rentabilidade dos espaços) de tal modo que estes se mantenham como motores de desenvolvimento e transformação da paisagem rumo ao regime menos severo a que se aludiu neste parágrafo.	O desenho das propostas teve em consideração o regime de fogo, materializado num conjunto de indicadores extraídos a partir do Atlas de Áreas Ardidas, do registo de ocorrências do SGIF e de simulações de comportamento do fogo.
4	Parece-nos que seria ganhadora uma proposta de trabalho conjunto da pastorícia com a gastronomia e o turismo.	O PRGP SM contempla um conjunto de ações relevantes para os setores do turismo e pastorícia atendendo ao seu âmbito de intervenção.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
5	Entendemos que deve ser dado um maior impulso, para aproveitamento dos melhores solos e funcionar também como elemento de descontinuidade, a instalação de áreas agrícolas para produção, inclusive de espécies forrageira e de cereais.	Procura-se promover a descontinuidade através do apoio à manutenção de mosaico. A geração de áreas abertas decorre daí. O apoio ao investimento e à produção agrícola encontra-se bastante bem estruturado no âmbito da PAC
6	A remuneração dos proprietários e da atividade encontra-se muito assente na remuneração dos serviços de ecossistema que constituindo uma parte de suma importância não deve ser o todo. Parece-nos que se descarta a vertente associada especialmente à atividade agrícola/pecuária enquanto motor regional de revitalização económica de fixação, e eventualmente de atração, de pessoas.	Ver ponto 4. A área onde não se encontram completamente estabelecidos e acessíveis apoios é precisamente a dos serviços dos ecossistemas.
7	Notamos com agrado as referências de tentativa de compatibilização com o SGIFR, nomeadamente os PRA e PSA, mas que ainda se encontram em fase de elaboração pelo que deve ser mantida alguma flexibilidade na matriz de paisagem de forma que possa ocorrer uma verdadeira compatibilização dos diferentes instrumentos.	---
8	Face ao exposto, entendemos que estas nossas apreciações e preocupações constituem uma oportunidade de melhoria do PRGP SM não constituindo per si uma modificação significativa da estratégia constante no documento apresentado para apreciação. Não obstante, esta Agência cauciona a emissão de parecer positivo à incorporação da possibilidade de ajuste da matriz de paisagem após aprovação do respetivo PRA e do PSA.	---

1.2.2 Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	"As massas de água PT05TEJ0779I Rio Torto, PT05TEJ0751 Rio Zêzere, PT05TEJ0743 Ribeira da Gaia, PT05TEJ0764 Ribeira da Meimosa não têm expressão na área de interesse, embora sejam mencionadas na Figura 9 do Relatório do Programa. Note-se que esta figura apresenta a delimitação das bacias de drenagem das massas de água intercetadas pelo PRGP SM, mas em vez de mencionar o código da massa de água inclui um nº de ordem, propondo-se que este seja substituído pelo código da massa de água, no sentido de uma maior clarificação."	A figura será alterada por forma a substituir os referidos números de ordem pelos códigos de cada uma das massas de água correspondentes.
2	O PRGP SM propõe a utilização da albufeira da Meimosa (e também da albufeira do Sabugal) para desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, assim como a utilização das praias fluviais, o que obriga a	No Relatório do Programa e respetivo Sumário Executivo, serão consideradas estas diretrizes a incorporar no futuro Programa de Ordenamento da Albufeira da Meimosa.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar								
	contemplar o uso para recreio e lazer no futuro Programa de Ordenamento da Albufeira da Meimoa, e por outro ao arranque das diligências necessárias para a identificação das águas balneares nas praias fluviais cuja utilização para banhos se pretende promover.									
3	Monitorização e avaliação do PRGP SM	---								
3.1	Os indicadores propostos para a monitorização e avaliação do PRGP SM que constam do Quadro 8 – Monitorização e avaliação do PRGP SM do Sumário Executivo, não coincidem com os indicadores que constam do Quadro 28 – Indicadores, periodicidade e entidade responsável pelo acompanhamento e monitorização do Relatório do Programa.	Os indicadores propostos para a monitorização e avaliação do PRGP SM quer no Sumário Executivo, quer no Relatório do Programa, irão ser compatibilizados, atendendo à sua redação mais atualizada, do Sumário Executivo.								
3.2	Particularizando para a área estratégica Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas, área temática Regulação hidrológica e controlo de erosão apresentam-se no Quadro 1 os Indicadores que constam do Sumário Executivo e no Quadro 2 os indicadores que constam do Relatório do Programa, verificando-se que não coincidem.	Os indicadores propostos para a monitorização e avaliação do PRGP SM quer no Sumário Executivo, quer no Relatório do Programa, irão ser compatibilizados, atendendo à sua redação mais atualizada, do Sumário Executivo.								
	Quadro 1 Indicadores propostos na área dos Recursos hídricos que constam do Sumário Executivo. <table><tr><th>Área temática</th><th>Indicador</th></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Extensão de galerias ripícolas reabilitadas</td></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo</td></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Nº de ações de controlo de escoamento realizadas</td></tr></table>	Área temática	Indicador	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas reabilitadas	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Nº de ações de controlo de escoamento realizadas	---
Área temática	Indicador									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas reabilitadas									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Nº de ações de controlo de escoamento realizadas									
	Quadro 2 Indicadores propostos na área dos Recursos hídricos que constam do Relatório do Programa. <table><tr><th>Área temática</th><th>Indicador</th></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Extensão de galerias ripícolas restauradas</td></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas</td></tr><tr><td>Regulação hidrológica e controlo de erosão</td><td>Taxa anual de perda de solo</td></tr></table>	Área temática	Indicador	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas restauradas	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas	Regulação hidrológica e controlo de erosão	Taxa anual de perda de solo	---
Área temática	Indicador									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas restauradas									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas									
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Taxa anual de perda de solo									
3.3	Por outro lado, a informação apresentada relativamente a alguns dos indicadores é insuficiente. Por exemplo não está claro o que se entende por “ações de controlo de escoamento” ou o que se pretende com o Indicador “Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas”.	Os indicadores serão revistos.								
3.4	"Relativamente à Área temática Regulação hidrológica e controlo de erosão propõem-se os seguintes indicadores: •Extensão de galerias ripícolas restauradas/Reabilitadas •Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo •Taxa anual de perda de solo	Os indicadores serão adotados.								
3.5	Importa também referir que a informação relativa a cada dos indicadores propostos deve ser mais detalhada e incluir método de cálculo, unidade e metas.	Sempre que possível, serão incluídos método de cálculo, unidade e metas.								

1.2.3 Câmara Municipal do Sabugal

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	"Face ao exposto considera o Município do Sabugal que o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) apresentado bem com o as peças que o acompanham está em linha com a estratégia do Município em termos de ordenamento florestal e gestão da paisagem do território em apreço assim como na estruturação resiliente do território em termos de defesa contra incêndios. Pelos especto apresentado é pretensão da Camara Municipal pronunciar-se favoravelmente."	---

1.2.4 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	Cartografia das peças gráficas	---
1.1	Refere-se, no entanto, que deve constar igualmente a referência ao sistema de georreferência utilizado nos termos do ponto 1 do artigo 3.º-A do referido diploma [DL n.º 193/95 de 28 de julho alterado pelo DL n.º 130/2019 de 30 de agosto]	As peças desenhadas serão corrigidas no sentido de incluir a referência ao sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89.
2	Relatório do Programa	---
2.1	"Contudo, na Parte IV, no que respeita ao enquadramento nos IGT em vigor e identificação das incompatibilidades nos mesmos, pese embora se observe que, genericamente, é verificada a compatibilidade da proposta do PRGP SM com os PDM dos concelhos da Guarda, Penamacor e Sabugal, no caso da Reserva Ecológica Nacional, apenas é efetuada a compatibilização, nos termos do descrito no Anexo II do Regime Jurídico da REN, considerando unicamente as categorias do Item III dos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, sem a indicação das tipologias da REN afetadas"	"Para a identificação das referidas incompatibilidades foi adotada uma metodologia que permitisse uma análise à REN dos três concelhos integrantes, considerando o tipo de informação disponível (raster) e as diferenças das nomenclaturas das categorias da REN entre as várias cartas devido aos diferentes períodos de publicação/atualização. A proposta preconizada no PRGP SM considerou a cartografia da REN enquanto elemento de base. A análise entre as categorias de REN em presença e a multiplicidade de usos de solo e ações decorrentes desses usos que poderão vir a ocorrer ao longo do período de implementação do PRGP SM, poderá ser acompanhada/monitorizada através dos indicadores previstos no programa de seguimento da AAE."
2.2	Porém, entende-se que se deveria proceder à conformidade da proposta do PRGP SM com a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em vigor dos referidos concelhos.	

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
3	Relatório Ambiental no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica	---
3.1	No entanto, no modo de operacionalização das medidas e metas constantes do Programa de Acompanhamento, questiona-se qual o valor de referência (q.e., face ao ano de....) na Meta a atingir “Diminuição em 75% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 500 ha”, quanto ao critério “Fogos Rurais” no FCD 1 Resiliência ao fogo (Quadro 40).	A situação de referência para a operacionalização das medidas e metas constantes do Programa de Acompanhamento corresponde ao ano de 2022. No Programa de Seguimento será acrescentado o “Cálculo de indicadores à situação de referência (2022)”.
3.2	No que concerne ao FCD 2 Valorização do território (Quadro 41), devem considerar a CCDR Centro como Entidade Parceira na monitorização das metas a atingir com a sua implementação, nomeadamente, no critério “Dinâmica Socioeconómica”.	O valor de referência para Meta a atingir “Diminuição em 75% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 500 ha”, corresponde a 34,46 % da área do PRGP SM afetada por fogos superiores a 500 ha (o valor de referência é 19.743 ha de área ardida por fogos superiores a 500 ha, registados no período 2011-2020).
3.3	O presente RA da proposta do PRGP SM dá cumprimento aos requisitos estabelecidos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, na sua atual redação, devendo, no entanto, atender às recomendações acima indicadas aquando da elaboração do RA final.	---
4	Conclusão	---
4.1	Pelo exposto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, considera que a proposta do PRGP SM se encontra em condições de ter o devido seguimento, devendo ser atendidas as reservas referidas nos pontos 3, 5 e 8 do presente parecer.	Pontos referidos serão alterados.

1.2.5 Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIBB)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, considera que a proposta do PRGP SM reúne as condições para que emita parecer favorável, tendo em conta que o PRGP está em conformidade com os planos e programas especiais e sectoriais em vigor aplicáveis na sua área de intervenção e está alinhada com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.	---

1.2.6 Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	Por outro lado, dada a complexidade duma intervenção integrada na paisagem, quer no que se refere aos temas (florestas, sistemas agro-silvo-pastoris, valorização dos <i>serviços dos ecossistemas</i> , ...), <i>ações a implementar</i> , multiplicidade de fontes de financiamento (FEADER, PRR, FA, ...) e apoios técnicos especializados que deverão suportar o alcance desta ambiciosa mudança a operar no território, considera-se que o programa de execução e governança carece de melhor concretização para uma mais eficiente e eficaz operacionalização do PRGP SM. Assim, entende-se que deveria também ser proposto um desenho de estrutura multidisciplinar (entidades e serviços em concreto) de apoio às entidades locais gestoras já criadas ou a criar, para a necessária articulação de todos os intervenientes na implementação das ações.	O Programa de execução e governança será melhor concretizado para facilitar a operacionalização do PRGP SM.
2	Assim, relativamente aos documentos suprarreferidos, a DRAPC emite Parecer Favorável, com uma forte recomendação de incorporação de um plano de operacionalização e articulação mais detalhado.	---

1.2.7 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1	Sumário Executivo	---
1.1	<i>Página 4: Nas "outras áreas e corredores de conectividade ecológica" deveria também ser incluída a PTZPE0007 – Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata.</i>	Será incluído.
1.2	<i>Página 9: Relativamente ao ponto "a. Redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, incluindo melhorias sensíveis no médio prazo" tem-se a salientar o seguinte:</i>	---
1.2.1	<i>"Regimes do fogo e biodiversidade: respostas dos ecossistemas e alternativas de gestão" (Paul H. Zedler e Francisco Castro Rego in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal):</i>	---
1.2.1.1	<i>"Há evidência de que em muitas paisagens o fogo é um elemento necessário para manter a biodiversidade, mas que a pode colocar em risco quando ocorre fora dos padrões históricos e quando facilita a dominância de</i>	Concordamos com os autores. Há evidências claras sobre a expansão de invasoras, particularmente na sequência de grandes incêndios e com maior homogeneidade das classes de maior severidade. Os

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	<i>espécies exóticas invasoras.”.</i>	Planos de Fogo Controlado consideram esta ameaça na sua elaboração. Por outro lado, há exóticas que sendo espécies altamente favorecidas pelo fogo, podem ser erradicadas através de um plano de fogo controlado devidamente orientado para esse objetivo. É o caso da <i>Hakea sericea</i> , que tem um banco de sementes aéreo, protegidas por uma cápsula de elevada espessura que abre após a morte da planta. Como tem sementes aladas, aconselha-se primeiro um corte para que as cápsulas abram o mais próximo do solo. Os indivíduos cortados permanecerão junto ao solo, que serão queimados após a germinação da nova geração de indivíduos, 12 a 18 meses depois do corte, após a germinação e antes da produção de novas sementes viáveis.
1.2.1.2	<i>“Os eventos dos últimos anos têm mostrado, muito claramente, que a supressão do fogo não consegue evitar incêndios catastróficos. Face a estes factos, o que importa não é maximizar a capacidade de suprimir os grandes incêndios, mas maximizar o investimento em práticas de gestão que preparem a paisagem para arder, causando o mínimo de perdas em vidas humanas e de impactes económicos e ecológicos, quando ocorrerem eventos extremos (ver também o capítulo de P. Fernandes neste volume).”</i>	No contexto geográfico português, com dispersão do edificado, não podemos eliminar como objetivo o aumento da capacidade de supressão e a criação de oportunidades de combate, ainda que prioritariamente as ações se fixem na diminuição da severidade do fogo, que tem uma relação com o comportamento do fogo. Alterar o comportamento potencial do fogo para que seja menos severo para os ecossistemas tem naturalmente reflexo na capacidade de supressão.
1.2.1.3	<i>“Muitas esperanças têm sido depositadas na prática de fogos controlados com o intuito de criar uma paisagem que reduza, de forma substancial, a probabilidade de incêndio. Existe, no entanto, uma grande limitação. Não é possível reduzir a probabilidade de incêndio para zero sem que se reduza o combustível também a zero. Deste modo, qualquer plano de gestão que vá no sentido de manter um coberto vegetal mais ou menos contínuo, irá ter sempre de considerar que sob condições muito severas um fogo pode evoluir ao ponto de constituir uma conflagração regional. Isto não sugere, de modo algum, que não se deva recorrer à prática de fogos controlados, mas sim que em vez de se ter a expectativa de eliminar a ocorrência de incêndios de grandes proporções, os fogos controlados deviam ser usados de modo a tornar as paisagens mais resilientes à inevitável ocorrência de fogos. Este é um caso especial da proposta para se seleccionarem abordagens de gestão que procurem maximizar mais a resiliência do sistema, que minimizar a probabilidade de catástrofes (Holling & Meffe, 1996). Isto pode ser designado por abordagem de “preparação para o fogo.”.</i>	Os fogos controlados e os fogos de gestão não têm como objetivo reduzir a probabilidade de incêndio, mas sim diminuir a severidade do fogo nos ecossistemas.
1.2.1.4	<i>“Considerar os “danos colaterais” que se encontram associados a várias abordagens de gestão e, especialmente, da gestão do fogo. É necessário criar zonas de gestão de combustíveis ou corta-fogos e monitorizá-los de modo a garantir que não funcionam como reservatórios de espécies invasoras, que se podem expandir a seguir a fogos grandes e intensos (ver também o capítulo de Pinho et al. neste volume).”.</i>	Concordamos, e as nossas propostas não contradizem este princípio.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1.2.2	<i>“Silvicultura Preventiva e Gestão de Combustíveis: Opções e Optimização” (Paulo A. M. Fernandes in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal):</i>	---
1.2.2.1	<i>“A aplicação de herbicidas é eficiente na erradicação da vegetação do sub-bosque, embora não ofereça protecção imediata (Brose & Wade, 2002) e possa aumentar temporariamente a combustibilidade ao transformar biomassa viva em morta (Fernandes et al., 2000a). Este efeito pode também ocorrer após o corte de mato com motoroçadora sem remoção, dependendo do grau de compactação induzido pelo tratamento (Fernandes et al., 2000a). Do pastoreio resulta um impacto selectivo e disperso (Valette et al., 1992), cuja magnitude depende do encabeçamento aplicado (Tsiouvaras et al., 1989), e que combina o consumo de biomassa com um efeito de compactação.”.</i>	Também concordamos, e as propostas efetuadas em nada limitam o uso de outras técnicas de gestão de combustíveis (embora com custo-benefício menos atrativo, até porque a maioria requer tratamentos complementares). A especificação do fogo controlado e dos fogos de gestão em algumas áreas porque os primeiros requerem a elaboração de Planos de Fogo Controlados e Planos Operacionais de Queima com definição de prescrições ajustadas aos objetivos das queimas, e porque a operacionalização dos fogos de gestão exige a sua publicação das áreas onde poderá ser considerada esta classificação nos Planos Regionais de Ação.
1.2.2.2	<i>“Que benefícios se devem então esperar da gestão de combustíveis? Simplesmente assumir que uma área convenientemente defendida ou tratada, ou seja, de acordo com uma prescrição tecnicamente fundamentada, aumentará as opções de combate ao incêndio (Omi & Martinson, 2002a) e tornará efectiva a tática de supressão utilizada (Finney & Cohen, 2003). Este desfecho é fruto da redução da intensidade do fogo para níveis compatíveis com um combate eficiente. Dependendo da(s) espécie(s) dominante(s) e das suas características de resistência passiva e(ou) resposta ao fogo, a diminuição da intensidade do incêndio poderá viabilizar a persistência da floresta. Em condições extremas de propagação do fogo a gestão de combustíveis pode não ter um reflexo na extensão da área ardida, mas seguramente mitigará os impactes ambientais, sociais e económicos dos incêndios nas áreas em que a vegetação for reduzida/modificada ou convertida.”.</i>	Foi também nesse sentido que privilegiámos as ações em mosaicos, complementares à Rede Primária.
1.2.2.3	<i>“Sistemas de apoio à decisão espacialmente explícitos permitem identificar as áreas onde os incêndios são mais prováveis e a forma como se poderão propagar, para então decidir sobre os níveis de redução do perigo e a forma de os alcançar (Sanchez-Guisandez et al., 2002). Simuladores do comportamento e expansão do fogo na paisagem, dos quais o FARSITE (Finney, 1998) merece destaque, dotam este processo de decisão de uma apreciável capacidade analítica, permitindo comparar alternativas de intervenção que diferem quanto ao(s) tratamento(s) e padrão espacial.”.</i>	Foi utilizada a última versão do Flammap.
1.2.2.4	<i>“A gestão de combustíveis deve incidir então em áreas estratégicas, procurando um compromisso entre a minimização da área intervencionada e a criação de padrões espaciais que dificultem a expansão de um incêndio e alterem o seu comportamento (Finney & Cohen, 2003).”.</i>	As propostas incidem em áreas estratégicas, privilegiando os mosaicos em complementaridade com a Rede Primária, previamente definida pelo ICNF.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1.2.2.5	<i>“Entretanto, e para a situação mais simples (alternância de dois “estados” de combustibilidade), é possível examinar o impacto que a intervenção numa determinada fracção do território tem na propagação de um incêndio (Finney, 2001; 2003). O autor considera que intervenções estratégicas em cerca de 20% da área total são satisfatórias, e salienta que seria necessário triplicar a área tratada para obter o mesmo efeito com padrões aleatórios, um resultado que não diverge da aplicação de modelos de percolação (Bever et al., 2004; Loehle, 2004).”.</i>	A definição dos mosaicos cuja definição resultou de múltiplas simulações sobre uma grelha regular de pontos potenciais de ignição permite reduzir o efeito de potenciais padrões aleatórios sem aumentar substancialmente a área a interencionar especificamente para reduzir a continuidade horizontal e vertical dos complexos-combustíveis e aumentar a heterogeneidade espacial da sua distribuição.
1.2.2.6	<i>“O estabelecimento de faixas corta-fogo deve igualmente reger-se por princípios estratégicos (Graham et al., 2004). A presença de barreiras naturais ou artificiais, a existência de acessos, os terrenos relativamente planos em situação de cumeada, e as formações florestais com árvores de porte razoável são favoráveis à instalação prioritária (Weatherspoon & Skinner, 1996).”.</i>	Estes elementos foram considerados por nós na definição dos mosaicos, tal como foram considerados por quem definiu a Rede Primária de FGC de acordo com os princípios pré-estabelecidos e maturados desde os trabalhos das extintas Comissões Regionais de Reflorestação e do Conselho Nacional de Reflorestação criados na sequência dos grandes fogos de 2003.
1.2.2.7	<i>“Em alternativa a um tratamento espacialmente mais exaustivo, uma rede de corta-fogos é teoricamente compensatória comparativamente a intervenções aleatórias em área e que cubram igual proporção da paisagem: a ocupação de 10% da área total traduz-se numa redução da área ardida 12 vezes superior (Loehle, 2004). As limitações da estratégia de isolamento que anteriormente referimos tornam esta estimativa muito optimista, sendo então recomendável que as redes de corta-fogos se utilizem como base para a expansão gradual em área das intervenções de redução/modificação do combustível (Agee et al., 2000; Weatherspoon & Skinner, 1996).”.</i>	Concordamos na generalidade, mas sabe-se que o efeito passivo das estruturas lineares é praticamente nulo (Oliveira et al., 2016), e que a sua eficácia depende do comportamento do fogo na proximidade. Foi também no sentido de aumentar a sua eficácia que definimos os mosaicos, considerando o potencial de expansão a partir de cada ponto da grelha de ignições fictícias.
1.2.3	Página 11: Relativamente à frase <i>“A gestão de combustível e a manutenção do mosaico de habitats estão também associadas à promoção do regime silvo-pastoril, (...)”</i> chama-se a atenção para o referido no trabalho de Aguiar, C. & Pinto, B., 2007. Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In Silva, J. Sande Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum. Lisboa: Jornal Público, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Protecção da Natureza, concretamente:	---
1.2.3.1	<i>“A pastorícia de percurso com fogo foi a causa maior do retrocesso do coberto florestal herdado da primeira metade do Holocénico no território continental português. Como escrevia Vieira Natividade, “a floresta é o refúgio dos animais selvagens que dizimavam rebanhos ou destruíam culturas”. A floresta é também um habitat onde o controlo do gado em pastoreio é difícil e a produtividade e a palatabilidade das plantas que servem de alimento aos animais domésticos é baixa. As plantas mais nutritivas e apetecidas pelos animais precisam de sol, são heliófilas, e por essa razão dificilmente convivem com as árvores. Na gestão neolítica da vegetação para o pastoreio, o fogo</i>	O sistema silvo-pastoril que propomos é um sistema de copado aberto, mais próximo dos montados, mas com carvalho-negral. Propomos o uso de fogo nas intervenções iniciais para permitir a entrada dos ruminantes. O efeito destes dependerá do encabeçamento possível/desejável para cumprir os objetivos.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	consumia as árvores e os arbustos, abria clareiras propícias à vegetação pratense e as cinzas das plantas calcinadas serviam de fertilizante. A herbivoria dos animais domésticos estabilizava a vegetação herbácea vivaz e atrasava a restauração dos arbustos e das árvores. No passado, como hoje, os herbívoros domésticos eram incapazes de travar o retorno e a dominância das plantas lenhosas. Por isso, o uso reiterado [do] fogo, em ciclos de recorrência cada vez mais curtos, tornou-se inevitável.”.	
1.2.3.2	“A pastorícia com fogo foi o grande instrumento de “domesticação” das florestas. Mais de 7500 anos de fogo reiterado e de herbivoria, num território de clima mediterrânico, com uma estação seca superior a dois meses, de relevo movimentado (11% do território continental português situa-se acima dos 700 m de altitude) e de solos delgados e pouco férteis, derivados de rochas ácidas pobres em nutrientes, tiveram um efeito devastador nos bosques.”.	Hoje sabe-se que muitos desses bosques eram abertos, com densidades arbóreas variáveis, e com apreciável número de áreas sem árvores. O conhecimento que temos hoje em dia sobre o efeito do fogo e da herbivoria nos sistemas ecológicos, e sobre a ecologia, fenologia e fisiologia vegetal permitir-nos-á aumentar os benefícios das ações, diminuir os seus impactes negativos, e otimizar os trade-offs, desconsiderados pelos nossos ancestrais.
1.2.4	Página 12: Nas “Terras do lince” tem também de existir habitat adequado para esta espécie. Segundo o Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, que aprovou o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP 2015-2020), afirma-se que:	É precisamente o habitat do lince-ibérico que, na essência, a proposta de Programa pretende promover, através do conjunto de regimes de gestão e da proposta de alteração na ocupação do solo.
1.2.4.1	“Os principais fatores de ameaça que afetam a espécie são: - Perda e fragmentação do habitat; - Alterações permanentes do uso do solo; - Redução das populações de coelho -bravo; - Reduzida diversidade genética do lince-ibérico; - Vulnerabilidade do lince -ibérico a fatores estocásticos; - Desarticulação de algumas medidas de política com incidência territorial; - Perda de conectividade espacial da paisagem (p. e.: por infraestruturas); - Atropelamentos; - Práticas ilegais de captura e abate; - Patologias que afetam o lince-ibérico.”.	
1.2.4.2	“Os requisitos ecológicos do lince-ibérico podem resumir-se da seguinte forma: - O seu habitat potencial tem condições adequadas de alimento e água, disponíveis ao longo do ano, vegetação adequada para abrigo/reprodução e tranquilidade; - Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico; - Nos seus territórios, durante a época de reprodução, a densidade de coelho-bravo é superior a 2 indivíduos/ha; - A conectividade entre os diferentes núcleos é fundamental para a dinâmica da espécie.”.	É precisamente o habitat do lince-ibérico que, na essência, a proposta de Programa pretende promover, através do conjunto de regimes de gestão e da proposta de alteração na ocupação do solo.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1.2.4.3	“Os objetivos específicos a alcançar durante o período de implementação do PACLIP são: 1 — Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico; 2 — Conservar a população de lince-ibérico.”	
1.3	Página 21: Relativamente à diretriz de planeamento “Manter ou constituir áreas de mosaico de áreas abertas com florestas e matagais, gerido por animais em sistema rotacional de pastoreio de percurso, em conformidade com o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30 (estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 de 16 de junho) e assegurando a gestão da biomassa.” ver o referido sobre a herbivoria/o pastoreio acima.	A Proposta do PRGP SM traduz as orientações dos IGT (e.g. PROF) e outros documentos cujas orientações devem ser incorporadas no documento como é o caso da RCM referida. Conforme é desenvolvido na Proposta, a aplicação do regime silvopastoril obedece a uma formulação técnica específica das regiões onde é aplicado e ao necessário controlo e monitorização, sendo enquadrado pela legislação em vigor. As interpretações do impacto das atividades humanas na paisagem ao longo da história e da pré-história são importantes para a compreensão desses processos.
1.4	Página 22: Relativamente às “Diretrizes de Gestão” considera-se que deve ser acrescentada a seguinte diretriz “Promover as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico”.	Será incluída.
1.5	Página 24: Onde se lê “Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) da ZEC da Malcata” deve ler-se “Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) da ZEC da Malcata e da ZPE da Serra da Malcata”.	Será alterado.
1.6	Página 31: Onde se lê “Renaturalização com o lince-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;” deve ler-se “Conservação das condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico e renaturalização deste ecossistema com o lince-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;”.	Será alterado.
1.7	Página 31: Tendo em atenção o referido na ficha do lince-ibérico do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (“Em épocas e regiões de menor abundância de coelho, esta presa é secundada por outras como roedores, cervídeos, anatídeos e lebre (Beltrán & Delibe, 1991, Castro 1992, Sarmiento et al. 1997).”) a ação “Aumento da população de corço tendo em vista a alimentação do lobo-ibérico;” também deverá beneficiar o lince-ibérico.	O problema endereçado pelo PRGP SM é o da gestão das populações de coelho-bravo porque, não obstante a diversidade de presas referidas no comentário, o lince-ibérico é fortemente especializado e dependente das populações de coelho-bravo.
1.8	Página 31: Onde se lê “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo e castanheiro);” deve ler-se “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo, sobreiro e castanheiro);”.	Será alterado.
1.9	Página 31: Relativamente à ação “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo e castanheiro);” chama-se a atenção para a	Será alterado.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	problemática da doença da tinta – causada pelos oomicetes <i>Phytophthora cinnamomi</i> (o mais frequente) e <i>Phytophthora cambivora</i> – e a necessidade de utilizar plantas resistentes a esta doença.	
1.10	Página 31: Onde se lê “ <i>Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvente de cursos de água de regime torrencial);</i> ” deve ler-se “ <i>Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvente de cursos de água de regime torrencial);</i> ”.	Será alterado.
1.11	<i>Página 31: Relativamente às ações “Reforço das galerias ripícolas sobretudo nas zonas montantes dos cursos de água, para garantir a estabilidade dos leitos e das margens e a proteção da rede hídrica aos riscos de poluição por químicos e/ou em resultado de incêndios rurais;” e “Promoção da continuidade das galerias ripícolas ao longo dos cursos de água e em particular junto a áreas agrícolas;” devem unicamente ser utilizadas espécies autóctones das linhas de água onde se pretendem realizar estes trabalhos. Chama-se igualmente a atenção para a problemática do grupo de oomicetos Phytophthora xalni que já afeta o amieiro na região Centro</i> (https://www.cabi.org/isc/datasheet/40948).	Será corrigida e completada a redação das ações referidas por forma a contemplar as recomendações em causa.
1.12	<i>Página 31: Onde se lê “Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras, implementando faixas vegetais de filtragem.”</i> deve ler-se “ <i>Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras, implementando faixas vegetais de filtragem à base de espécies autóctones.</i> ”.	Será alterado.
1.13	Página 32: Relativamente à «gestão de fogos rurais» gostaria de se chamar a atenção para o referido no prefácio de «Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção» (Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva)», concretamente: “ <i>Porém, se excluirmos os matos, as áreas que mais ardem são as de pinhal. Não ardem exactamente por serem pinho, mas porque ocupam zonas onde o clima, a topografia e o enquadramento humano, mais propiciam os grandes incêndios: por exemplo, as montanhas do Centro e Norte do país. (...) Mas a floresta portuguesa não se resume ao pinhal. Os montados, onde são economicamente viáveis, ardem menos, mercê de uma gestão mais cuidada e medidas preventivas. Já o declínio e o crescente abandono poderão vulnerabilizá-los. O eucaliptal, mesmo quando bem gerido, é muitas vezes pasto das chamas por estar rodeado de áreas mais susceptíveis aos incêndios, como os matos e os pinhais. Não vale a pena pensar que acabando a floresta de produção deixará de haver fogos. O que</i>	Concordamos na generalidade, e nada do que propomos contraria a ideia geral do prefácio. Contudo, para que a floresta de produção permaneça gerida, e em função disso menos suscetível e vulnerável aos incêndios rurais, é necessário que gere rendimento, caso contrário é pasto para chamas como refere o prefácio em relação aos matos e pinhais, e aos quais acrescentamos todos os povoamentos florestais abandonados (no caso dos eucaliptais seria, pelo menos parcialmente, resolvido com uma simples alínea na legislação florestal que exigisse a remoção ou desvitalização dos cepos após o último corte). Os montados geridos ardem menos porque têm menos carga de combustível na vegetação sob-coberto e porque se distribuem em grande medida por áreas planas, e a conjugação destes dois fatores permite maior sucesso dos meios de supressão. Discordamos relativamente às medidas preventivas que o prefácio refere relativamente a estes sistemas de uso do solo, que são efetivamente nulas uma vez que os fogos não orientam as medidas de gestão nestas áreas (são as políticas agrícolas que dirigem a orientação dos

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	mais arde é o mato: 60% da área ardida na última década do século XX e 44% da área ardida nos primeiros 5 anos do século XXI. Mesmo que inviabilizada a economia da floresta de produção, os incêndios rurais continuarão a ser uma ameaça ao <i>território povoado</i> .”.	proprietários e/ou gestores), e discordamos relativamente à gestão cuidada, quando estamos perante um sistema em declínio em função de opções de gestão incompatíveis com a resiliência das espécies distintivas do sistema (a intensidade de pastoreio excede muitas vezes a capacidade de carga local, persistem más práticas silvícolas, continuam a verificar-se ações de gestão com máquinas agrícolas sem respeito pelo sistema radicular).
1.14	Página 32: Relativamente à «re-introdução do lince-ibérico» gostaria de se chamar a atenção para o facto de ser necessário garantir a existência de habitat para esta espécie – porque não se consegue conservar uma espécie se não se conservar o seu habitat.	É precisamente o habitat do lince-ibérico que, na essência, a proposta de Programa pretende promover, através do conjunto de regimes de gestão e da proposta de alteração na ocupação do solo.
1.15	Página 32: Relativamente à «conservação de habitats protegidos» deve também ser acrescentada a PTZPE0007 – Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata.	Será acrescentada.
1.16	Página 32: Relativamente à «gestão do regime de fogo» salienta-se o referido na tese de mestrado de João Carlos Verde (2008) “ <i>Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal</i> ” afirma-se que “A ocorrência de um incêndio está condicionada, entre outros aspectos, à existência de combustível e, embora existam vários tipos de ocupação do solo capazes de manter um fogo activo, alguns são especialmente eficazes, apesar de não serem os mais presentes no país. As florestas de <i>folhosas (...)</i> são entre a ocupação do solo mais abundante, mas não se revelam tão favoráveis ao fogo quanto, por exemplo, as <i>pastagens naturais (...)</i> ou os <i>matos (...)</i> , apesar de estes terem menor representação espacial. Também as áreas classificadas como <i>rocha nua (...)</i> , de <i>vegetação esparsa (...)</i> ou <i>áreas áridas (...)</i> são bastante favoráveis ao fogo, apesar da pouca expressão territorial.”.	A composição florestal tem um efeito insignificante na extensão dos incêndios, como demonstrado por Fernandes et al. (2016). É a conectividade espacial, vertical e a pirodiversidade que limitam a extensão da área ardida por fogos individuais, aqueles que mais contribuem para o dano global anual provocado por incêndios rurais apesar da sua ínfima proporção no universo das ocorrências. Há casos muitos específicos de alteração do comportamento do fogo e da sua severidade em transições para folhosas, mas associados a posições topográficas específicas e não dominantes (e.g., auto-extinção num dos flancos do fogo de 2003 de Marmeleite, numa faixa de carvalho-de-Monchique, adjacente a um amial no fundo de um vale, perante progressão do fogo com vento e declive desfavoráveis). No entanto, estas evidências em grandes incêndios são raríssimas, como raras são as condições que propiciam o desenvolvimento destes sistemas em área suficiente para alterar o comportamento do fogo em situações meteorológicas desfavoráveis ao combate. Não convém esquecer que uma parte do contributo para essa assunção em torno das folhosas advém de povoamentos florestais de sobreiro e azinheira geridos em regime agro-silvo-pastoril cuja densidade excede o limiar usado no CORINE Land Cover usado pelo João Verde para serem classificados como sistemas agro-florestais e que são difíceis de mimetizar noutros pontos do país. Convém ainda salientar que na classe das folhosas desse mesmo dataset estão os povoamentos de eucalipto.
1.17	Página 32: Relativamente ao parágrafo «O PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho) prevê o uso de fogo controlado em 4 habitats (4030, 5330, 6220* e 6410), da ZEC da Malcata, e há conhecimento consolidado na aplicação desta técnica em povoamentos de pinheiro, sendo ainda aplicável em carvalhais. Esta complementaridade	Não é clara a intenção ou o objetivo pretendido com as citações seguintes e parecem ser contraditórias com o exposto posteriormente relativamente aos mesmos habitats.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	permitiria proteger de forma mais efetiva os valores ecológicos e económicos mais vulneráveis ao fogo ou a mudanças de regime que promovam a prevalência de fogos extremos, que removam o legado biológico necessário à resiliência dos ecossistemas.» é fundamental salientar o seguinte:	
1.17.1	<i>“Regimes do fogo e biodiversidade: respostas dos ecossistemas e alternativas de gestão” (Paul H. Zedler e Francisco Castro Rego in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal)”</i> :	
1.17.1.1	<i>“A biodiversidade é geralmente definida como abrangendo todos os níveis de variação biológica, desde o nível molecular até aos padrões espaciais observados numa paisagem ou a uma escala continental (Huston, 1994; Loreau et al., 2002). Neste texto usaremos uma definição mais restrita, baseada na riqueza e abundância relativa em espécies (e.g., Hubbell, 2001).”</i> .	
1.17.1.2	<i>“Uma vez que os incêndios de vegetação constituem perturbações tão profundas, as regiões propensas à ocorrência de fogos apresentam comunidades biológicas que evoluíram com o fogo ou que, pelo menos, são formadas por espécies já previamente adaptadas para sobreviver ao fogo e explorar as oportunidades ecológicas que aquele apresenta (e.g. Trabaud, 1982). Para os ecossistemas destas regiões, os fogos que se enquadrem nos valores históricos de recorrência temporal, intensidade, época e extensão, não se configuram como catástrofes biológicas, tal como o não serão as temperaturas gélidas do Inverno perante uma vegetação adaptada ao frio. Todavia, fogos cujas características não se enquadrem nos intervalos de valores históricos dos parâmetros de regime do fogo podem destabilizar sistemas historicamente resilientes1 ao fogo e, deste modo, gerarem efeitos negativos na biodiversidade (D’Antonio & Vitousek, 1992; Folke et al., 2004; Hobbs & Huenneke, 1992; Holling & Meffe, 1996; Zedler et al., 1983).”</i> .	Completamente de acordo, o que está proposto no PRGP SM não viola nenhum destes princípios, pelo contrário cimenta-os. O sucesso da supressão do fogo pode ter um efeito determinante nos habitats dominados por primo-colonizadoras, mas a severidade do fogo no período de verão e os ciclos demasiado curtos entre ocorrências noutras áreas excedem geralmente a resiliência dos sistemas ecológicos, espécies e comunidades. A complementaridade entre fogos controlados, fogos de gestão, permitem controlar dentro dos limiares de resiliência tanto o efeito da severidade do fogo como da recorrência, assim como aumentar a capacidade de resposta dos meios de supressão de modo a diminuir a transmissão do fogo para áreas densamente povoadas, com maior valor económico ou com menor resiliência ao fogo. As prescrições são definidas nos Planos de Fogo Controlado em função das características das comunidades e dos objetivos das ações que não têm que se restringir à redução da carga de combustível.
1.17.1.3	<i>“O número de espécies não é a única variável de interesse. Outro conjunto de problemas centra-se nas alterações no tipo ou fisionomia dos ecossistemas. Uma floresta e a vegetação herbácea que a venha a substituir, caso a primeira arda repetidas vezes, difeririam em muitos aspectos funcionais, mesmo que a biodiversidade de ambas não divergisse muito. Deste modo, sob um ponto de vista prático, o papel do fogo é importante quer no que diz respeito aos seus efeitos na biodiversidade, quer no controlo da abundância relativa dos diferentes tipos funcionais de plantas.”</i> .	

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
1.17.2	Franklin, J., Cromack Jr., K., Denison, W., McKee, A., Maser, C., Sedell, J., Swanson, F. & Juday, G. (1981). Ecological Characteristics of Old-Growth Douglas-Fir Forests. United States Department of Agriculture):	O que se propõe em termos da gestão do regime de fogo em nada viola os princípios conceptuais de Franklin et al. (1981).
1.17.2.1	<i>"Attributes of forest ecosystems are composition, function, and structure. Composition refers primarily to the array of plant and animal species present in an ecosystem. We also considered dominance an element of composition; that is, shifts in abundance as well as presence or absence of species. Function refers to how various ecological processes, such as production of organic matter and cycling of nutrients (through pathways and compartments), are accomplished and the rates at which they occur. It is well known that, as ecosystems develop or age, the relative size of various compartments, complexity of pathways, and transfer rates change (Odum 1971). Increased complexity in routing dead organic material (development of a system based on detritus) is one characteristic example of a functional change with succession. We considered types and rates of ecological processes as functional features of an ecosystem. Structure refers to the spatial arrangement of various components of the ecosystem, such as heights of various canopy levels and spacing of trees."</i>	
1.17.3	Fogo no Jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal. (Stephen J. Pyne in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção (Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva):	O fogo não é, neste contexto, introduzido ou removido. O fogo é usado para alterar o regime de fogo de modo a que permaneça o mais possível dentro do limiar de resiliência das comunidades e da capacidade de extinção.
1.17.3.1	<i>"O que escapa a esta perspectiva, contudo, é que o fogo não é exclusivamente uma ferramenta social mas também um processo ecológico. Numa paisagem, o processo de substituição do fogo livre por combustão circunscrita não se compara à substituição de uma vela por uma lâmpada. Assemelha-se mais ao desaparecimento de espécies ou à alteração do regime de chuvas. Os seus efeitos podem repercutir-se ao longo de toda a comunidade ecológica. O desaparecimento do fogo pode ser, do ponto de vista da ecologia, tão importante como a sua introdução."</i>	
1.18	Página 39: Relativamente ao objetivo estratégico <i>"Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas"</i> – e considerando a Linha de Ação (Temas e Ações relevantes) «reintrodução do lince-ibérico» considera-se que deve existir um indicador específico para esta Linha de Ação que contribua para a monitorização e avaliação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.	Encontra-se já previsto um índice relativo da abundância da população de coelho-bravo, o qual em conjunto com a informação sobre a estrutura do habitat indica a possibilidade da existência de uma população viável de lince-ibérico. Como os próprios comentários do ICNF especificam, o PRGP centra-se no habitat do lince-ibérico e nas condições que permitam a translocação de animais que possam vir a constituir uma meta-população na Área de Intervenção. O indicador sugerido poderia basear-se em eventuais censos da população de lince-ibérico a realizar. Contudo, a incerteza sobre este processo poderá recomendar o indicador de natureza qualitativa, de periodicidade anual " Estabelecimento de população de lince-ibérico na Área

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
		de Intervenção" - "não programada", "programada", "em curso".
1.19	Tendo em atenção o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP 2015-2020) – em que um dos objetivos específicos é <i>“Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico;”</i> e um dos requisitos ecológicos é <i>“Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico;”</i> – sugere-se como Indicador «Área de bosque mediterrâneo e matagal» (ha), Tipo “Output”, Periodicidade “Trienal”, Responsabilidade “Fórum Intersetorial”.	O indicador sugerido poderá ter como origem a COSSim, desde que especificado tendo em conta as classes do nível 3 desta carta (com período de atualização anual).
2	Relatório do Programa	
2.1	Verifica-se ao longo de todo o documento que a terminologia, conceitos e vocábulos utilizados não se coaduna com o comumente utilizado, neste sector, quer na praxis, quer na relação com outras entidades do SGIFR, ou vertida na legislação mais recente, e.g. "Cabeceiras" vs "Cumeadas".	São dois conceitos da geomorfologia/fisiografia não exclusivos. Não significam exatamente a mesma coisa.
2.2	No PRGP não é proposto um cronograma faseado de tarefas a cumprir até ao cenário intermédio 2030 e final 2050.	Na Proposta de PRGP SM é apresentado o Programa de Execução e Governança onde se estabelece a programação das ações previstas, respetiva estimativa de investimento, atores chave e fontes de financiamento, para a calendarização de 10 anos.
2.3	Para o cumprimento dos objetivos não é considerado a rede de defesa da floresta já instalada; A maior parte da estratégia passa por gestão de combustíveis da atual ocupação do solo, fomentada a silvo pastorícia em áreas de mosaico floresta-pastagem-mato, através de incentivos especificamente direcionados e 4776 ha de povoamentos de pinhal com baixa aptidão produtiva a serem convertidos em áreas de sobreiro ou SAF de sobreiro; O PRGP contempla o recurso à técnica de fogo controlado em cerca de 5% (2865 ha) do território.	Porque deverá ser considerado no cumprimento dos objetivos o que já está instalado? O que importa é fomentar a continuidade desse trabalho.
2.4	O PRGP SM identifica 3 serviços de ecossistemas no sentido lato - serviços de aprovisionamento, serviços de regulação e manutenção e serviços culturais. No quadro 8, não é referido o sequestro de carbono enquadrado, no serviço de regulação climática, posteriormente no documento.	Na nomenclatura CICES (https://cices.eu/resources/) a classe 2.2.6.2 aparece simplesmente com a designação de Regulação da composição química da atmosfera e oceanos, que foi a designação utilizada na Tabela 8. Incluiu-se a referência ao sequestro de carbono como exemplo para evitar dúvidas.
2.5	<i>Página 18: Onde se lê “Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens (ZPE)” deve ler-se “Zona de Proteção Especial (ZPE) da Serra da Malcata”.</i>	Será alterado.
2.6	<i>Página 18: Onde se lê “Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Malcata” deve ler-se “Zona Especial de Conservação (ZEC) da Malcata”.</i>	Será alterado.
2.7	Página 22: O Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata não é um Programa Sectorial mas um Plano Especial de Ordenamento do Território.	Será alterado.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
2.8	<i>Página 23: Onde se lê “Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação da Malcata (PTCON0004)” deve ler-se “Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação da Malcata (PTCON0004) e da “Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata (PTZPE0007)”.</i>	Será alterado.
2.9	Página 41: <i>Lynx pardinus</i> deve ser estrito em itálico.	Será alterado.
2.10	<i>Página 70: Onde se lê “Valorização a atividade pecuária (...)” deve ler-se Valorização da atividade pecuária (...)”.</i>	Será alterado.
2.11	<i>Página 71: Relativamente à ação “Renaturalização com o lince-ibérico, desenvolvendo programas estratégicos desta espécie-bandeira para a identidade ambiental e turística de toda a região;” volta-se a salientar que não se consegue conservar uma espécie se não se preservar o seu habitat.</i>	É precisamente o habitat do lince-ibérico que, na essência, a proposta de Programa pretende promover, através do conjunto de regimes de gestão e da proposta de alteração na ocupação do solo.
2.11.1	"Como referido no sítio da internet Half-Earth Project (https://www.half-earthproject.org/discover-half-earth/#why-half) “ <i>The crucial factor in the life and death of species is the amount of suitable habitat left to them. As defined by the theory of island biogeography, a change in area of a habitat results in a change in the sustainable number of species by approximately the fourth root. As reserves grow in size, the diversity of life surviving within them also grows. As reserves are reduced in area, the diversity within them declines to a mathematically predictable degree swiftly – often immediately and, for a large fraction, forever.</i>	---
2.11.2	Em face do exposto considera-se que “ <i>Renaturalização com o lince-ibérico, desenvolvendo programas estratégicos desta espécie-bandeira para a identidade ambiental e turística de toda a região;” deve ser substituído por “Conservação das condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico e renaturalização deste ecossistema com o lince-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;”.</i>	Será alterado.
2.12	<i>Página 71: Relativamente à ação “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata, apostando em espécies como o carvalho-negral, a azinheira, o amieiro ou o freixo, bem como o castanheiro;” chama-se a atenção para o seguinte:</i>	---
2.12.1	O castanheiro não é uma espécie nativa de Portugal Continental, parecendo ser, segundo a Flora Iberica (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf) originário dos Balcãs, da Ásia Menor e do Cáucaso.	"O texto será alterado nos documentos da Proposta do Programa. Chama-se à atenção para o conjunto de referências recentes abaixo indicadas, bem como referências nelas citadas, que apresentam evidência que aponta para o carácter autóctone de <i>Castanea sativa</i> na península ibérica, em linha com achados palinológicos da região da Serra do Gerês. Chama-se também à atenção para a definição do habitat 9260. Considera-se também que o carácter autóctone (ou não) do castanheiro não interfere no seu potencial papel nas

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
		opções de reordenamento e gestão da paisagem da Serra da Malcata. ***Aguiar, C. & Tereso, J.2021. Sistemática, distribuição, ecologia e história do castanheiro em Portugal. Brigantia. ISSN 0870-8339. 38-39, 1,2,3 e 4, p. 631-649 *** Gómez-Orellana, Ramil-Rego, P., Ferreira da Costa, J.& Muñoz Sobrino, C. (2021) Holocene environmental change on the Atlantic coast of NW Iberia as inferred from the Ponzos wetland sequence. Boreas, 50-4. p.1131-1145***"
2.12.2	É necessário acautelar a questão da doença da tinta causada por fungos do género <i>Phytophthora</i> – <i>Phytophthora cinnamomi</i> (mais frequentemente) e <i>Phytophthora cambivora</i> – e a necessidade de utilizar plantas resistentes a esta doença. <i>Phytophthora cinnamomi</i> é considerada pela Global invasive species database (http://www.iucngisd.org/gisd/speciesname/Phytophthora+cinnamomi) como uma das 100 piores espécies invasoras a nível mundial que ataca cerca de 900 espécies lenhosas (<i>"Phytophthora cinnamomi is one among the most destructive species of Phytophthora associated to the decline of forestry, ornamental and fruit species, as well as of some 900 other woody perennial plant species (Ferraris et al. 2004)."</i>), entre elas a azinheira e o sobreiro (<i>"A study (Moreira & Martins, 2005) undertaken during 1995-98, surveyed cork and holm oak stands in four different regions of Portugal (Trás-os-Montes, Alentejo, Ribatejo and Algarve) for the presence of P. cinnamomi. Tree decline severity, sudden death and site characteristics were assessed in varied conditions. Analysis of the survey results indicated: that 56% of surveyed flora were infected with the pathogen; the flora belonged mainly to the following families Ericaceae, Cistaceae and Leguminosae; recovery of the pathogen was more frequent in shallow soils; soils with low fertility and low mineral nutrient levels, particularly phosphorus, seemed to favour infection and sites facing south showed higher occurrence of P. cinnamomi, which was also more frequent in slopes and valleys than on hilltops."</i>).	A silvicultura a aplicar aos povoamentos de espécies suscetíveis às doenças causadas por <i>Phytophthora</i> sp. que venham a ser instalados, nomeadamente quanto às características das árvores a plantar, deverá adequar-se às condições (incluindo os riscos) em que os povoamentos vão desenvolver-se. Trata-se de uma questão básica do âmbito do projeto e da gestão florestal, podendo ter alguma expressão até ao nível da elaboração dos respetivos PGF.
2.13	Página 72: Considerado que "infestante" é definida no sítio <i>Plantas Invasoras de Portugal</i> como "Espécie nativa ou exótica que não é desejada por interferir com objetivos determinados pelo Homem (sistemas agrícolas ou outros), causando geralmente prejuízos económicos." (https://www.invasoras.pt/pt/gloss%C3%A1rio/infestante) e "espécie invasora" é definida como "Espécie exótica, que se expande natural e rapidamente (sem a intervenção direta do Homem), frequentemente em habitats naturais ou semi-naturais, produzindo alterações significativas ao nível da composição, estrutura ou processos dos ecossistemas, chegando inclusivamente a eliminar outras espécies." deve acrescentar-se ao "Controlo das espécies	A redação será alterada.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	<i>infestantes;” as espécies invasoras, ou seja, onde se lê “Controlo das espécies infestantes;” deve ler-se “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras;”.</i>	
2.14	<i>Página 87: Onde se lê “RN2K” deve ler-se “RN2000”.</i>	Será alterado.
2.15	Página 109: Relativamente à utilização do fogo em carvalhais, bem como nos habitats para a qual a técnica é sugerida no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – 4030, 5330, 6220* e 6410 – chama-se a atenção para o referido nas fichas dos habitat:	Não se podem transferir observações que se referem a incêndios rurais para os fogos controlados ou de gestão (são duas opções distintas de gestão do fogo que se recomendam no PRGP SM), porque o seu regime, incluindo comportamento do fogo e os seus efeitos, são substancialmente diferentes. A resiliência das espécies e comunidades não é determinada pelo fator de perturbação per se, mas sim pelo seu regime.
2.15.1	<i>4030: “A extensa área de ocupação actual de alguns dos subtipos do habitat 4030 (4030pt2, 4030pt3 e 4030pt4) em Portugal deve-se à abundância de rochas ácidas, à precipitação elevada e, sobretudo, à imposição antrópica milenar de regimes de perturbação pelo fogo muito curtos que caracterizam uma boa parte do território português.”.</i>	Estes habitats podem tanto ser geridos com fogo controlado como constituir-se como candidatos para os mosaicos de fogos de gestão se a idade dos combustíveis for inferior à estipulada na metodologia estabelecida pelas entidades-chave do SGIFR, tal como Navarro et al. (2015) referem no capítulo “Maintaining Disturbance-Dependent Habitats” do livro “Rewilding European Landscapes”.
2.15.2	<i>5330: “Os matos altos, genericamente, estão associados a níveis de perturbação relativamente baixos porém sempre superiores aos exigidos pelos bosques. A persistência dos matos baixos calcícolas de Rosmarinetea (subtipo 5330pt7), pelo contrário, depende de níveis elevados de perturbação pelo fogo e pela herbivoria de mamíferos.”. Para os Piornais de Retama sphaerocarpa (habitat 5330pt2) o fogo é apontado como uma ameaça; para os Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos (habitat 5330pt5) refere-se que “Matagais densos dominados geralmente por carrasco [Quercus coccifera subsp. coccifera] constituídos maioritariamente por arbustos pirófilos paleo-mediterrânicos esclerófilos, adaptados a ciclos de recorrência de fogo não muito curtos [superiores aos matos baixos e inferiores aos bosques], com a capacidade de rebentar de toixa após perturbação (sprouters).”.</i>	Nesta ficha de habitats há menções ao fogo, mas sem uma única evidência ou referência que sustente tais afirmações. Defacto as espécies que compõem os matos baixos calcícolas de Rosmarinetea regeneram abundantemente no pós-fogo, particularmente as espécies dos géneros Teucrium, Thymus e Ulex (post-fire seeders). As espécies mencionadas na ficha podem ser observadas ao longo de todo o espectro do regime de perturbação, mas tendem a dominar em ambientes onde os fatores de perturbação conjugados com limitações ecológicas condicionam o desenvolvimento de outras comunidades vegetais (o fogo, combinado ou não como pastoreio, é ferramenta relevante para garantir a persistência destas comunidades, podendo, na ausência prolongada de incêndios rurais, necessitar de uso do fogo sob prescrições menos conservadoras daquelas que são usadas para os fogos controlados quando o objetivo é unicamente a redução de combustíveis). Relativamente aos piornais de Retama sphaerocarpa é curiosa a referência ao fogo como ameaça, considerando que esta espécie foi classificada por Pérez-Fernández & Rodríguez-Echeverría (2003) como “facultative sprouters with fire-stimulated germination”. A R. sphaerocarpa tem estratégias diferentes de propagação para diferentes regimes de perturbação: perante perturbações episódicas regenera preferencialmente por via vegetativa, enquanto a resposta a perturbações crónicas se faz pela produção de elevado número de sementes (e engrossamento dos troncos) (ver Gómez-Sal et al., 1999). As sementes têm tegumento duro, podendo necessitar de mecanismos para quebra da dormência (escarificação ou por contacto com uma fonte de calor) e dispersam-se essencialmente pelo vento (Fabião et al., 2014). A

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
		generalidade das espécies arbustivas que a acompanha este bioindicador distintivo deste habitat (Cytisus spp. e Cistus spp.) são espécies que regeneram abundantemente no pós-fogo. Também nas espécies dominantes dos arrelvados se podem mencionar feedbacks positivos com o fogo, como por exemplo a Stipa capensis (Naveh, 1975, destaca-a, utilizando a sinonímia Stipa tortilis). No que respeita aos carrascais, os trabalhos científicos focados na resposta pós-fogo nestes matagais são imensos, principalmente em França e na Grécia. Há trabalhos que evidenciaram perda de biomassa ou redução no ritmo de crescimento no carrasco quando afetados por incêndios rurais ou fogos experimentais com maior intensidade, mas também se refere a sua rápida recuperação ao fim de três ciclos vegetativos (ver Konstantinidis et al., 2005). Delitti et al. (2005) não detetaram diferenças na cobertura de garrigues de Q. coccifera ardidos com diferentes recorrências (entre 1 e 3 fogos em 16 anos) passados 3 anos e meio desde a última ocorrência. A maior riqueza foi encontrada nas áreas com fogo mais recorrente, particularmente de hemicriptófitos. O principal efeito negativo que observaram foi menor biomassa total e do tronco nas áreas com menor intervalo entre incêndios sucessivos. Não há referências a mortalidade excessiva ou anormal induzida pelo fogo (incêndios ou fogo controlado), mas há referências variações na produtividade em função da sazonalidade do fogo (Malanson & Trabaud, 1988; Konstantinidis et al., 2005). Embora muito do conhecimento sobre o comportamento pós-fogo nestas comunidades derive de incêndios rurais ou fogos experimentais, esta variação na sazonalidade pode eventualmente ser transferida para o planeamento dos fogos controlados. Face ao exposto não é exetável que o fogo controlado ou os fogos de gestão induzam danos nestas comunidades. As especificidades da sua aplicação ou gestão nos tipos de habitats aqui referidos devem ser consideradas Planos de Fogo Controlado e nos Planos Operacionais de Queima.
2.15.3	"6220: Para os Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas altas (habitat 6220pt3) e os Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (habitat 6220pt4) afirma-se que <i>"O efeito da perturbação pelo fogo depende, genericamente, da profundidade do solo:</i> - a perturbação pelo fogo é tanto mais favorável quanto mais profundo for o solo; - em solos delgados e/ou muito susceptíveis à erosão, os ciclos curtos de recorrência favorecem a sua <i>substituição por prados anuais (Helianthemetea)."</i>	Ao contrário de todos os outros habitats, não é claro de que "fogo" se refere a afirmação, se incêndios rurais se queimadas agrícolas. De qualquer das formas não o exclui, apenas o limita. De qualquer das formas o uso do fogo nestes arrelvados não terá sido sugerido no PSRN2000 com o fim específico da redução de combustíveis, mas sim como instrumento de conservação em situação de diminuição drástica do efetivo animal que o mantém. As limitações associadas com o solo devem ser consideradas no planeamento específico das ações que precedem a sua execução.
2.15.4	6410: Para os Junciais acidófilos de J. acutiflorus, J. conglomeratus e/ou Juncus effusus (habitat 6410pt2) salienta-se que <i>"(...) o fogo tem também um efeito favorável na redução do grau de cobertura das espécies arbustivas e arbóreas mas o impacte do seu uso a longo</i>	Não há muitos estudos focados neste tipo de habitats na Europa, mas tanto o Juncus effusus como o J. conglomeratus parecem não ser especialmente afetados pelo efeito cumulativo de fogos prescritos e pastoreio (Damgaard et al., 2013; Sonnier et al., 2020). O fogo

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	<i>prazo não está avaliado;</i> ”.	controlado nestes sistemas mesófilos parece ter efeito significativo sobre os combustíveis mortos, pouco afetando os combustíveis vivos (Sonnier et al., 2019), ao contrário do que poderá eventualmente suceder em consequência de incêndios rurais que se propaguem em condições meteorológicas favoráveis ao desenvolvimento de grandes incêndios. A incerteza por via da menor experiência remete para a necessidade de executar ações em regime experimental, em áreas mais pequenas, e de estabelecer um protocolo detalhado de monitorização.
2.15.5	<i>Carvalhais (habitat 9230): A área de ocupação está “(...) actualmente em expansão por efeito do abandono agrícola e dos fogos florestais em áreas de pinhal;”. Para os Carvalhais estremos de Quercus pyrenaica (habitat 9230pt2) afirma-se que “Os carvalhais estremos de Q. pyrenaica portugueses, devido ao efeito do fogo e a uma exploração secular para madeira e pasto, são invariavelmente pré-climáticos (...)”, sendo o fogo apontado como uma ameaça.</i>	Existem muitos estudos focados em diferentes aspetos da resposta pós-fogo do carvalho-negral e das comunidades vegetais a eles associados (ver, por exemplo, os trabalhos da Leonor Calvo). De acordo com Aguiar & Vila Viçosa (2017; in: The Vegetation of the Iberian Peninsula) “the frequent wild fires that cyclically affect the mountains of the study area don’t counteract the robust recuperation of Q. pyrenaica forests on abandoned”. Há de facto evidências da substituição de pinhal ardido por carvalhal de carvalho-negral, quando na vegetação sob-coberto há pelo menos uma densidade de 200 indivíduos por hectare (Torres et al., 2016; in: Forest shifts induced by fire and management legacies in a Pinus pinaster woodland). Os carvalhais caducifólios e marcescentes são, a seguir aos matos, as classes de ocupação do solo mais selecionadas pelo fogo, e a taxa de conversão floresta-matos em povoamentos estremos é muito elevada (34% segundo as estimativas de Fernandes & Guiomar, 2017). Nestes povoamentos a recorrência de incêndios está associada a reduções da altura dominante e da área basal. Os povoamentos estremos com mais baixa altura dominante e elevada continuidade vertical promovem comportamento do fogo extremo e com elevado consumo da biomassa disponível (elevada severidade). Nestas condições os povoamentos tenderão a fragmentar-se e a tornar-se progressivamente suscetíveis e vulneráveis a novas ocorrências. No entanto, não há evidências do mesmo efeito na sequência de fogos controlados. Ainda assim, nos mosaicos que definimos fora das áreas classificadas e nos quais identificámos legado biológico fundamental à recuperação destes povoamentos, considerámos o uso do fogo numa fase inicial do processo para permitir a entrada de ruminantes que permitam a gestão da vegetação sob-coberto, de modo a diminuir o potencial de propagação nestas áreas e em consequência a severidade do fogo e a recorrência de incêndios rurais que desafiem a resiliência global do sistema. A prescrição do fogo controlado (condições de queima e periodicidade) e o encabeçamento devem ser planeados de modo a permitir o crescimento das árvores em altura e o aumento do DAP. Nas condições atuais de regime de fogo e com a estrutura que os povoamentos apresentam, os fragmentos que ainda têm alguma conectividade espacial e capacidade de regeneração

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
		tornar-se-ão cada vez mais ilhas isoladas e tenderão a desaparecer (tal como se tem revelado nos povoamentos de carvalhos perenifólios em consequência de grandes incêndios, embora nestes o efeito cumulativo de diferentes perturbações não deva ser negligenciado; ver Guiomar et al., 2015). A continuidade temporal das ações que permitam alteração significativa na estrutura destes povoamentos tem que ter um custo-benefício comportável, e tal só se vislumbra possível pelas sinergias entre fogo e pastoreio.
2.16	<i>Página 113: Onde se lê “Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro” deve ler-se “Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.</i>	Será alterado.
2.17	Página 113: Considerando que se pretende a existência de uma população reprodutora, de onde é que provêm o valor de 15000 ha? Segundo o Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, que publica o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico (<i>Lynx pardinus</i>) em Portugal, “O lince-ibérico é uma espécie territorial predominantemente solitária e só durante a época de cio os adultos têm encontros mais longos. Como base de trabalho tem-se admitido uma área territorial para fêmeas de 6,25 km ² [625 ha], ocupando os machos uma área correspondente a 3 [18,75 km ² - 1875 ha] ou 4 [25,00 km ² - 2500 ha] territórios de fêmeas, sujeitas a flutuações em função da estação e das características do habitat, particularmente a abundância de coelho-bravo.”.	“A reintrodução do lince-ibérico depende da existência de áreas suficientemente extensas onde é garantido o habitat adequado, incluindo a densidade adequada da população de coelho-bravo. O documento que serviu de referência para avaliação e seleção de áreas de reintrodução do lince-ibérico em Portugal foi o “Protocolo de Seleção de Áreas de Reintrodução de Lince-Ibérico <i>Lynx Pardinus</i>”, produzido âmbito do projeto (LIFE10 NAT/ES/570 Recuperação da Distribuição histórica de Lince-ibérico (<i>Lynx pardinus</i>) em Espanha e Portugal) Life Iberlince (http://www.iberlince.eu/images/docs/3_InformesLIFE/ProtocoloSeleccionAreas_M.Iberlince.pdf) nele se estabelecendo uma área mínima de referência de 10 000 ha para a definição de áreas de reintrodução. Contudo, sempre foi prática desse mesmo projeto Life do qual resultou a reintrodução do lince-ibérico em Portugal, trabalhar as melhorias de habitat e a monitorização de coelho-bravo em unidades de 15 000 ha (24 vezes a dimensão estimada do território de uma fêmea territorial), razão pela qual se sugere esta dimensão mínima para permitir o início da translocação de animais.
2.17.1	Na ficha desta espécie constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 refere-se que a população reprodutora de Doñanaé constituída por 30-35 exemplares, dos quais 3-5 fêmeas são reprodutoras. Considerando que metade dos 30-35 exemplares são machos – 15 a 17 indivíduos – e os restantes são fêmeas – 15 a 18 indivíduos – isto implica 28125 ha (281,25 km ²) a 42500 ha (425 km ²) para os machos e mais 9375 ha (93,75 km ²) a 11250 ha (112,50 km ²) para as fêmeas.	Os territórios das fêmeas e dos machos não são disjuntos pelo que a soma das áreas apresentada no comentário resulta num erro por excesso. Tentando ilustrar com o mesmo exemplo, e tomando como exemplo os censos de 2020 para a população de Doñana (https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/temas/inventarios-nacionales/censodelinceiberico2020_tcm30-526750.pdf), constata-se que dos 85 animais da população 20 eram fêmeas territoriais, 14 juvenis, 11 outras fêmeas, 33 eram machos adultos e 7 animais a que não foi possível identificar o sexo). Assim, verifica-se que, considerando territórios disjuntos, conforme é feito no comentário, a área utilizada por estes animais teria de ser muito maior do que a área censada (cerca de 70 000 ha).

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
2.17.2	Chama-se igualmente a atenção para o seguinte: “O lince-ibérico utiliza preferencialmente estruturas em mosaico, seleccionando bosques, matagais e matos densos para abrigo e reprodução, alternando com biótopos abertos para captura de presas (Palomares et al. 1991). Um resultado comum a vários estudos é o facto do lince-ibérico evitar habitats artificializados, nomeadamente plantações florestais de exóticas e extensos campos agrícolas, podendo utilizar estas zonas na fase de dispersão (Palomares 2001, Palomares et al. 2001).”.	O mosaico descrito é o modelo geral a que se dirige a Proposta do PRGP SM, na maior fração Área de Intervenção.
2.18	Página 115: <i>Capreolus capreolus</i> deve ser escrito em itálico.	Será alterado.
2.19	Página 115: Na ficha do lince-ibérico constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 refere-se que “Em épocas e regiões de menor abundância de coelho, esta presa é secundada por outras como roedores, cervídeos, anatídeos e lebre (Beltrán & Delibe, 1991, Castro 1992, Sarmiento et al. 1997).”.	O problema endereçado pelo PRGP SM é o da gestão das populações de coelho-bravo porque, não obstante a diversidade de presas referidas no comentário, o lince-ibérico é fortemente especializado e dependente das populações de coelho-bravo.
2.20	Página 130: Relativamente à frase “Quanto aos planos setoriais em vigor, destacam-se pela sua importância e expressão na área do programa, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNSM), o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal e o Plano Setorial da Rede Natura 2000 da ZEC da Malcata.” Chama-se a atenção para o facto da ZPE da Serra da Malcata também estar contemplada no Plano Setorial da Rede Natura 2000.	Será incluída a designação da ZPE da Malcata (PTZPE0007) na redação do parágrafo referido.
2.21	Página 130: Relativamente à frase “No Quadro 6 do Anexo I do presente documento, é apresentada a avaliação da compatibilidade entre as orientações de gestão do PSRN 2000 para a ZEC da Malcata e o Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SM.” alerta-se para a necessidade de avaliar a compatibilidade entre as orientações de gestão do PSRN 2000 para a ZPE da Serra da Malcata e o Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SM.	De acordo com ao disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro que cria as diversas ZPE no território nacional é referido que “o planeamento e ordenamento das ZPE criadas (...) ficam sujeitos ao disposto nos n.ºs 2 a 6 do art.º 7.º do DL n.º 140/99 de 24 de Abril. Segundo este último diploma legal, revisto pelo DL n.º 156-A/2013 de 11 de Agosto, refere-se no art.º 7.º-B relativamente ao regime das ZPE, que “(...) às ZPE, designadas ou a designar, é aplicável o regime previsto no presente diploma para as ZEC”. Uma vez avaliada as orientações de gestão da ZEC da Malcata, e não existindo outros Planos de Gestão ou outras medidas complementares de conservação, considera-se que o referido quadro atende às principais orientações para a conservação da ZPE da Malcata.
2.22	Página 130: Relativamente à frase “Neste sentido, foi efetuada no ponto anterior a análise da compatibilidade entre as principais linhas de ação preconizadas pelo PRGP SM e o conteúdo normativo dos IGT, em particular do PSRN2000 da ZEC da Malcata, do PORNSM, do POAS e dos PDM dos concelhos integrados na área do mesmo, tendo-se verificado uma conformidade global entre os regimes estabelecidos.” falta a ZPE da Serra da Malcata.	Será incluída a designação da ZPE da Malcata (PTZPE0007) na redação do parágrafo referido, considerando a justificação presente no ponto anterior.
2.23	Página 130: O último parágrafo deve ser complementado com o referido:	---

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
2.23.1	na alínea a) do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o <i>Programa de Transformação da Paisagem</i> : “Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, conforme o anexo I à presente resolução e da qual faz parte integrante;”.	
2.23.2	No Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho: “O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) corresponde a um instrumento que, através do desenho da paisagem e tendo os territórios da floresta como pilar, criará o suporte para ordenar o território através da paisagem, revitalizar atividades e fomentar novos potenciais, a partir dos recursos endógenos presentes e do incremento da multifuncionalidade, impulsionando as atividades económicas diretas e complementares relevantes e com valor na requalificação e gestão desses territórios. Para além da valorização dos produtos da floresta, silvopastorícia, caça e pesca, da agricultura e do fomento das atividades de turismo, lazer e recreação baseados nos recursos e valores locais, pretende-se suportar o modelo de transformação da paisagem, na valorização dos serviços dos ecossistemas prestados por estes territórios, designadamente a biodiversidade e o solo vivo, a infiltração da água e a salvaguarda da sua quantidade e qualidade, o sumidouro de carbono, e dos valores culturais.”.	Será completado o referido parágrafo com as definições em causa, na medida em que as mesmas possam ser úteis para o melhor entendimento da informação constante no mesmo e no encadeamento do restante texto.
2.24	Página 133: Refira-se que é ZEC da Malcata (PTCON0004) e ZPE da Serra da Malcata (PTZPE0007).	Será alterado.
2.25	Página 136: Relativamente à «reintrodução do lince-ibérico» considera-se que o objetivo deve ser o estabelecimento de uma população reprodutora desta espécie por forma a tentar garantir a sua manutenção no tempo. Deve também tentar garantir-se a conectividade deste núcleo com os núcleos vizinhos conforme referido no Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, “A conectividade entre os diferentes núcleos é fundamental para a dinâmica da espécie.”.	A redação do referido ponto será adequada no sentido de acomodar as recomendações.
2.26	Página 137: Considera-se que se deve chamar a atenção para o referido no artigo “Fogo no Jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal” (Stephen J. Pyne in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção”. Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva):	Não é completamente claro o que é pretendido pelo ICNF com os extratos que apresenta deste capítulo do Stephen Pyne. Em nada contradiz o exposto na página 137, e também não evidencia incertezas sobre as propostas ou sobre os argumentos que as sustentam.
2.26.1	“A base natural dos regimes de incêndio é a alternância da chuva e da seca. Um local tem que ser	Completamente de acordo. É provavelmente o ponto comum entre todos os regimes de fogo que podem ser

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	suficientemente húmido para criar combustível e suficientemente seco para que este possa arder. Um clima mediterrânico poderá, pois, constar no dicionário como definição de ambiente propício aos incêndios. Em cada ano passa por um ciclo de Inverno chuvoso e Verão seco, frequentemente flagelado pelo ritmo mais rude da seca. Quase sempre existe combustível em abundância – combustível esse a que apenas falta uma faísca na altura certa para irromper em chamas.	identificados em Portugal, a concentração da área ardida e do número de incêndios num período específico do ano (que apresenta uma tendência para se alargar).
2.26.2	Aqui, no entanto, a explicação climática é insuficiente dado que nos climas mediterrânicos os relâmpagos não abundam. Ocorrem trovoadas, até mesmo trovoadas secas e, ocasionalmente, os relâmpagos fustigam a terra, mas são acontecimentos raros. Estas regiões onde os incêndios são frequentes, ardem porque desde há muitos milénios que as pessoas ateiam o fogo. Normalmente os organismos destes locais são resistentes a pressões de todo o tipo: seca, solos pobres e predação para além do fogo. São versáteis, adaptáveis e resistentes. Podem assumir muitas formas, tais como bosques, montados ou pastagens, dependendo do tipo de pressões que enfrentam.”.	A análise do carácter do fogo na Europa mediterrânica ou em qualquer parte do mundo não pode resumir-se à natureza da ignição, tem que considerar a propagação. Recupero duas frases de Robert Mutch, publicadas no artigo Wildland Fires and Ecosystems - An Hypothesis: "Plant communities may be ignited accidentally or randomly, but the character of burning is not random" e "Fire-dependent plant communities burn more readily than non-fire-dependent communities because natural selection has favored development of characteristics that make them more flammable". De facto, as maiores evidências do fogo como processo ecológico (natural) nesta região do globo residem nas características dos complexos-combustíveis autóctones que permitem a rápida e intensa propagação do fogo e nos aspetos funcionais das espécies que permitem a sua regeneração pós-fogo (muitas vezes em situações de elevada severidade), independentemente se se tratam de adaptações ou exaptações ao fogo. Também Stephen Pyne escreveu no seu célebre Vestal Fire: "Before there was Europe, there was fire". O homem alterou profundamente o regime de fogo, não há dúvida. Pode identificar-se variabilidade genotípica e fenotípica em função do regime de perturbação compatível com a domesticação do fogo pelo homem, e não são depreciáveis as alterações na paisagem e na vegetação induzidas pelo homem através do fogo, mas algumas das adaptações ao fogo que hoje observamos são bem anteriores (ver, por exemplo, Fire-adapted traits of Pinus arose in the fiery Cretaceous). Por outro lado, sabemos que o homem alterou essencialmente a frequência e talvez a recorrência, mas pouco (ainda) se sabe sobre a extensão das áreas ardidas, a sazonalidade e a severidade do fogo antes do uso do fogo pelo homem. O que sabemos é que o fogo é processo que se auto-regula, e que nas áreas mais pirodiversas há menor probabilidade de ocorrerem grandes incêndios (ver Fernandes et al., 2016). O fogo pré-antrópico poderia ser menos frequente, mas atingir áreas muito mais extensas, ter maior duração, e ser mais severo. Relativamente aos fogos gerados por raios em Portugal, o único estudo feito e publicado (Fernandes, 2021) conclui que 66,8% são fogos com menos de 1 ha, mas que totalizam 15,6% dos fogos com mais de 3000 ha, e que os maiores tendem a ser superiores aos causados por ignição humana (o percentil 97,5 de área ardida é 470,2 ha em oposição aos 68,5 ha gerados por fogos com origem humana). Apesar da sua menor frequência

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
		no contexto global, não podem ser negligenciados, porque ocorrem geralmente em situações de instabilidade atmosférica passíveis de gerar comportamento extremo do fogo. Acrescenta-se ainda que a frequência de incêndios está, espacialmente, negativamente correlacionada com a área ardida por fogos individuais, e que não são necessárias muitas ocorrências para explicar a extensão da área ardida anualmente. Em 2003 (o segundo pior ano em área ardida desde que há registos regulares de área ardida e de número de incêndios, e muito próximo de 2017) os fogos com mais de 1000 ha representam apenas 0,6% dos fogos com área ardida superior a 0,1 ha, mas totalizaram 81% da área ardida total, e a ocorrência de trovoadas foi determinante no escalonamento da área ardida nesse ano numa das zonas de calamidade. É ainda relevante salientar que o número de fogos naturais está muito sub-estimado, uma vez que para o registo de causa é necessária prova física, pelo que todos os que iniciaram em estruturas herbáceas e arbustivas e sem testemunho, não estarão contabilizados como tal. Será certamente o caso daqueles que sucederam no passado dia 15 de junho na zona centro de Portugal, e que todos os anos se repetem.
2.26.3	<i>“É difícil imaginar para a Europa outra macro-estratégia que não seja a do Fogo Controlado. Não existirão grandes áreas de paisagens bravias nem tão pouco a queima manterá o fogo circunscrito. A paisagem europeia é essencialmente uma paisagem cultural, elaborada durante milénios. Também é invulgarmente estável. Tal como a madeira petrificada, substituindo lenhina por sílica, a Europa repetidas vezes substituiu um bioma domesticado por outro, como quem deita continuamente vinho novo em garrafas velhas. Em tal contexto, só uma versão moderna de Fogo Controlado terá, provavelmente, possibilidades de êxito. Isto significa, contudo, passar de uma paisagem forjada na economia agrícola para uma paisagem alternativa, baseada numa economia de serviços. Alguns locais poderão vir a ser rentáveis, e.g. algumas florestas de produção. Outros talvez sejam subsidiados em nome da protecção da natureza. Mas os grandes espaços exigirão a presença de pessoas para manipular tanto o combustível como a chama. Por razões de legado ecológico, a Europa precisará de fogo, mas provavelmente só o aceitará num contexto de “cultivo” próximo.</i>	Não poderíamos concordar mais, embora não restritiva ao fogo controlado, mas sim numa perspetiva mais global da gestão do regime de fogo. É nessa perspetiva que emergem os mosaicos dos fogos de gestão, da relação fogo-pastoreio e do fogo controlado neste PRGP e neste contexto geográfico particular. Está igualmente em linha com a mudança defendida por Moreira et al. (2020; Wildfire management in Mediterranean-type regions: paradigm change needed) e com o modelo proposto por Fernandes (2020; Sustainable Fire Management).
2.26.4	Não se sabe em que se transformará essa paisagem. Não é crível que no Jardim europeu se cultivem apenas géneros alimentares ou matérias-primas industriais. Uma União Europeia alargada não se pode dar a esse luxo, para além de que contraria os acordos do comércio mundial. Pelo contrário, a paisagem europeia terá também como finalidade actividades de recreio, de contemplação e existirá por motivos estéticos, de conhecimento científico e como herança geracional. As	Também concordamos com Stephen Pyne, mas também não podemos esquecer que o período de retorno do fogo é bem mais curto do que o tempo necessário para empreender mudanças em paisagens menos atrativas do ponto de vista económica, e que nestas paisagens os incêndios rurais estão a direcionar estas paisagens de menor produtividade primária para a composição e configuração que tinham aquando os levantamentos de Pedro Romano Folque no final do

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	velhas práticas terão que se adaptar às modernas tecnologias e os subsídios às colheitas deverão dar lugar a subsídios para criar outros tipos de paisagem. Mas a mudança deverá ser feita de forma a que a Europa reconstitua o seu Jardim. Ao fazê-lo, irá redefinir e circunscrever os seus fogos.	século XIX. Os incêndios rurais de hoje estão a evidenciar-nos muitos erros do passado, que ainda temos dificuldade em compreender e assumir, porque a base racional de decisão que nos levou a cometê-los ainda hoje subsiste (erradamente, apesar do conhecimento formalizado pela ciência que a ele se dedica) no nosso sistema de assunções sobre o fogo.
2.26.5	Historicamente, as piores deflagrações de fogo selvagem ocorreram durante períodos de mudança, por entre a agitação que deixou o Jardim descuidado e os fogos por controlar. Os campos foram abandonados e deixados a acumular matéria vegetal combustível e os fogos devastaram montes e vales. À medida que a Europa for redesenhando a sua paisagem colectiva, não poderá confundir períodos de transição com situações permanentes, nem momentos de crise, durante os quais é necessário recorrer à eliminação, com uma estratégia de gestão do fogo. O fogo continuará no Jardim, mas <i>será um fogo bem distinto num jardim muito diferente.</i> ”.	Decorreram 16 anos desde a publicação deste capítulo, publicado num livro muito inspirado nas catástrofes de 2003 e 2005. Entretanto aconteceu 2017, e decorridos 5 anos, aproximamo-nos a passos largos de outro evento. O novo Jardim de Pyne terá configurações diferentes em função da produtividade primária dos locais. Naqueles que revelam produtividade marginal, o fogo será o elemento central na dinâmica da vegetação, e a sê-lo que seja dentro dos limiares da resiliência ecológica e sócio-ecológica. Foi com essa perspetiva que se desenharam as propostas incluídas no PRGP.
2.27	<i>Página 159: Relativamente à frase “Contudo é uma aposta estratégica para esta área desenvolver iniciativas e projetos que criem as condições para promover a reintrodução do lince-ibérico na serra da Malcata, através da promoção de territórios com uma combinação de mosaicos.” chama-se a atenção para alguns assuntos referidos no Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP 2015-2020), concretamente: a) “Os principais fatores de ameaça que afetam a espécie são: i) Perda e fragmentação do habitat; ii) Alterações permanentes do uso do solo;”; “Os requisitos ecológicos do lince-ibérico podem resumir-se da seguinte forma: Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico;”; “Os objetivos específicos a alcançar durante o período de implementação do PACLIP são: 1 — Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico;”.</i>	Os regimes de gestão previstos na proposta de Programa para a Área de Intervenção visam, precisamente, promover esse mosaico.
2.28	<i>Página 159: Relativamente à frase “Em linha com a reconversão florestal está a necessidade de manter ou até expandir áreas de floresta autóctone nas áreas circundantes à Serra, apostando em espécies como o carvalho negral, amieiro, freixo ou o castanheiro.” alerta-se que o castanheiro não é uma espécie autóctone de Portugal Continental</i> (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).	Ver 2.12.1.
2.29	Devem também ser considerados os comentários efetuados aquando da análise do Sumário Executivo.	---
3	Relatório de Diagnóstico prospetivo	---
3.1	Página 34: Salienta-se que o castanheiro não é uma espécie autóctone de Portugal Continental (http://www.floraiberica.es/floraiberica/)	Ver 2.12.1.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).	
3.2	Página 34: A Zona de Proteção Especial integrada na área de intervenção do PRGP SM designa-se por Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata (PTZPE0007).	Será alterado.
3.3	<i>Página 35: Onde se lê “Além da ZEC, a serra da Malcata está ainda integrada (...)” deve ler-se “Além da ZEC e da ZPE, a serra da Malcata está ainda integrada (...)”.</i>	Será alterado.
3.4	Página 35: Segundo o Artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 28/99 de 30 de novembro, “A Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata é reclassificada como Reserva Natural da Serra da Malcata, adiante denominada por Reserva Natural.”.	Será alterado.
3.5	Página 36: Refira-se que o Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Malcata foi classificado como Zona Especial de Conservação através do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.	Será alterado.
3.6	Página 37: As associações fitossociológicas, as séries de vegetação e os nomes científicos devem ser escritos em itálico.	Será alterado.
3.7	Página 38: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.	Será alterado.
3.8	<i>Página 38: Onde se lê “ZEC da Serra da Malcata” deve ler-se “ZEC da Malcata”.</i>	Será alterado.
3.9	Página 41: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.	Será alterado.
3.10	Página 79: Segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.) o habitat preferencial de coelho-bravo “(...) são as áreas mistas, do tipo mosaico, com abrigo (matos e bosques temperados) e zonas abertas (pastagens naturais e artificiais, terrenos agrícolas).”.	Os regimes de gestão previstos na proposta de Programa para a Área de Intervenção visam, precisamente, promover esse mosaico.
3.11	Página 81: Segundo o sítio da internet «Rewilding Europe – 10 Years» “ <i>Rewilding is about: Nature’s own ways. Nature knows best when it comes to survival and self-governance. We can give it a helping hand by creating the right conditions – by removing dykes and dams to free up rivers, by reducing active management of wildlife populations, by allowing natural forest regeneration, and by reintroducing species that have disappeared as a result of man’s actions. Then we should step back and let nature manage itself.</i> ”.	Existem diversas abordagens e definições operacionais do conceito em análise, ver por exemplo (Nogués-Bravo et al, 2016; Schulte to Bühne et al, 2022)). A constituição de uma meta-população de lince-ibérico na Área de Intervenção, incluindo as ações necessárias sobre os habitat tenderá a estar incluída na maioria dessas definições. ***Schulte to Bühne, H., Pettorelli, N. & Hoffmann, M. 2022.The policy consequences of defining rewilding. <i>Ambio</i> 51, 93–102. https://doi.org/10.1007/s13280-021-01560-8 ***Nogués-Bravo, D., Simberloff, D., Rahbek, C. & Sanders, N. 2016. <i>Rewilding is the new Pandora’s box in conservation</i> , <i>Current Biology</i> , Volume 26, Issue 3, Rb7-R91, https://doi.org/10.1016/j.cub.2015.12.044 .

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
3.12	<i>Página 91: Relativamente à ação prática “Reconversão em zonas com baixa aptidão para a espécie de acordo com o PROF, para sistemas silvopastoris à base de sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas”, considera-se que devem ser privilegiadas as espécies arbóreas nativas existentes no território da PRGP da Serra da Malcata por estarem melhor adaptadas às características ambientais existentes.</i>	Quercus suber e Quercus pyrenaica são as espécies que se propõe serem utilizadas na reconversão.
3.13	<i>Página 91: Relativamente à ação prática “Valorização de ecossistemas naturais - Floresta autóctone - Valorização pelos serviços ecossistémicos e aproveitamento da biomassa” e considerando que a PRGP da Serra da Malcata se localiza em território caracterizado pela presença de bosques climatófilos de carvalho-negral e de sobreiro, como referido na página 37 deste documento, chama-se a atenção para o referido no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, concretamente:</i>	---
3.13.1	Habitat 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica:	Considerando o cenário de transição positiva adotado no PRGP SM e de acordo com o disposto na pág.95/96 do Relatório do Programa "a gestão de áreas protegidas e classificadas é realizada de acordo com o prescrito no Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata e de acordo com o Plano de Gestão da ZEC Malcata". Desta forma, e uma vez que grande parte da área do habitat 9230 (63% da área do habitat relativamente à área da ZEC integrada na área do PRGP SM) se localiza na área da Reserva Natural da Serra da Malcata, considera-se que os referidos objetivos de conservação e as diretrizes e orientações de gestão deverão constar do Plano de Ordenamento da RN, bem como no futuro Plano de Gestão da ZEC da Malcata da responsabilidade do ICNF.
3.13.1.1	<i>“Distribuição e Abundância: Área de ocupação: a) no passado muito extensa; b) fortemente reduzida por acção antrópica; c) actualmente em expansão por abandono; d) não existem carvalhais maduros de Q. pyrenaica.”.</i>	
3.13.1.2	<i>“Objectivos de Conservação: Desenvolvimento de bosque climácico, submetido a um regime de perturbação natural, em 10 % da área de ocupação. Este objectivo deve constituir um dos objectivos fundamentais da política de conservação da natureza em Portugal.</i>	
3.13.1.3	<i>“Orientações de gestão: Orientações genéricas: inclusão dos carvalhais em ambiente “rural” em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas [turismo, ecoturismo, valor paisagístico];”.</i>	
3.13.1.4	<i>“Orientações de gestão: Desenvolvimento de bosques climácicos: a) aquisição pelo Estado de áreas de carvalhal que possam amadurecer e, no longo prazo, integrar padrões de perturbação natural; b) promover a inclusão das situações melhor conservadas deste habitat em redes de reservas integrais a criar, com planos de gestão fortemente restritivos à actividade humana; uma reserva, por associação fitossociológica, deve ter uma área mínima de 200 ha [pese embora as dificuldades teórico-práticas do conceito de “Área Dinâmica Mínima” e a pouca informação sobre a sua aplicação aos bosques objecto desta ficha]; c) o ónus da reconstrução de bosques climácicos deve ter o apoio do Estado; d) contratualização da gestão com os proprietários.”.</i>	
3.13.2	Habitat 9330 - Florestas de Quercus suber:	---

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
3.13.2.1	<i>“Distribuição e Abundância: Apesar de existirem maciços arbóreos mais densos, os bosquetes climácicos bem conservados de sobreiro são extremamente raros. Como tal têm um enorme valor de conservação.”</i>	De acordo com a informação cartográfica dos habitats naturais e semi-naturais integrados no Plano Setorial da Rede Natura 2000 (https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=36edc497138747cdaea4988d45bfe1ae) utilizada no âmbito do PRGP SM, verifica-se que o referido habitat 9330 ocorre somente numa pequena mancha localizada na parte sul da ZEC da Malcata, encontrando-se por isso fora da área de intervenção do PRGP SM.
3.13.2.2	<i>“Objectivos de Conservação: a) Incremento da área de ocupação, em pelo menos 10%. b) Melhoria do estado de conservação.”</i>	
3.13.2.3	<i>“Orientações de gestão: Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar.”</i>	
3.13.2.4	<i>“Orientações de gestão: os sobreirais em ambiente “rural” devem ser incluídos em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas (turismo, ecoturismo, valor paisagístico).”</i>	
3.13.3	Em face do exposto considera-se que a ação prática <i>“Valorização de ecossistemas naturais - Floresta autóctone - Valorização pelos serviços ecossistémicos e aproveitamento da biomassa”</i> deveria deixar cair a componente <i>“(…) e aproveitamento da biomassa”</i> .	Será alterado.
4	Relatório Ambiental	
4.1	Página 16: Considera-se que a frase <i>“O PRGP SM constitui um instrumento que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e da severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência.”</i> Está demasiado focada nos incêndios rurais.	A descrição do PRGP SM será revista por forma a demonstrar a sua abrangência.
4.2	Página 20: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.	Serão alterados.
4.3	Página 23: A Portaria n.º 55/2019, de 19 de fevereiro, retificada pela com a Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, foi alvo de alteração através da Portaria n.º 18/2022, Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro.	Será alterada.
4.4	Página 33: Considera-se que deve ser incluída a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 no Quadro 7.	A Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 será incluída no Quadro 7 - Macropolíticas do QRE do PRGP SM.
4.5	Página 33: Considera-se que deve ser incluído o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD; Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro) no Quadro 7.	O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação será incluído no Quadro 7 - Macropolíticas do QRE do PRGP SM.
4.6	Página 42: Relativamente ao critério «Alterações Climáticas» chama-se a atenção para o seguinte:	---

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
4.6.1	"https://ec.europa.eu/research-and-innovation/en/horizon-magazine/nature-and-climate-crises-two-sides-same-coin: <i>"With biodiversity loss, we not only lose nature, we lose some of our best defences against climate change," said Myron Peck, who leads the Department of Coastal Systems at the Royal Netherlands Institute for Sea Research (NIOZ). 'Our oceans, forests, peat bogs, and wetlands all act as natural carbon sinks, absorbing harmful carbon from the atmosphere.'</i> <i>It's clear that it's impossible to address biodiversity loss without tackling climate change, and equally impossible to tackle climate change without addressing biodiversity loss. This is acknowledged in the new EU Adaptation Strategy in February 2021.</i> <i>'We are living in a world where everything is interconnected,' said Elisa Furlan, an environmental scientist at Italy's Centro Euro-Mediterraneo sui Cambiamenti Climatici. 'Climate-related and human-made hazards have become increasingly systemic, the result of the complex and dynamic interactions happening among human, economic, political, and natural systems.'</i> <i>Because of this interconnectedness, we're essentially left with a vicious circle where the increasing temperatures and extreme weather brought on by climate change causes biodiversity changes and loss of ecosystem services, which subsequently leads to more climate change, which causes more biodiversity loss, and so on.</i>	Os eventuais impactos das alterações climáticas na perda de biodiversidade, bem como a adoção de soluções baseadas na natureza serão considerados na avaliação da Proposta de PRGP SM, ao nível do Critério Alterações Climáticas, FCD Resiliência ao Fogo na versão do Relatório Ambiental para Discussão Pública.
	"According to the World Wildlife Fund, nature-based solutions harness the power of nature to address climate change. Common examples include restoring and protecting forests and wetlands, bringing nature into urban settings, restoring coastal areas, and implementing best practices in sustainable agriculture. Not only do these solutions prevent biodiversity loss they also build resilience against a future of rising sea-levels, desertification, extreme flooding and wildfires." https://ec.europa.eu/research-and-innovation/en/horizon-magazine/climate-change-and-biodiversity-loss-should-be-tackled-together: <i>"The situation is critical as more and more countries in Europe and around the world are already feeling the impacts of climate change – from longer periods of drought to more and fiercer storms, heat waves and wildfires. These threats are directly linked to a second challenge: biodiversity loss and ecosystem degradation. (...)</i> <i>In a two-way process, climate change is one of the main drivers of biodiversity loss, but destruction of ecosystems undermines nature's ability to regulate greenhouse gas (GHG) emissions and protect against extreme weather, thus accelerating climate change and increasing vulnerability to it. This explains why the two crises must be tackled together with holistic policies that</i>	Os eventuais impactos das alterações climáticas na perda de biodiversidade, bem como a adoção de soluções baseadas na natureza serão considerados na avaliação da Proposta de PRGP SM, ao nível do Critério Alterações Climáticas, FCD Resiliência ao Fogo na versão do Relatório Ambiental para Discussão Pública.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	address both issues simultaneously and not in silos. Halting and reversing the loss of biodiversity and ecosystem services is now a top priority for the EU, next to climate action. Its response includes the Biodiversity strategy for 2030, which aims to take better care of nature so it can take better care of us. The strategy forms a core part of the European Green Deal, our blueprint to make Europe the first climate neutral continent by 2050 and a pathway towards a green and inclusive recovery from the Covid-19 pandemic.”.”	
4.7	Página 56: Considerando que se pretende proceder à reintrodução do lince-ibérico – e que se não consegue conservar uma espécie se não se salvaguardar o seu habitat – salienta-se o referido no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.) relativamente ao <i>habitat de Lynx pardinus</i> : “O lince-ibérico seleciona bosque, matagais e matos densos de características mediterrânicas (Palomares et al. 1991, Beltrán et al. 1992, Castro 1994, Monteiro 1998, Palma et al., 1999, utilizando preferencialmente estruturas em mosaico, com biótopos fechados para abrigo e outros abertos para capturar presas (Rodríguez & Delibes 1992). Uma área com lincos residentes caracteriza-se, em geral, por uma cobertura arbustiva superior a 40% e uma proporção de matagal entre 60 e 70% do habitat disponível (Palomares 2001). Os lincos parecem evitar habitats artificializados, nomeadamente plantações florestais e campos agrícolas extensos, mas estes habitats podem ser utilizados na fase de dispersão (Palomares 2001).”.	“A promoção do mosaico que compõe o habitat do lince-ibérico, descrito no comentário, é o resultado potencial da aplicação dos regimes de gestão previstos no PRGP SM, bem como das alterações previstas na ocupação do solo. Trata-se também de um habitat favorável à expansão do coelho-bravo.”
4.8	O mesmo também se aplica ao abutre-preto conforme se pode constatar no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.): “O habitat de nidificação da espécie em Portugal é formado por terrenos ondulados relativamente remotos, revestidos por matagais arborizados, normalmente com azinho Quercus rotundifolia ou sobreiro Q. suber, enquanto que o habitat de alimentação se compõe de zonas vastas de cerealicultura e pastoreio extensivos e, ainda, zonas de mato não muito denso.”.	A conservação do lince-ibérico e do abutre-preto encontra-se ligada através conservação de componentes importantes do habitat mas, também, através do aumento das populações de coelho-bravo, uma vez que o abutre-preto se alimenta de carcaças de coelho-bravo sempre que existem.
4.9	Página 58: O castanheiro não é uma espécie nativa de Portugal Continental (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).	A referência ao castanheiro será revista.
4.10	Página 60: Relativamente aos «afloramentos rochosos incluindo rocha nua e vegetação esparsa (3 323,10 ha)» salienta-se o referido na tese de mestrado de João	É exatamente sobre áreas ocupadas por matos, rocha nua, vegetação esparsa, e áreas com fogos recorrentes que incidem os mosaicos dos fogos de gestão, por

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	<i>Caros Verde (2008) "Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal", concretamente que "A ocorrência de um incêndio está condicionada, entre outros aspectos, à existência de combustível e, embora existam vários tipos de ocupação do solo capazes de manter um fogo activo, alguns são especialmente eficazes, apesar de não serem os mais presentes no país. As florestas de folhosas (...) são entre a ocupação do solo mais abundante, mas não se revelam tão favoráveis ao fogo quanto, por exemplo, as pastagens naturais (...) ou os matos (...), apesar de estes terem menor representação espacial. Também as áreas classificadas como rocha nua (...), de vegetação esparsa (...) ou áreas ardidas (...) são bastante favoráveis ao fogo, apesar da pouca expressão territorial."</i>	serem mais suscetíveis e pela estrutura dos complexos-combustível que favorece a velocidade de propagação. Foram definidos e selecionados de acordo com a metodologia definida pelas entidades-chave do SGIFR, das quais faz parte o ICNF, e de acordo com a propagação expetável do fogo determinada através de múltiplas simulações. Relativamente à composição florestal, é relevante salientar que o seu efeito na extensão dos incêndios é insignificante, como demonstrado por Fernandes et al. (2016). É a conectividade espacial, vertical e a pirodiversidade que limitam a extensão da área ardida por fogos individuais, aqueles que mais contribuem para o dano global anual provocado por incêndios rurais apesar da sua ínfima proporção no universo das ocorrências. Há casos muitos específicos de alteração do comportamento do fogo e da sua severidade em transições para folhosas, mas associados a posições topográficas específicas e não dominantes (e.g., auto-extinção num dos flancos do fogo de 2003 de Marmeleite, numa faixa de carvalho-de-Monchique, adjacente a um amial no fundo de um vale, perante progressão do fogo com vento e declive desfavoráveis). No entanto, estas evidências em grandes incêndios são raríssimas, como raras são as condições que propiciam o desenvolvimento destes sistemas em área suficiente para alterar o comportamento do fogo em situações meteorológicas desfavoráveis ao combate. Não convém esquecer que uma parte do contributo para essa assumpção em torno das folhosas advém de povoamentos florestais de sobreiro e azinheira geridos em regime agro-silvo-pastoril cuja densidade excede o limiar usado no CORINE Land Cover usado pelo João Verde para serem classificados como sistemas agro-florestais e que são difíceis de mimetizar noutros pontos do país. Convém ainda salientar que na classe das folhosas desse mesmo dataset estão os povoamentos de eucalipto.
4.11	<i>Página 73: Onde se lê "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;" deve ler-se "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;"</i>	A redação será revista.
4.12	Página 93: Relativamente à dinâmica socioeconómica salienta-se o referido no documento preparado para a Comissão Europeia "The vital role of Nature-Based Solutions in a Nature Positive Economy" (2022. Siobhan MCQUAID and Esmee KOOIJMAN, Daniela RIZZI, Thomas ANDERSSON, Joanne SCHANTÉ), concretamente:	---
4.12.1	<i>"Our livelihoods, well-being, and our chance to meet the challenge of global warming all depend on nature. Nature provides all sorts of essential services to humanity: clean air and water, food, and pollination, it sustains tourism and leisure activities, it contributes to mental and physical health and delivers many other functions.</i>	As referências às soluções baseadas na natureza enquanto ativo económico que contribuem para o ganho líquido da biodiversidade, como sejam as Empresas Baseadas na Natureza (NBE), serão descritas na avaliação da Proposta de Programa no âmbito do FCD Valorização do Território e FCD Serviços dos Ecossistemas na versão do Relatório Ambiental para

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	Nature, in many instances, is also the most effective insurance policy – protecting us from floods, landslides, fires or extreme heat. The tragic natural disasters that have hit Europe and the world in the summer of 2021 have all been a stark reminder of how much we need this protection. Natural capital stocks per capita have declined by nearly 40% between 1992 and 2014 and one million plant and animal species now face extinction. <i>All this while roughly half of the world's GDP is moderately or highly dependent on nature and societies and economies depend on healthy ecosystems.</i> This is a serious threat to our present and future welfare and calls for development away from a fossil-fuel based economy towards a regenerative economy based on biological resources that is more respectful of nature. At the centre of this paradigm shift are Nature-Based Solutions (NBS). They are increasingly recognised internationally as a fundamental part of action for climate <i>and biodiversity.</i>.”.”	Discussão Pública.
	”<i>“Business as usual is destroying and degrading ecosystems which are the basis for our societies and economies. But alternatives require a fundamental shift away from current practices, which do not adequately account for the impact of business on nature, to new approaches where the value of nature and its contribution to society and the economy are recognised and form the basis of future economic development strategies. A paradigm shift is needed towards a nature-positive, carbon neutral and equitable economy.</i> The objective of this report is to highlight the vital role of Nature-Based Solutions (NBS) in this shift towards a nature-positive economy and to raise awareness of the increasingly important role of Nature-Based Enterprises (NBE) in delivering NBS. The UNEA Resolution on Nature-Based Solutions for supporting sustainable development defines NBS as actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems, which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services and resilience and biodiversity benefits. The resolution further states that nature-based solutions respect social and environmental safeguards. Nature-Based Enterprises (NBEs) are private or third sector organisations that place nature at the core of their business. Driven by environmental and societal goals, the success of such enterprises is of high importance to realise the potential of NBS and contribute to addressing the twin climate change and biodiversity crises we face. Urgent action is needed to support the start-up and scaling of NBEs to increase their environmental and societal impact, in parallel with a significant increase in <i>investment in NBS.</i>.”.”	

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
4.12.3	<i>"NBE are defined as enterprises that use nature either directly or indirectly. Nature may be used directly by growing, harnessing, harvesting, or restoring natural resources in a sustainable way and/or indirectly by contributing to the planning, delivery or stewardship of NBS. NBEs contribute to biodiversity net gain."</i>	
4.12.4	<i>"The UNEP State of Finance for Nature report (2021) estimates that current investment in NBS globally is approximately \$133 billion annually. However, to meet climate change, biodiversity and land degradation targets, the UNEP calls for a tripling of investment by 2030 and a quadrupling of investment in NBS by 2050. Economic justification for increased investment in nature is provided by the World Economic Forum (2020) which quantifies that over half of the global GDP, \$44 trillion, is potentially threatened by nature loss while the transition to a nature-positive economy could create 395 million jobs by 2030."</i>	
4.12.5	<i>"Research identifies 11 categories of economic activity where private or third sector actors are delivering NBS (...): Ecosystem creation, restoration and management (Sub-categories: Ecological & landscape restoration; Ecosystem conservation and management; Biodiversity conservation; Reforestation; Marine and freshwater ecosystem conservation and management); NBS for green buildings (Sub-categories: Living green roofs and façades; Living green wall indoor; Living green walls outdoor); NBS for public and urban spaces (Sub-categories: Green areas, parks and gardens; Green infrastructure; Green space management; Urban forestry; Urban regeneration projects); NBS for water management and treatment (Sub-categories: Natural flood & surface water management; Urban green and blue infrastructure; Urban water management; Wastewater management); Sustainable agriculture & food production (Sub-categories: Agroforestry; Beekeeping; Horticulture; Plant and soil improvement; Regenerative farming); Sustainable forestry and biomaterials (Sub-categories: Sustainable forestry; Biomaterials for construction; Biomaterials for food preservation); Sustainable tourism and health & wellbeing (Sub-categories: NBS for health & wellbeing; Agritourism; Eco-tourism and nature-based tourism; Forestry tourism); Advisory services (Sub-categories: Biodiversity and ecosystems; Urban greening design & planning; Landscape architecture; Water management; Community engagement for NBS); Education, research & innovation activities (Sub-categories: Ecological research; Environmental awareness & education; Research & innovation projects; Vocational & skills training); Financial services (Sub-categories: Carbon offsetting; Investment for biodiversity and conservation; Natural capital accounting); Smart technology, monitoring and assessment of NBS (Sub-categories: Smart technology solutions for NBS; Environmental monitoring; Spatial tools for environment)."</i>	As referências às soluções baseadas na natureza enquanto ativo económico que contribuem para o ganho líquido da biodiversidade (como sejam as Empresas Baseadas na Natureza (NBE)) serão descritas na avaliação da Proposta de Programa no âmbito do FCD Valorização do Território e FCD Serviços dos Ecossistemas na versão do Relatório Ambiental para Discussão Pública.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
4.12.6	<i>"A key differentiating feature of NBS is their potential to simultaneously generate a multitude of benefits, while promoting and safeguarding biodiversity remains at the centre of a nature-based approach. The large-scale investment in NBS needed for transitioning to a nature-positive economy must carefully balance the vast potential to harness nature for economic development and job creation with equal respect for the voice of communities, culture, and traditions and above all, lead to the restoration of natural resources and biodiversity."</i>	
4.12.7	<i>"The International Union for Conservation of Nature (IUCN) was first to use the NBS term in the early 2000s, identifying that actions to protect, manage and restore nature could simultaneously generate wider benefits for human well-being and biodiversity (Eggermont et al. 2015; Cohen-Shacham et al., 2016; IUCN, 2020). Over the last decade increasing evidence has emerged of the potential of Nature-Based Solutions (NBS) to tackle some of our most urgent environmental and societal challenges such as emission reduction, climate adaptation and mitigation, air and water quality pollution, biodiversity loss, but also providing cost-effective solutions for public health, food security and even social cohesion."</i>	
4.12.8	<i>"The European Union considers NBS as an opportunity to foster innovation and competitiveness, both in domestic and international markets (European Commission, 2015). In its Biodiversity Strategy for 2030, the European Commission (2021) states that industry and business have an impact on nature, but are also key in developing innovations, partnerships, and expertise for tackling biodiversity loss and restoring ecosystems. The European Union has called on cities with over 20,000 inhabitants to develop Urban Greening Plans for example. NBS are key to innovation for economic or societal needs that rely on nature, and the uptake of NBS leads to business and employment opportunities in a wide variety of sectors."</i>	
4.13	<i>Página 110: Onde se lê "(...) com sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas;" deve ler-se "(...);".</i>	A redação será revista.
4.14	<i>Página 110: Onde se lê "Preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das galerias ripícolas, nomeadamente com outras folhosas" deve ler-se "Preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das galerias ripícolas, nomeadamente com as espécies autóctones".</i>	A redação será revista.
4.15	<i>Página 112: Onde se lê "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;" deve ler-se "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;"</i>	A redação será revista.
4.16	<i>Página 116: Onde se lê "Controlo das espécies infestantes" deve ler-se "Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras".</i>	A redação será revista.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
4.17	<i>Página 116: Onde se lê “Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras” deve ler-se “Preservação e valorização da vegetação natural existente nas zonas envolventes às albufeiras”.</i>	A redação será revista.
4.18	<i>Página 120: Relativamente à frase “Este abandono contribuiu para o aumento da vulnerabilidade dos territórios aos fogos rurais e a problemas ambientais crescentes, tais como a expansão de espécies exóticas invasoras, a erosão e perda de solo, a redução das áreas florestais com espécies autóctones ou a perda de biodiversidade, dada a incapacidade dos proprietários destes territórios em obterem rendimentos que lhes permitissem assegurar uma adequada gestão florestal.”, concretamente a ideia de que o abandono contribui para a perda de biodiversidade (que não é bem assim) tem-se a salientar o seguinte:</i>	---
4.18.1	IPBES (2019), Global assessment report of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, Brondizio, E. S., Settele, J., Diaz, S., Ngo, H. T. (eds). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 1144 pages. ISBN: 978-3-947851-20-1:	---
4.18.1.1	<i>“Nature across most of the globe has now been significantly altered by multiple human drivers, with the great majority of indicators of ecosystems and biodiversity showing rapid decline. Seventy-five per cent of the land surface is significantly altered, 66 per cent of the ocean area is experiencing increasing cumulative impacts, and over 85 per cent of wetlands (area) has been lost. While the rate of forest loss has slowed globally since 2000, this is distributed unequally.”.</i>	A Proposta de PRGP SM e respetivo Relatório Ambiental preconizam um conjunto de opções estratégicas, diretrizes, medidas e recomendações que se encontram em linha com IPBES (2019).
4.18.1.2	<i>“Human actions threaten more species with global extinction now than ever before. An average of around 25 per cent of species in assessed animal and plant groups are threatened (...), suggesting that around 1 million species already face extinction, many within decades, unless action is taken to reduce the intensity of drivers of biodiversity loss. Without such action, there will be a further acceleration in the global rate of species extinction, which is already at least tens to hundreds of times higher than it has averaged over the past 10 million years (...).”.</i>	
4.18.1.3	<i>“Biological communities are becoming more similar to each other in both managed and unmanaged systems within and across regions. This human-caused process leads to losses of local biodiversity, including endemic species, ecosystem functions and nature’s contributions to people.”.</i>	
4.18.1.4	<i>“Climate change is a direct driver that is increasingly exacerbating the impact of other drivers on nature and human well-being. Humans are estimated to have caused an observed warming of approximately 1.0°C by 2017 relative to pre-industrial levels, with average temperatures over the past 30 years rising by 0.2°C per decade. The frequency and intensity of extreme weather</i>	

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	events, and the fires, floods and droughts that they can bring, have increased in the past 50 years, while the global average sea level has risen by between 16 and 21 cm since 1900, and at a rate of more than 3 mm per year over the past two decades. These changes have contributed to widespread impacts in many aspects of biodiversity, including species distribution, phenology, population dynamics, community structure and ecosystem function. According to observational evidence, the effects are accelerating in marine, terrestrial and freshwater ecosystems and are already impacting agriculture, aquaculture, fisheries and nature's contributions to people. The compounding effects of drivers such as climate change, land-/sea-use change, overexploitation of resources, pollution and invasive alien species are likely to exacerbate the negative impacts on nature, as seen in different ecosystems including coral reefs, the Arctic systems and savannas.”.	
4.18.1.5	“Economic incentives have generally favoured expanding economic activity, and often environmental harm, over conservation or restoration. Incorporating the consideration of the multiple values of ecosystem functions and of nature's contributions to people into economic incentives has, in the economy, been shown to permit better ecological, economic and social outcomes.”.	
4.18.2	The Sixth Extinction - an unnatural history (2014. Elizabeth Colbert):	---
4.18.2.1	“The study of invasives is often said to have begun with Charles Elton, a British biologist who published his seminal work, The Ecology of Invasions by Animals and Plants, in 1958. To explain the apparently paradoxical effects of moving species around, Elton used the analogy of a set of glass tanks. Imagine that each of the tanks is filled with a different solution of chemicals. Then imagine every tank connected to its neighbors by long, narrow tubes. If the taps to the tubes were left open for just a minute each day, the solutions would slowly start to diffuse. The chemicals would recombine. Some new compounds would form and some of the original compounds would drop out. “It might take quite a long time before the whole system came into equilibrium,” Elton wrote. Eventually, though, all of the tanks would hold the same solution. The variety would have been eliminated, which was just what could be expected to happen by bringing long-isolated plants and animals into contact.”.	A Proposta de PRGP SM e respetivo Relatório Ambiental preconizam um conjunto de opções estratégicas, diretrizes, medidas e recomendações procuram reordenar a paisagem da serra da Malcata atendendo à sua identidade, presença de biodiversidade e equilíbrio entre o estado natural e a presença das atividades económicas mediante a criação de valor.
4.18.2.2	“One of the striking characteristics of the Anthropocene is the hash it's made of the principles of geographic distribution. If highways, clear-cuts, and soybean plantations create islands where none before existed, global trade and global travel do the reverse: they deny even the remotest islands their remoteness. The process of remixing the world's flora and fauna, which began slowly, along the routes of early human migration, has,	

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	in recent decades, accelerated to the point where in some parts of the world, non-native plants now outnumber native ones. During any given twenty-four hour period, it is estimated that ten thousand different species are being moved around the world just as ballast water. Thus a single supertanker (or, for that matter, a jet passenger) can undo millions of years of geographic separation. Anthony Ricciardi, a specialist in introduced species at McGill University, has dubbed the current reshuffling of the earth's biota a "mass invasion event." It is, he has written, "without precedent" in the planet's history." (...) [and is] reassembling the world into one enormous supercontinent - what biologists sometimes refer to as the <i>New Pangaea</i> ."	
4.18.2.3	<i>"Since Elton's day, ecologists have tried to quantify the effects of total global homogenization by means of a thought experiment. The experiment starts with the compression of all the world's landmasses into a single megacontinent. The species-area relationship is then used to estimate how much variety such a landmass would support. The difference between this figure and the diversity of the world as it actually is represents the loss implied by complete interconnectedness. In the case of terrestrial mammals, the difference is sixty-six percent, which is to say that a single-continent world would be expected to contain only about a third as many mammalian species as currently exist. For land birds, it's just under fifty percent, meaning such a world would contain half as many bird species as the present one."</i>	
4.18.3	Barnosky, A. D., Matzke, N., Tomiya, S., Wogan, G. O. U., Swartz, B., Quental, T. B., Marshall, C., McGuire, J. L., Lindsey, E. L., Maguire, K. C., Mersey, B., & Ferrer, E. A. (2011). <i>Has the Earth's sixth mass extinction already arrived?</i> Nature. https://doi.org/10.1038/nature09678 :	---
4.18.3.1	<i>"Increasingly, scientists are recognizing modern extinctions of species^{6,7} and populations^{8,9}. Documented numbers are likely to be serious underestimates, because most species have not yet been formally described^{10,11}. Such observations suggest that humans are now causing the sixth mass extinction^{10,12-17}, through co-opting resources, fragmenting habitats, introducing non-native species, spreading pathogens, killing species directly, and changing global climate^{10,12-20}. If so, recovery of biodiversity will not occur on any timeframe meaningful to people: evolution of new species typically takes at least hundreds of thousands of years^{21,22}, and recovery from mass extinction episodes probably occurs on timescales encompassing millions of years^{5,23}."</i> Although there are many definitions of mass extinction and gradations of extinction intensity ^{4,5} , here we take a conservative approach to assessing the seriousness of the ongoing extinction crisis, by setting a high bar for recognizing mass extinction, that is, the extreme diversity loss that characterized the very unusual Big	A Proposta de PRGP SM e respetivo Relatório Ambiental preconizam um conjunto de opções estratégicas, diretrizes, medidas e recomendações que se encontram em linha com Barnosky, A. D., Matzke, N., Tomiya, S., Wogan, G. O. U., Swartz, B., Quental, T. B., Marshall, C., McGuire, J. L., Lindsey, E. L., Maguire, K. C., Mersey, B., & Ferrer, E. A. (2011), na medida que pretendem proporcionar as condições do habitat do Lince Ibérico, por forma a viabilizar a sua reintrodução.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	Five (Table 1). We find that the Earth could reach that extreme within just a few centuries if current threats to <i>many species are not alleviated.</i> .”	
4.18.3.2	“ <i>Thus, mass extinction, in the conservative palaeontological sense, is when extinction rates accelerate relative to origination rates such that over 75% of species disappear within a geologically short interval—typically less than 2 million years, in some cases much less (see Table 1).</i> ”.	
4.18.3.3	“ <i>Landmark studies^{12,14–17} that highlighted a modern extinction crisis estimated current rates of extinction to be orders of magnitude higher than the background rate (Table 2).</i> ”.	
4.18.3.4	“ <i>Existing ecosystems are the legacy of a biotic turnover initiated by the onset of glacial–interglacial cycles that began 2.6 million years ago, and evolved primarily in the absence of Homo sapiens. Today, rapidly changing atmospheric conditions and warming above typical interglacial temperatures as CO₂ levels continue to rise, habitat fragmentation, pollution, overfishing and overhunting, invasive species and pathogens (like chytrid fungus), and expanding human biomass^{6,7,18,20} are all more extreme ecological stressors than most living species have previously experienced. Without concerted mitigation efforts, such stressors will accelerate in the future and thus intensify extinction^{7,20}, especially given the feedbacks between individual stressors⁵⁶.</i> ”.	
4.18.3.5	“ <i>(...) there are clear indications that losing species now in the ‘critically endangered’ category would propel the world to a state of mass extinction that has previously been seen only five times in about 540 million years. Additional losses of species in the ‘endangered’ and ‘vulnerable’ categories could accomplish the sixth mass extinction in just a few centuries. It may be of particular concern that this extinction trajectory would play out under conditions that resemble the ‘perfect storm’ that coincided with past mass extinctions: multiple, atypical high-intensity ecological stressors, including rapid, unusual climate change and highly elevated atmospheric CO₂.</i> ”.	
4.18.4	McKinney, Michael L., and Julie L. Lockwood. Biotic Homogenization: A Few Winners Replacing Many Losers in the next Mass Extinction. Vol. 14. 11, 1999.	---
4.18.4.1	“ <i>Biotic homogenization is an increasingly common phrase used in discussions of the modern biodiversity crisis^{1–5}. Although rarely precisely defined, homogenization generally refers to the replacement of local biotas with nonindigenous species, usually introduced by humans. Because homogenization often replaces unique endemic species with already widespread species, it reduces spatial diversity.</i> ”.	A Proposta de PRGP SM e respetivo Relatório Ambiental preconizam um conjunto de opções estratégicas, diretrizes, medidas e recomendações que se encontram em linha com McKinney, Michael L., and Julie L. Lockwood. Biotic Homogenization: A Few Winners Replacing Many Losers in the next Mass Extinction. Vol. 14. 11, 1999.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
4.18.4.2	<i>"This same process is now occurring on a global scale as a result of two influences: environmental modification and transportation of exotic species^{3,4,10}. Environmental modification promotes the loss of local endemic species that cannot tolerate human activities. Meanwhile, increasing global transport promotes the spread of non-indigenous species^{4,10,11}. Although many of these non-indigenous species thrive in disturbed environments, some also invade, and thus homogenize, relatively undisturbed natural areas¹⁰."</i>	
4.18.4.3	<i>"The projected rise in species extinctions^{5,12} and species introductions¹⁰ will almost certainly increase homogenization at continental scales as well. As Brown¹³ stated, 'geographically restricted native species with sensitive requirements will continue to have high extinction rates while those widespread broadly tolerant forms that can live with humans, and benefit from their activities, will spread and become increasingly dominant'."</i>	
4.18.4.4	<i>"A compilation of observed declines at many spatial scales and as a result of many types of human activities (Table 1) supports the suggestion that many species (usually >50%) are adversely affected by human activities, but are not yet listed¹⁴."</i>	
4.18.4.5	<i>"As in past extinctions, species with broad diets and tolerances, rapid dispersal and high reproduction seem to occur disproportionately among winners. This implies that ecological homogenization might also occur because many ecological specialists are replaced by the same widespread and broadly adapted ecological generalists. The result would be fewer and simpler ecosystems in our newly homogenized biosphere. The ultimate degree of homogenization, if unchecked, will probably exceed even that seen in the largest past mass extinctions. This is because humans transport many species to isolated, distant areas that they would never have reached on their own, even if the earth were re-assembled into a single supercontinent⁹."</i>	
4.19	<i>Página 121: Onde se lê "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;" deve ler-se "(...) à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;"</i>	A redação será revista.
4.20	<i>Página 123: Onde se lê "Conservação de habitats" deve ler-se "Conservação de habitats e de espécies" uma vez que se pretende até reintroduzir o lince-ibérico Lynx pardinus.</i>	A redação será revista.
4.21	<i>Página 123: A Portaria n.º 55/2019, de 19 de fevereiro, retificada pela com a Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, foi alvo de alteração através da Portaria n.º 18/2022, Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro.</i>	A referência será revista.
4.22	<i>Página 136: Onde se lê "Regime Florestal Parcial que correspondem aos Baldios com um total de 1 703,32 ha;" deve ler-se "Regime Florestal Parcial que correspondem ao Perímetro Florestal do Alto Côa com</i>	A referência será revista.

N.º Ordem	Questão levantada pela Entidade	Resultado da Análise da DGT e Alterações a Efetuar
	<i>um total de 1 703,32 ha;”.</i>	
4.23	Página 137: Na Figura 21 deve substituir-se “Baldio” por “Alto Côa”.	A redação será revista.
4.24	Página 138: Onde se lê “ <i>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;</i> ” deve ler-se “ <i>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;</i> ”.	A referência será revista.
4.25	Página 139: O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro.	A referência será revista.
4.26	<i>Página 153: Verificar a frase “A precipitação ocorre sobretudo entre outubro e maio, sendo a média total superior a 800mm. A média anual da humidade relativa do ar é de 77 mm, sendo a velocidade de 16,5 Km/h, com maior predominância nos quadrantes W e NW.”.</i>	A frase será revista.
4.27	<i>Página 156: Onde se lê “Controlo das espécies infestantes;” deve ler-se “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras;”.</i>	A redação será revista.
4.28	<i>Página 156: Onde se lê “Implementação das faixas vegetais de filtragem nas zonas envolventes às albufeiras.” deve ler-se “Implementação das faixas vegetais de filtragem à base de espécies nativas nas zonas envolventes às albufeiras.”.</i>	A redação será revista.

ANEXOS

Anexo I – Parecer da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)

Anexo II – Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)

Anexo III – Parecer da Câmara Municipal do Sabugal (CMS)

Anexo IV – Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)

Anexo V – Parecer da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIBB)

Anexo VI – Parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)

Anexo VII – Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

ANEXO – I

Parecer da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)

**AGIF**AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAISSUA REFERÊNCIA / your reference
Via PCGTSUA COMUNICAÇÃO DE / of
N/ANOSSA REFERÊNCIA / our reference
60/2022NOSSA DATA / of
2022-06-01Ex.^{ma} Sr.aDiretora-Geral do Território
Fernanda do Carmo**Assunto:** Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM)**PARECER**

Relativo a pedido de parecer ao documento

Fase 3 - pedido de parecer sobre o Relatório do Programa PRGP Serra da Malcata, ao abrigo do previsto no nº 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Em momentos anteriores, esta Agência teve a oportunidade de trazer a palco as principais preocupações relativamente ao PRGP SM. Realçamos preocupações com valorização dos territórios, com a gestão ativa e agregada dos territórios e uma redução do risco à escala da paisagem e consequentemente uma valorização dos ativos locais e depreciados pelo perigo de incêndio. Por outro lado, alertámos para a necessidade de acautelar as expectativas dos proprietários e seus representantes. Temos em vista que neste PRGP, mais de 90% do território é privado, com uma presença residual de matas nacionais e baldios, o que adiciona à extrema necessidade de que os proprietários desses mais de 90% da área encontrem oportunidades de remuneração, como adiante neste parecer se reforça.

O relatório do programa identifica a oportunidade para a reconversão de áreas de pinheiro-bravo, por serem consideradas zonas com baixa aptidão, e que tal corresponde a 9,8% da área do PRGP, ou seja, sensivelmente 4000 hectares, para dois sistemas diferentes com sobreiro. Da leitura do documento não se extrai como se acautela a compensação aos proprietários, o que nos parece de primordial importância.

Os sistemas agro-silvopastoris são considerados de grande relevância territorial, mas ainda sem apresentação de soluções com resposta direta para o território. Propomos a criação de locais de descontinuidade chave e promover, nesses locais, a instalação de projetos agro-silvo-pastoris mistos (ovinos, caprinos suínos, bovinos e equinos), previamente estudados e desenhados relativamente à geolocalização, licenciados e implementados e entregues a exploração sob a forma de um projeto integrado para o território com potencial económico, ambiental e concomitantemente como peça ativa para o sistema de gestão integrado de fogos rurais. A proposta apresentada na página 111 é um bom princípio, mas ainda numa fase muito incipiente.

É relevante que os PRGP tenham em consideração o regime do fogo (a AGIF tem essa informação no seu sítio digital) da área em apreço, porque a programação de transformação da paisagem deve contribuir para um regime de fogo com incêndios menos severos. E, em linha com esta modificação de regime, sabendo-se que a propriedade é na sua grande maioria privada, o desenho das medidas e dos estímulos precisam considerar as expectativas dos proprietários (na existência patrimonial e na rentabilidade dos espaços) de tal modo que estes se mantenham como motores de desenvolvimento e transformação da paisagem rumo ao regime menos severo a que se aludiu neste parágrafo.

Parece-nos que seria ganhadora uma proposta de trabalho conjunto da pastorícia com a gastronomia e o turismo.

Entendemos que deve ser dado um maior impulso, para aproveitamento dos melhores solos e funcionar também como elemento de descontinuidade, a instalação de áreas agrícolas para produção, inclusivé de espécies forrageira e de cereais.

A remuneração dos proprietários e da atividade encontra-se muito assente na remuneração dos serviços de ecossistema que constituindo uma parte de suma importância não deve ser o todo. Parece-nos que se descure a vertente associada especialmente à atividade agrícola/pecuária enquanto motor regional de revitalização económica de fixação, e eventualmente de atração, de pessoas.

Notamos com agrado as referências de tentativa de compatibilização com o SGIFR, nomeadamente os PRA e PSA, mas que ainda se encontram em fase de elaboração pelo que deve ser mantida alguma flexibilidade na matriz de paisagem de forma que possa ocorrer uma verdadeira compatibilização dos diferentes instrumentos.

Face ao exposto, entendemos que estas nossas apreciações e preocupações constituem uma oportunidade de melhoria do PRGP SM não constituindo *per si* uma modificação significativa da estratégia constante no documento apresentado para apreciação. Não obstante, esta Agência cauciona a emissão de parecer positivo à incorporação da possibilidade de ajuste da matriz de paisagem após aprovação do respetivo PRA e do PSA.

O Presidente do Conselho Diretivo da AGIF, I.P.

(Tiago Oliveira)

ANEXO – II

Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)

DGT - Direção-Geral do Território
Rua de Artilharia Um 107

1099-052 - LISBOA

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S038017-202206-ARHTO

ARHTO.DPI.00056.2021

Assunto: PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) - Pedido de parecer

No seguimento do V. comunicação remetida via PCGT, por email, a 4 de maio de 2022, foi analisada a proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), tendo para o efeito sido considerados os seguintes documentos:

- *Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PEGP SM). Relatório do Programa. 3ª Fase. 2021/005. Datado 4 de março de 2022*
- *Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PEGP SM). Relatório Ambiental. 3.ª Fase. 2021/005. Datado 4 de março de 2022*
- *Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PEGP SM). Relatório Ambiental. Resumo Não Técnico. 2021/005. Datado de 4 de março de 2022.*
- *Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PEGP SM). Relatório de Diagnóstico Prospetivo. 2.ª Fase. 2021/005. Datado de 4 de março de 2022.*
- *Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PEGP SM). Sumário Executivo. 2021/005. Datado de 29 de abril de 2022*

A área de intervenção do PRGP SM abrange a Região Hidrográfica do Douro (RH3) e a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), referindo-se este Parecer apenas ao território inserido na RH5.

Enquadramento no Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

O Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH) para o período 2022-2027 encontra-se em consulta pública até 2022-09-30.

A área de intervenção do PRGP SM abrange 11 massas de água da RH5, das quais apenas uma, a PT05TEJ0745 Ribeira das Inguias, foi classificada no âmbito do 3º ciclo de planeamento com estado global inferior a Bom. As restantes massas de água identificadas na RH5 são:

- PT05TEJ0747 Ribeira de Caria

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

- PT05TEJ0748 Ribeiro do Arrebentão
- PT05TEJ0752 Ribeira da Meimoa
- PT05TEJ0753 Albufeira da Meimoa
- PT05TEJ0755 Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa
- PT05TEJ0756 Ribeira do Casteleiro
- PT05TEJ0757 Ribeira da Meimoa
- PT05TEJ0758 Ribeira da Meimoa (HMWB - Jusante B. Meimoa)
- PT05TEJ0760 Rio Bazágueda
- PT05TEJ0777 Rio Bazágueda

As massas de água PT05TEJ0779I Rio Torto, PT05TEJ0751 Rio Zêzere, PT05TEJ0743 Ribeira da Gaia, PT05TEJ0764 Ribeira da Meimoa não têm expressão na área de interesse, embora sejam mencionadas na Figura 9 do Relatório do Programa. Note-se que esta figura apresenta a delimitação das bacias de drenagem das massas de água intercetadas pelo PRGP SM, mas em vez de mencionar o código da massa de água inclui um nº de ordem, propondo-se que este seja substituído pelo código da massa de água, no sentido de uma maior clarificação.

De acordo com a Proposta de Programa, as diretrizes a incorporar nos PDM que estão direta ou indiretamente relacionadas com os recursos hídricos, são:

- Prever a arborização de espécies melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial, em Espaços Agrícolas, Espaços Florestais, Espaços Naturais e Paisagísticos.
- Promover a valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas, em particular junto a áreas agrícolas.

As Diretrizes de Gestão, aplicáveis globalmente à área do PRGP SM por UGP incluem:

- Promover o restauro ecológico e a continuidade das galerias ripícolas.
- Controlar a presença e propagação de espécies infestantes em galerias ripícolas e núcleos.

O PRGP SM contempla um conjunto de ações prioritárias, destacando-se as seguintes aquelas que se prendem com a conservação e proteção do solo e do coberto vegetal e com os recursos hídricos:

- Reconversão das áreas com povoamentos de pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão para sistemas silvo pastoris, à base de sobreiros e outros carvalhos e com zonas abertas;
- Valorização das áreas de carvalho-negral;
- Promoção de ações de suporte à gestão da biomassa, através da sua valorização como fonte de energia alternativa e/ou incorporação da mesma no solo;
- Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata, apostando em espécies como o carvalho-negral, a azinheira, o amieiro ou o freixo, bem como o castanheiro;
- Conservação e melhoria dos habitats protegidos, segundo o plano de gestão da ZEC da Malcata;

- Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envoltória de cursos de água de regime torrencial);
- Melhoria do estado/potencial ecológico dos cursos de água (particularmente da massa de água ribeira das Ínguias (massa de água PT05TEJ0745 Ribeira das Ínguias));
- Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes bem como as galerias ripícolas associadas, em especial em zonas de interseção de pontos de abertura, promovendo e diversificação do mosaico da paisagem e a efetividade de uma rede natural de corta-fogos;
- Reforço das galerias ripícolas sobretudo nas zonas montantes dos cursos de água, para garantir a estabilidade dos leitos e das margens;
- Proteção da rede hídrica aos riscos de poluição por químicos e/ou em resultado de incêndios rurais;
- Promoção da continuidade das galerias ripícolas ao longo dos cursos de água e em particular junto a áreas agrícolas;
- Controlo das espécies infestantes;
- Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras, implementando faixas vegetais de filtragem (*vegetative filter strips*).

Estas ações estão alinhadas com os objetivos ambientais e o Programa de Medidas do Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, atualmente em consulta pública, nomeadamente com as Medidas:

- PTE5P04M01R_SUP_RH_3Ciclo Recuperação das bacias de drenagem das massas de água afetadas por incêndios florestais
- PTE3P04M01R_SUP_RH_3Ciclo Condicionar a reabilitação da rede hidrográfica apenas às técnicas de engenharia natural
- PTE3P02M02R_SUP_RH_3Ciclo Desenvolvimento e implementação de metodologia para recuperação e manutenção das galerias ripícolas dos cursos de água
- PTE3P02M01R_SUP_RH_3Ciclo Implementação da Estratégia Nacional de Reabilitação de Rios e Ribeiras
- PTE4P01M01R_SUP_RH_3Ciclo Elaboração do plano de ação nacional de controlo, contenção ou erradicação de espécies exóticas invasoras - fauna aquática.

O Programa de Medidas do PGRH 2022-2027 prevê especificamente para a massa de água a PT05TEJ0745 Ribeira das Ínguias as seguintes medidas:

- PTE3P04M01_SUP_RH5_3Ciclo Compatibilização das utilizações do domínio hídrico com a conservação de espécies piscícolas nativas: boga-de-boca-arqueada
- PTE1P15M42_SUP_RH5 Construção de estação elevatória para ligação de efluentes à ETAR de Bendada, no concelho do Sabugal
- PTE1P15M03_SUP_RH5_3Ciclo Intervenções nos subsistemas de saneamento do Município de Belmonte
- PTE3P02M02R_SUP_RH_3Ciclo Desenvolvimento e implementação de metodologia

para recuperação e manutenção das galerias ripícolas dos cursos de água.

- PTE3P02M01R_SUP_RH_3Ciclo Implementação da Estratégia Nacional de Reabilitação de Rios e Ribeiras

O PRGP SM propõe a utilização da albufeira da Meimoa (e também da albufeira do Sabugal) para desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, assim como a utilização das praias fluviais, o que obriga a contemplar o uso para recreio e lazer no futuro Programa de Ordenamento da Albufeira da Meimoa, e por outro ao arranque das diligências necessárias para a identificação das águas balneares nas praias fluviais cuja utilização para banhos se pretende promover.

Monitorização e avaliação do PRGP SM

A monitorização e avaliação do PRGP SM será realizada através de um conjunto de indicadores que permitem o acompanhamento e a medição da Execução do Programa e um conjunto de indicadores que abrangem as três áreas estratégicas: Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas, Aumento da resiliência dos territórios vulneráveis aos fogos rurais, Dinamização das atividades sócio económicas, em articulação, sempre que adequado, com os indicadores do Programa de Seguimento da Avaliação Ambiental.

Os indicadores propostos para a monitorização e avaliação do PRGP SM que constam do *Quadro 8 – Monitorização e avaliação do PRGP SM* do Sumário Executivo, não coincidem com os indicadores que constam do *Quadro 28 – Indicadores, periodicidade e entidade responsável pelo acompanhamento e monitorização* do Relatório do Programa.

Particularizando para a área estratégica Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas, área temática Regulação hidrológica e controlo de erosão apresentam-se no Quadro 1 os Indicadores que constam do Sumário Executivo e no Quadro 2 os indicadores que constam do Relatório do Programa, verificando-se que não coincidem.

Quadro 1 Indicadores propostos na área dos Recursos hídricos que constam do Sumário Executivo.

Área temática	Indicador
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas reabilitadas
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Nº de ações de controlo de escoamento realizadas

Quadro 2 Indicadores propostos na área dos Recursos hídricos que constam do Relatório do Programa

Área temática	Indicador
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas restauradas
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Taxa anual de perda de solo

Por outro lado, a informação apresentada relativamente a alguns dos indicadores é insuficiente. Por exemplo não está claro o que se entende por “ações de controlo de escoamento” ou o que

se pretende com o Indicador “Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas”.

Relativamente à Área temática Regulação hidrológica e controlo de erosão propõem-se os seguintes indicadores:

- Extensão de galerias ripícolas restauradas/Reabilitadas
- Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo
- Taxa anual de perda de solo

Importa também referir que a informação relativa a cada dos indicadores propostos deve ser mais detalhada e incluir método de cálculo, unidade e metas.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste

Susana Fernandes

Anexos:

ANEXO – III

Parecer da Câmara Municipal do Sabugal (CMS)

PARECER

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM)

Assunto : PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) - Pedido de parecer final PRGP Serra da Malcata ao abrigo do artigo 48º do RJIGT

INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) foi solicitado pela DGT a emissão de parecer sobre a proposta do programa identificado em epígrafe, conforme previsto no n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Para este efeito foi disponibilizado na plataforma PCGT através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/> a documentação do plano:

- relatorio_diagnostico_prospetivo_210052fot02r10
- relatorio_programa_210053fot01r10
- prgpsm_20220429.zip
- prgpsm_desenho_paisagem.zip
- sumario_executivo_4_maio.zip (também em anexo)

ANÁLISE

Na área de intervenção do PRGP SM existe a AIGP “Terras do Lince – Malcata”, constituída pelo Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho, promovida pela Câmara Municipal do Sabugal e com entidade gestora designada, para a qual se está a elaborar a Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a ela associada.

A AIGP com uma área de 4.824,3ha, localiza-se nas freguesias de Meimão e Malcata e abrange grande parte da área da ZIF Malcata (PTZIF138) e ainda uma pequena área de terrenos baldios sujeitas ao Regime Florestal Parcial.

O Estrutura da Paisagem proposta PRGP SM assente em três principais componentes: a Macro Estrutura, os Macro Sistemas e os Elementos Singulares da Paisagem afiguram-se nos adequado tanto mais que a para a área de intervenção do PRGP SM integra informação que define as

diversas realidades territoriais, estando ainda articulado com os diversos Programa nas várias componentes que o constituem.

Em termos de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) não só com a já existente AIGP terras dos lince Malcata e correspondente Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a ela associada como a possibilidade de constituição de novas Áreas.

Além disso, o documento integra e respeita os aspetos essenciais do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNMSM), e da ZEC (PTCON0004) e ZPE (PTZPE0007) da Malcata e plano gestão ZIF Malcata.

PARECER

Face ao exposto considera o Município do Sabugal que o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) apresentado bem com o as peças que o acompanham está em linha com a estratégia do Município em termos de ordenamento florestal e gestão da paisagem do território em apreço assim como na estruturação resiliente do território em termos de defesa contra incêndios.

Pelos especto apresentado é pretensão da Camara Municipal pronunciar-se favoravelmente.

Paços do Concelho do Sabugal, 16 de maio de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Sabugal

(Vitor Proença)

ANEXO – IV

Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

EX.MA SENHORA
DIRETORA-GERAL DO TERRITÓRIO
RUA ARTILHARIA 1, 107
1099-052 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
E-mail	2022-05-04	DSOT-DOTCN 213/2022 Proc: PSE-00.00.00/3-21	

ASSUNTO: Emissão de parecer sobre a proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), ao abrigo do artigo 48.º do RJIGT

Reportando-nos ao assunto em epígrafe e no seguimento do solicitado através de correio eletrónico datado de 05.05.2022, cumpre-nos prestar o seguinte parecer:

1. Introdução

A elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata foi determinado pelo n.º 2 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 04/03, e, sendo um programa setorial, a sua elaboração e aprovação obedece ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05 (RJIGT), complementado pelo determinado no Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26/06 que aprova o regime jurídico da reconversão da paisagem (RJRP) e pelo disposto no referido Despacho.

A Direção-Geral do Território (DGT), entidade competente na elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (doravante designado de PRGP SM), solicitou a esta CCDRC a emissão de parecer sobre a proposta, conforme previsto no n.º 1 do referido artigo 48.º do RJIGT.

O PRGP SM é um instrumento de gestão territorial que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e da severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência aos riscos e às alterações climáticas.

Em termos de âmbito territorial, o PRGP SM desenvolve-se na NUTS II – Centro, abrangendo áreas dos concelhos de Penamacor, Sabugal e Guarda, e 20 freguesias, numa área total de cerca de 57 300 hectares. São relevantes as presenças da Reserva Natural da Serra da Malcata (28%) e as restantes áreas que integram a Rede Natura 2000, que, no seu total, representam cerca de 31% da área total do PRGP SM.

2. Composição do Programa

A proposta do PRGP SM encontra-se estruturada da seguinte forma:

Elementos constituintes:

- Relatório de Diagnóstico Prospetivo
- Relatório do Programa



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Sumário Executivo
- Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico
- Desenho da Paisagem

Componentes do documento estratégico:

Parte I - Enquadramento legal e geográfico;

Parte II - Desenho da Paisagem - Definição de unidades de gestão da paisagem e o desenho da paisagem proposto;

- Aptidões do Solo:

- Valores biofísicos e naturais;
- Valia económica e social de produtos, culturas e funções;
- Serviços dos ecossistemas;
- Ecologia do Fogo.

- Desenho da Paisagem Proposto:

- Macroestruturas da paisagem;
- Macro sistemas da paisagem;
- Elementos singulares da paisagem.

Parte III - Matriz de transição e custos:

- Matriz de Transição;
- Matriz de custos de transição.

Parte IV - Diretrizes de planeamento e gestão:

- Diretrizes e normas para a promoção da transformação da paisagem;
- Compatibilização entre as diretrizes do PRGP SM e as normas dos IGT em vigor;
- Normas a incorporar nos IGT em vigor.

Parte V - Áreas e ações prioritárias:

- Áreas integradas de gestão da paisagem;
- Áreas temáticas determinantes para a nova paisagem;
- Áreas estratégicas de gestão de combustíveis.

Parte VI - Programa de execução e governança;

Parte VII - Programa de monitorização e avaliação de resultados:

- Modelo de acompanhamento e reporte de resultados.

Parte VIII - Processo participativo do PRGP SM.

2.1. Conteúdo Material

Face aos documentos apresentados considera-se que a proposta de revisão do PRGP SM dá, no essencial, cumprimento ao conteúdo material estabelecido no art.º 40.º do RJIGT, por remissão do artigo 8.º do RJRP e n.ºs 9 e 10 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

De facto, foram definidas as opções setoriais através do desenho da paisagem baseado nas aptidões do solo, valia económica e social de produtos, culturas e funções, serviços dos ecossistemas e ecologia do fogo, foram definidas as diretrizes de planeamento e gestão para a promoção da transformação da paisagem, assegurando uma matriz de transição e valoração, programando-a através da implementação de áreas e ações prioritárias para a concretização dos objetivos operacionais e estratégicos estabelecidos para o PRGP SM. Foi ainda definido o modelo de acompanhamento participativo e institucional e de programação a longo prazo.

Na área de intervenção do PRGP SM, aplica-se um conjunto de IGT em vigor, entre eles, planos e programas de natureza especial e setorial e os planos territoriais de âmbito municipal, nomeadamente: o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), o Plano Setorial da Rede Natura 2000

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

(PSRN 2000) da ZEC da Malcata, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI), o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORN SM), o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal (POAS) e os PDM de Guarda, Penamacor e Sabugal, sendo que o relatório analisa e identifica a compatibilidade com IGT de nível hierárquico inferior, registando as normas e o quadro de referência para a alteração e/ou atualização dos PDM.

Sobre a matéria serão feitas algumas considerações durante a presente apreciação.

2.2. Conteúdo Documental

A proposta do PRGP-SM encontra-se instruída com os elementos necessários à sua apreciação e fundamentação, nomeadamente os definidos no artigo 41.º do RJIGT. Foram estabelecidas as opções e os objetivos operacionais e estratégicos com a respetiva incidência territorial e o relatório do programa com as diretrizes e normas estabelecidas em consonância com as respetivas peças gráficas (Desenho da Paisagem) necessárias à representação da respetiva expressão territorial. É ainda acompanhado de um relatório de diagnóstico prospetivo que o antecedeu, um relatório executivo e o relatório ambiental e resumo não técnico destinados a suportar a avaliação.

3. Cartografia das peças gráficas

Quanto à cartografia utilizada nas peças gráficas do Desenho da Paisagem verifica-se a opção pela ortofotocartografia – ortofotomapas da DGT de 2018, com elementos adicionais de cartografia topográfica vetorial diversa, disponibilizada por várias entidades envolvidas na elaboração do programa, e cuja Legenda das quatro peças se encontra devidamente identificada, respeitando assim as normas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28/07, alterado pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30/08.

Refere-se, no entanto, que deve constar igualmente a referência ao sistema de georreferência utilizado nos termos do artigo 3.º-A do referido diploma.

4. Relatório de Diagnóstico Prospetivo

O relatório de Diagnóstico Prospetivo, correspondente à 2.ª Fase da proposta, faz o enquadramento no âmbito territorial definido no Anexo IV do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que designa a área de intervenção do PRGP SM a para a qual são definidas ações passíveis de replicação a toda a Unidade Homogénea “Penha Garcia e Serra da Malcata”, conforme consta do Anexo I do Decreto-Lei n.º 49/2020 de 24 de junho, que a define.

Este documento apresenta as dinâmicas territoriais e socioeconómicas desenvolvidas ao longo das últimas décadas, bem como as perspetivas da não ação, tendo em consideração os domínios da ocupação do solo e dos recursos biofísicos, da estrutura da propriedade, da socioeconómica rural e da ecologia do fogo, o desenho da paisagem proposto nos territórios abrangidos pelo PRGP SM e o processo participativo resultou na elaboração do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, no âmbito da AAE, já com pronúncia emitida pelas entidades competentes e participativas neste PRGP SM.

5. Relatório do Programa

O relatório do programa procede ao diagnóstico da situação territorial e à fundamentação técnica das opções e dos objetivos estabelecidos (art.º 41.º, n.º 3 do RJIGT).

É um documento estratégico que estabelece e justifica as opções e os objetivos, explica as diretrizes de planeamento e gestão e as normas de execução, define e circunscreve o desenho da paisagem e as áreas prioritárias à respetiva representação territorial do PRGP SM, bem como incorpora um programa de

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

execução e governança e de monitorização e avaliação de resultados envolvendo a participação pública.

O documento desenvolve-se por 8 partes, organizado de acordo com os elementos mencionados no ponto 2 do presente parecer, considerando-se abarcar todas as matérias que justificam a génese do PRGP SM, enquanto medida programática prevista no Programa de Transformação da Paisagem destinado *“a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas”*.

Da apreciação efetuada considera-se que o relatório do programa se encontra devidamente estruturado e o seu conteúdo permite, eficazmente, sustentar a fundamentação técnica da proposta do PRGP SM.

Contudo, na Parte IV, no que respeita ao enquadramento nos IGT em vigor e identificação das incompatibilidades nos mesmos, pese embora se observe que, genericamente, é verificada a compatibilidade da proposta do PRGP SM com os PDM dos concelhos da Guarda, Penamacor e Sabugal, no caso da Reserva Ecológica Nacional, apenas é efetuada a compatibilização, nos termos do descrito no Anexo II do Regime Jurídico da REN, considerando unicamente as categorias do Item III dos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, sem a indicação das tipologias da REN afetadas.

Porém, entende-se que se deveria proceder à conformidade da proposta do PRGP ADBS com a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em vigor dos referidos concelhos.

6. Relatório Executivo

Documento que resume os aspetos considerados essenciais na elaboração do PRGP SM. Sintetiza os temas principais apresentados no Relatório do Programa, estando redigido com clareza e objetividade, pelo que se julga uma mais valia a integrar a proposta do PRGP SM.

7. Desenho da Paisagem – Peças Gráficas

São apresentadas 3 peças gráficas representativas do desenho da paisagem e uma Planta Síntese do desenho da paisagem proposto, dando cumprimento ao disposto no n.º 9 do Despacho n.º 2507-A/2021.

8. Relatório Ambiental no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica

Como referido no ponto 1, a CCDRC já emitiu parecer sobre o “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão”, tendo concluído que o documento então apresentado reunia condições para avançar para a fase seguinte, devendo, no entanto, ter em consideração algumas sugestões indicadas. Verifica-se que o Relatório Ambiental (RA) 3.ª Fase acolheu algumas dessas sugestões, saudando-se, neste âmbito, a incorporação no QRE da Estratégia de Proteção do Solo da EU para 2030, inclusão de orientações relevantes para a viabilização da neutralidade carbónica constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, exibição de Quadros de Governança por FCD e um Quadro de Governança Síntese, apresentação do Programa de Seguimento da AAE que visa assegurar a sustentabilidade ambiental da implementação do PRGP SM, através do controlo das medidas, metas e indicadores de monitorização, com o envolvimento das entidades responsáveis e parceiras, e ainda a compatibilidade entre as principais linhas de ação preconizadas pelo Programa e as SRUP, em particular REN e RAN, avaliação esta que consta do Relatório da Proposta de PRGP SM (ponto 1 da Parte IV).

Da análise ao RA, tecem-se as seguintes considerações:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- i. A estrutura apresentada no RA dá genericamente cumprimento aos requisitos estabelecidos no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, na sua atual redação, conforme a seguir se explicita.
- ii. Em termos metodológicos foram consideradas as principais orientações e recomendações das melhores práticas em matéria de AAE constantes do Guia Metodológico da APA (Partidário, MR 2012) e da Diretiva nº 2001/42/CE.
- iii. Em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do RJAAE, o RA identifica de forma detalhada a metodologia, os principais objetivos do Programa e as medidas a este associados, de forma a contextualizar o PRGP SM como medida programática de intervenção no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem, vocacionado para territórios vulneráveis e destinado a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, prosseguido por vários tipos de intervenção, através da definição de diretrizes e normas de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, atendendo à aptidão do solo e às necessidades de gestão e de ordenamento.
- iv. O RA identifica os planos, programas e estratégias, internacionais, nacionais, comunitários e locais, pertinentes para o PRGP SM e avalia a relação entre as respetivas propostas e os objetivos ambientais e de sustentabilidade definidos nos vários instrumentos identificados no quadro de referência estratégico.
- v. O RA faz incidir a avaliação ambiental estratégica em quatro fatores críticos para a decisão (FCD) – Resiliência ao fogo; Valorização do território; Serviços dos ecossistemas e Governança territorial. -, os quais estão associados a diferentes critérios de avaliação e respetivos indicadores e fontes de informação.

Para cada um dos critérios de avaliação, é apresentada uma análise tendencial de evolução (contendo uma matriz SWOT), uma avaliação quantitativa dos valores de referência por critérios de cada FCD em anos antecedentes e uma análise qualitativa dos efeitos decorrentes da aplicação do PRGP SM, tendo em conta as características do programa, as ações previstas no Desenho da Paisagem e o incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção do PRGP SM e que são relevantes para o programa, evidenciando uma análise global da avaliação das oportunidades e dos riscos associados aos quatro fatores críticos para decisão.

Dá assim cumprimento ao estabelecido nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 1 do art.º 6º do RJAAE.

- vi. O RA define as medidas e recomendações de seguimento que correspondem à integração de um conjunto de sugestões para a gestão e operacionalização do PRGP SM, num quadro de maior sustentabilidade, em articulação com as orientações decorrentes da AAE, bem como as medidas de controlo que consubstanciam o programa de monitorização anual, centrado em indicadores de avaliação específicos, de realização, de resultado e de impacto, associados aos FCD identificados, focados nos resultados e associados à fase de seguimento da AAE.

Acresce referir a apresentação de um Quadro de Governança onde constam as diretrizes de ação atribuídas às entidades com responsabilidades ambientais específicas, ou outras, que podem contribuir de forma positiva para a implementação do PRGP SM.

No entanto, no modo de operacionalização das medidas e metas constantes do Programa de Acompanhamento, questiona-se qual o valor de referência (q.e., face ao ano de....) na Meta a atingir “Diminuição em 75% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 500 ha”, quanto ao critério “Fogos Rurais” no FCD 1 Resiliência ao fogo (Quadro 40).

No que concerne ao FCD 2 Valorização do território (Quadro 41), devem considerar a CCDR Centro como Entidade Parceira na monitorização das metas a atingir com a sua implementação, nomeadamente, no critério “Dinâmica Socioeconómica”.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

É dado cumprimento ao estabelecido nas alíneas f) e h) do n.º 1 do artigo 6º e no artigo 11º do RJAAE.

- vii. O RA é acompanhado de um Resumo Não Técnico que incorpora os elementos e informações essenciais referidas no art.º 6.º do RJAAE e permite o cumprimento formal do disposto na alínea i) do n.º 1 do referido artigo.
- viii. O RA apresenta uma avaliação de três cenários alternativos – Passivo; Transição Positiva e Ideal –, estruturados de acordo com sete critérios de ponderação: a economia do território, a governança, a gestão de habitat, a ocupação do solo, a gestão de áreas protegidas e classificadas, a gestão de fogos rurais e o regime de apoios e investimentos. Foi realizada uma análise comparativa entre cada um dos cenários com cada fator de ponderação visando identificar as tendências de evolução (eventuais fragilidades e potencialidades) no ambiente e no território da área de intervenção, e permitiu a escolha da alternativa mais equilibrada, integradora e exequível das questões ambientais e socioeconómicas que apresenta, para o horizonte temporal do Programa (10 anos), que é a opção do Cenário da Transição Positiva.

É dado cumprimento ao estabelecido na alínea g) do artigo 6.º do RJAAE.

O presente RA da proposta do PRGP SM dá cumprimento aos requisitos estabelecidos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06, na sua atual redação, devendo, no entanto, atender às recomendações acima indicadas aquando da elaboração do RA final.

9. Conclusão

Pelo exposto, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, considera que a proposta do PRGP SM se encontra em condições de ter o devido seguimento, devendo ser atendidas as reservas referidas nos pontos 3, 5 e 8 do presente parecer.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente,

(Prof. Doutor Eduardo Anselmo de Castro)

ANEXO – V

Parecer da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIBB)

PARECER

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM)

Assunto: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM)

- Pedido de parecer final PRGP Serra da Malcata ao abrigo do artigo 48º do RJIGT

No âmbito da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) foi solicitado pela DGT a emissão de parecer sobre a proposta do programa identificado em epígrafe, conforme previsto no n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Para este efeito foi disponibilizado na plataforma PCGT através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/> a documentação do plano:

- relatorio_diagnostico_prospetivo_210052fot02rl0
- relatorio_programa_210053fot01rl0
- prgpsm_20220429.zip
- prgpsm_desenho_paisagem.zip
- sumario_executivo_4_maio.zip (também em anexo)

Análise

A área de intervenção do PRGP Serra da Malcata apresenta uma área total de 57 308,5 hectares, destes 14 203,5 ha estão integrados no concelho de Penamacor e consequentemente na NUT III da Beira Baixa, representando cerca de 24,8% da área total do PRGP.

É importante destacar nesta área a presença de importantes valores naturais, nomeadamente da fauna e flora, que justificam a existência de áreas classificadas como a da Reserva Natural da Serra da Malcata, que ocupa cerca de 28% da área do PRGP SM, e de áreas que integram a Rede Natura 2000, como é caso da Zona de Proteção Especial para Aves

Selvagens (ZPE) e a Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Malcata (Rede Natura 2000), que no seu total representam cerca de 31% da área total do Programa. O PRGP SM refere que que irá ser mantido ou melhorado todos os estratos onde ocorram habitats protegidos o seu grau de conservação, como é o caso destas áreas classificadas.

O PRGP SM numa dimensão estratégica propõe um desenho da paisagem assente em três principais componentes: a Macro Estrutura, os Macro Sistemas e os Elementos Singulares da Paisagem, que baseiam-se essencialmente nos objetivos estratégicos de valorização do capital natural através do incremento da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e de desenvolvimento socioeconómico sustentado através da diversificação e do aumento de rendimento das explorações, tendo por base um ajustamento dos usos do solo àquela que é a aptidão edafoclimática e concorrendo, no seu conjunto, para o aumento da resiliência aos fogos rurais e aos consequentes efeitos das alterações climáticas

Na área de intervenção do PRGP SM existe a AIGP “Terras do Lince – Malcata”, constituída pelo Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho, promovida pela Câmara Municipal do Sabugal, com uma área de 4.824,3ha, que localiza-se nas freguesias de Meimão e Malcata, para além desta, são propostas no âmbito do presente PRGP a criação de duas AIGP, com uma área aproximada de 3.000 ha,

A PRGP SM releva a importância das AIGP como instrumentos de acção no terreno, através da definição e concretização das OIGP (Operações Integradas de Gestão da Paisagem), as quais irão concretizar a reconversão e gestão de territórios florestais, agrícolas e silvopastoris, através de uma gestão ativa e racional, em microterritórios específico.

O PRGP SM está alinhado com Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa nomeadamente com o objetivo estratégico “OE 10. Promover a gestão sustentável dos recursos florestais, garantindo a sua valorização em diferentes setores económicos (turismo, energia, indústria transformadora, agroalimentar e pasta de papel), na valorização dos recursos florestais e a intervenção do ponto de vista económico tem implicações importantes na proteção ambiental, especialmente a gestão, composição e distribuição das espécies

florestais com impactos diretos na prevenção dos riscos naturais e na manutenção do equilíbrio natural da Região.

Após análise dos documentos mencionados, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, considera que a proposta do PRGP SM reúne as condições para que emita parecer favorável, tendo em conta que o PRGP está em conformidade com os planos e programas especiais e setoriais em vigor aplicáveis na sua área de intervenção e está alinhada com Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa.

Castelo Branco, 02 de junho de 2022

O 1º Secretário Executivo,



(João Carvalhinho)

ANEXO – VI

Parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)



Exmo(s). Sr(s).

DIRECAO GERAL DO TERRITORIO

R ARTILHARIA UM, 107

1099 052 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Local de emissão
		OF/4852/2022/DIAm/DRAPC OT/65/2022/DIAm/DRAPC	Castelo Branco

Assunto: PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM) - 09/06/2022 - emissão de parecer.

No âmbito da participação da DRAPC nos trabalhos de acompanhamento do procedimento PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), foram analisados os seguintes documentos, provenientes da PCGT:

“RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO - 2ª Fase 2021/0005, 4 de março de 2022”;
“RELATÓRIO DO PROGRAMA - 3.ª Fase 2021/005, 4 de março de 2022”;
“SUMÁRIO EXECUTIVO” - 3ª Fase de 2021/005, de 29 de abril de 2022”.

Após a análise dos documentos suprarreferidos tecem-se as seguintes considerações:

A revisão do PNPOT publicada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, identifica a vulnerabilidade dos territórios de floresta e o reconhecimento e valorização do seu capital natural, como ativos estratégicos para o desenvolvimento das áreas rurais. Neste contexto são aprovados e publicados o Programa de Transformação da Paisagem (PTP - Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP - Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho) que estabelecem um conjunto de medidas programáticas e um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios florestais vulneráveis, atendendo à sua organização espacial. Uma dessas medidas corresponde aos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) que devem constituir-se como referenciais de uma nova economia dos territórios rurais, promovendo uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços, a partir dos ecossistemas. É neste enquadramento legal que surge o PRGP da Serra da Malcata (SM) cuja determinação de elaboração foi efetuada pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

O PRGP SM está articulado com a designada Unidade Homogénea em que se insere Figura 1. Neste esquema encontra-se ilustrada essa relação, bem como o desenvolvimento do Programa nas várias componentes que o constituem, nomeadamente nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e nas Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a elas associadas.

Na resposta indicar sempre a nossa referência

X

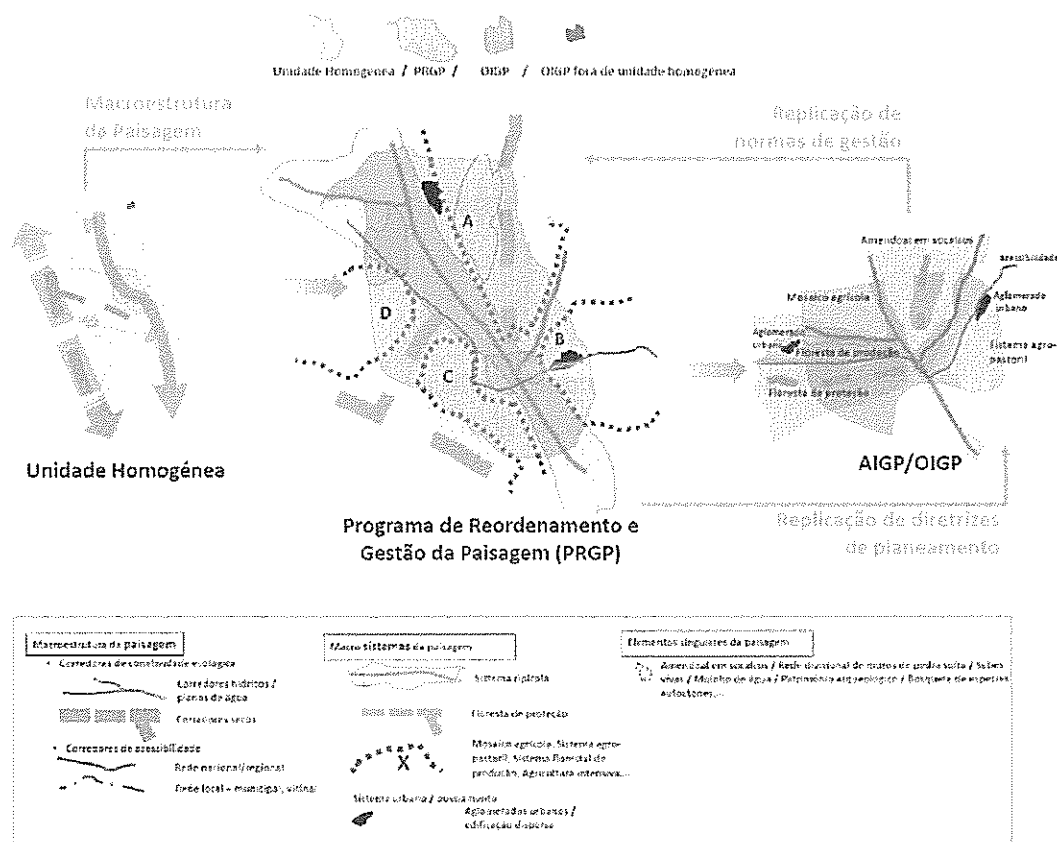


Figura 1 - Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP
Fonte: Adaptado de DGT (2021)

- A transformação espacial da paisagem na área do PRGP SM (57.308,5ha) concretiza-se através da reconversão e ou da gestão de áreas, partindo dos Estratos de Referência da Paisagem Atual (ERPA) com base na aptidão biofísica, no aproveitamento do solo, na valorização dos serviços dos ecossistemas, no regime do fogo, na sustentabilidade associada às dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural.

A transformação proposta incide sobre 71% da área de intervenção.

As áreas correspondentes à classificação COS 2018 de Territórios artificializados (1); Agricultura (2); Pastagem (3); Florestas de eucalipto (5.1.1.5); Espaços descobertos ou com pouca vegetação (7) e Massas de água superficiais (9) que não se encontrem classificados nos Regimes de Gestão do Fogo, são classificadas como “não objeto de transformação” e correspondem a 29% da área de intervenção. Isto é, não são propostas transformações para estas classes de ocupação.

Também no caso dos territórios artificializados e massas de água superficiais e espaços descobertos (essencialmente afloramentos rochosos) se justifica a não intervenção. No caso da Agricultura e Pastagem, estes espaços estruturam a paisagem com áreas abertas e de mosaico, tendo uma lógica económica de manutenção a qual não é alterada pelo PRGP SM. No caso das áreas de eucaliptal, que ocupam 309 ha (0,54 % da área de intervenção) quase totalmente localizadas em zonas de regular ou boa aptidão produtiva, optou-se pela não intervenção.

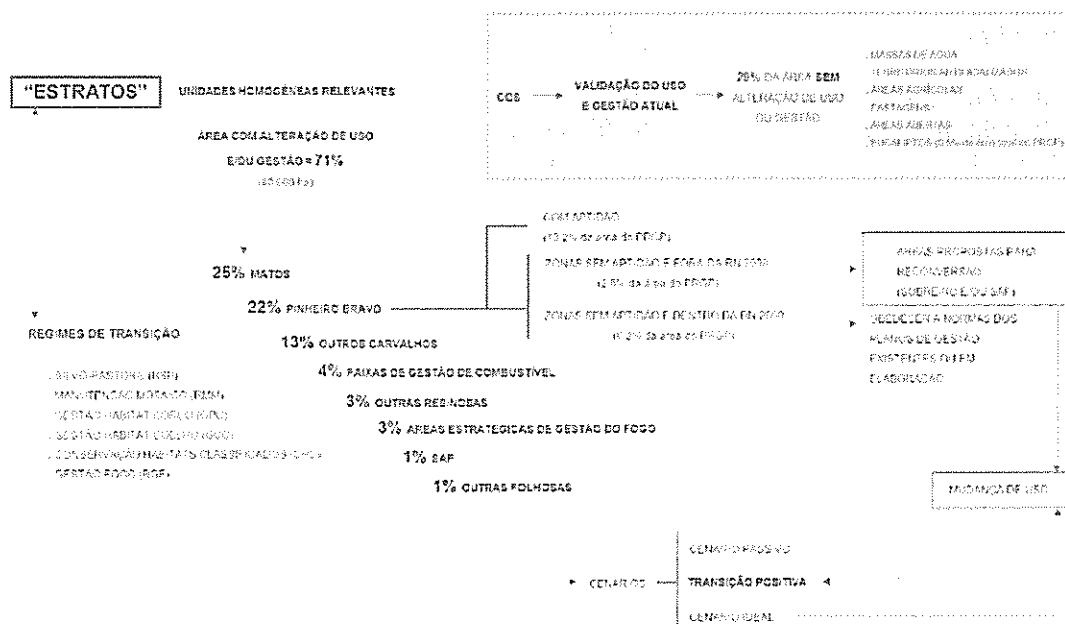


Figura 2 – Síntese da transformação proposta no PRGP SM

Quadro 1 – Área (ha) e % na área transformada afetada pela alteração

Alteração de ocupação ou gestão	Área (ha)	% na área com alteração de ocupação ou gestão
Alteração de ocupação	3.999,2	9,8%
Conversão de áreas de pinheiro bravo (baixa aptidão produtiva) para sobreiro	2.841,6	7,0%
Conversão de áreas de pinheiro bravo (baixa aptidão produtiva) para SAF de sobreiro	1.157,6	2,8%
Regimes de Transição	---	---
Regime Silvopastoril (RSP)	14.649,0	36,0%
Regime de Manutenção do Mosaico (RMM)	9.764,0	24,0%
Gestão do Habitat do Corço (GHC)	28.908,0	71,1%
Gestão do Habitat do Coelho-bravo (GCC)	24.432,0	60,1%
Gestão do Fogo (RGF)	4.661,0	11,5%

- No relatório do PRGP SM em análise, relativamente à produção agrícola (RGA 2019) refere-se que 60,3% do total da SAU se encontra na categoria “pastagens” e que apesar dos dados disponíveis por freguesia, não discriminarem a orientação produtiva (animal, vegetal ou mista), a metodologia de cálculo do Valor de Produção Padrão (VPP) utilizada (GPP 2011), o encabeçamento e a repartição da SAU, permitem confirmar a importância relativa da produção animal no valor económico da produção agrícola na área em causa. Considerando a composição da SAU por categoria de superfície agrícola (RA 2019), a área (ha) e respetiva % (por freguesia) o Valor da Produção Padrão (VPP) média na SAU indicado é de 697,34€ /ha.

- Relativamente à produção florestal numa superfície total de 45.144,1ha, com uma ocupação cultural (COS 2018) de 25.682,6ha de Povoamentos florestais (56,9%), 15.716,2 de Matos (34,8%), 3.704,2ha Pastagens



(8,2%) e 485,5ha de Sistemas agroflorestais (1,1%), a espécie florestal identificada que apresenta maior Valor da Produção é o pinheiro-bravo com aptidão produtiva regular (8.492€/ha).

- No que se refere à gestão do regime de fogo e para o cumprimento dos dois fundamentais objetivos definidos: aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais e aumentar a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate, as cinco estratégias complementares previstas e que permitirão gerir a acumulação de combustíveis e alterar substancialmente o comportamento potencial do fogo à escala da paisagem consideram-se adequadas, entre as quais se refere a “Constituição de mosaicos de gestão de combustível de promoção de regimes de uso silvo pastoril”.

- Em torno dos principais temas considerados na proposta do PRGP SM (Florestas; Sistemas agro-silvo-pastoris; Valorização dos ecossistemas naturais; Turismo, recreio e património; e Gestão de fogos rurais) também o conjunto de ações previstas e associadas a cada um dos cinco temas, se consideram perfeitamente ajustadas e consistentes.

- Também as principais estruturas (de suporte físico do território), sistemas (vários tipos de usos e ocupações do solo) e elementos singulares (valores reconhecíveis como únicos ou com carácter particular de determinada região ou local) que refletem as características fundamentais da paisagem em presença foram detalhadamente apresentadas e integradas na composição dos grandes mosaicos onde se desenvolvem os usos e que são orientadores das estratégias a concretizar.

- Na área de intervenção do PRGP SM existe a AIGP “Terras do Lince - Malcata” foi proposta a criação de duas AIGP, com uma área aproximada de 3.000ha, a integrar na UGP2 e na UGP3, figura 3:

Na UGP2, a AIGP proposta localiza-se na zona dos vales da ribeira de Caria ou do Casteleiro, excluindo as áreas integradas no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

Na UGP3, a AIGP a constituir poderá localizar-se nas zonas envolventes aos aglomerados de Pega e Adão, abrangendo as bacias hidrográficas da ribeira do Boi e/ou da ribeira do Seixo. É nesta área que está enquadrada uma maior diversidade de ocupações e características (área de pinheiro-bravo, áreas de *Quercus pirenaica*, área de matos sobre granito, sistemas agroflorestais) que poderão englobar intervenções de transformação da paisagem no âmbito das AIGP.

Estas AIGP constituirão áreas de teste para a aplicação das orientações estratégicas e das ações práticas estabelecidas no presente Programa, em virtude das especificidades territoriais das UGP.

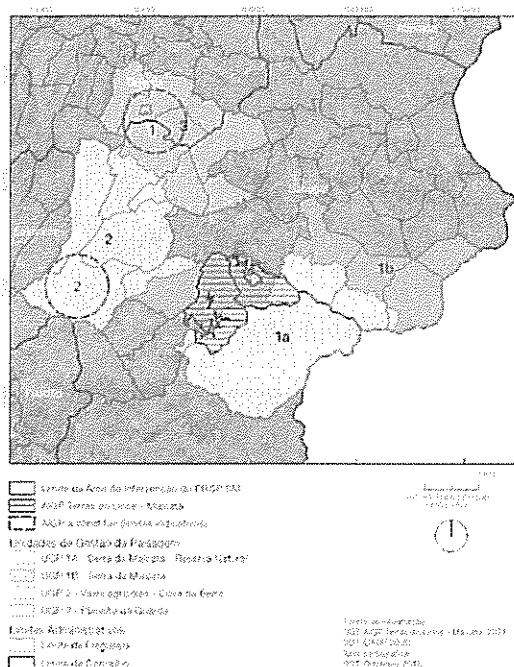


Figura 3 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) constituídas e a constituir

- As entidades gestoras de áreas florestais (ZIF, AIGP), as autarquias locais e o conjunto das organizações socioprofissionais com intervenção no espaço rural, constituem o essencial dos agentes de coordenação da transformação, potencialmente beneficiários de sistemas de incentivo que apoiem essa mesma transformação. As explorações agrícolas e florestais, as entidades gestoras de zonas de caça e as empresas de animação turística, diretamente ou através de organismos intermédios, são os agentes diretos da transformação.

- Estima-se que, no horizonte de 10 anos, o custo do Programa possa atingir: € 53, 3 milhões, sendo € 16,1 milhões (30,3%) correspondentes a investimento (novos povoamentos florestais e instalação de regimes de gestão), € 8 milhões (15%) a manutenção do investimento e € 29,2 milhões (54,7%) afetos a pagamentos de gestão da paisagem e por serviços dos ecossistemas associados a regimes à remuneração dos serviços dos ecossistemas. Globalmente o custo da transformação é estimado em € 93,07 /ha.ano durante o período de 10 anos.

O financiamento das ações propostas no PRGP SM tem como fontes o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Ambiental (FA) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quadro 2 - Custo por tipologia de intervenção por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do PRGP SM

	Área com Intervenção		Área PRGP SM	
	Custo/ha	Custo/ha.ano	Custo/ha	Custo/ha.ano
Investimento	596.68 €	39.67 €	281.51 €	28.15 €
Manutenção	196.82 €	19.68 €	139.67 €	13.97 €
Pagamentos	717.53 €	71.75 €	509.49 €	50.95 €
Total	1 311.44 €	131.14 €	930.68 €	93.07 €
Total (ha)	40 662 €		57 297 €	

- O Programa de Execução e Governança que decorre da Matriz de Transição e Valorização e operacionaliza a implementação do PRGP SM, identificando as Áreas e Ações Prioritárias para a transformação da paisagem,



a médio e longo prazo, incluindo o respetivo faseamento, o modelo organizacional e as possíveis fontes de financiamento;

Assim o Programa de Execução e Governança estabelece a programação da transformação no horizonte temporal de 10 anos, discriminando as ações previstas, respetiva estimativa de investimento, os atores chave envolvidos e as fontes de financiamento.

A programação da execução tem em conta a necessidade de dar contributos para a avaliação prevista ser efetuada, de 4 em 4 anos.

O Programa de Execução e Governança é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Programa de Execução e Governança

Ação	Calendarização (anos)										Estimativa do investimento	Atores chave	Fonte de financiamento	Estado da ação	Monitorização
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10					
TEMA - Áreas integradas de Gestão da Paisagem															
AIOP Terras do Lince-Malcata (constituição)	Definição da OIGP	Operacionalização da OIGP									Destinado e atribuído para a constituição do AIOP	Entidade gestora e proprietários, Autarquias, DGT e ICNF	Fundo Ambiental	Iniciado	Fórum Intersectorial
AIOP 1 (a constituir)	Constituição da AIOP	Definição de OIGP	Operacionalização da OIGP							A definir	A iniciar				
AIOP 2 (a constituir)															
TEMA - Transição segundo a ocupação do solo **															
Matos	Montagem do sistema de incentivos	Operacionalização da transição									€ 13 472 282,00	Proprietários, Autarquias, DGT, ICNF, AGIF, ZIF, Zonas de Caça, ONGA's	FEADER, Fundo Ambiental, PRR	A iniciar	Fórum Intersectorial
Pinheiro-bravo											€ 22 050 418,00				
Outros carvalhos											€ 13 674 052,00				
Faixas de Gestão de Combustível (***)															
Outras resinas											€ 831 844,00				
Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível											€ 1 392 949,00				
Sistemas agro-florestais											€ 647 441,00				
Outras folhosas											€ 1 369 892,00				
											€ 53 325 848,00				
Ação	Calendarização (anos)										Estimativa do investimento	Atores chave	Fonte de financiamento	Estado da ação	Monitorização
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10					
TEMA - Temáticas e ações relevantes no Desenho da Paisagem Proposta **															
Definidas no ponto 3.3 da Parte II do Relatório do Programa	Montagem do sistema de incentivos	Operacionalização das ações									A definir	Proprietários, Autarquias, DGT, ICNF, APA, AGIF, DRAP, DGADR, ERT Centro, DGPC, ZIF, Zonas de Caça, ONGA's	FEADER, Fundo Ambiental, PRR	A iniciar	Fórum Intersectorial

Notas:

* Pontos de atuação nos anos 4 e 8 para inclusão nos REDT

** Ver capítulo específico no presente documento

*** Financiamento noutro programa

- A implementação do PRGP SM será acompanhada desde o início pela definição e operacionalização de um programa de avaliação e monitorização que possibilite a avaliação dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal de 10 anos.

Assim no que se refere ao “RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO – 2ª Fase 2021/0005; 4 de março” e dada a complementação com alguns dos elementos propostos pela DRAPC no anterior parecer (OF/142/2022/DIAM), desta forma a DRAPC emite Parecer Favorável sobre o documento em causa.



Relativamente aos documentos “SUMÁRIO EXECUTIVO” - 3ª Fase de 2021/005, de 29 de abril de 2022 e “RELATÓRIO DO PROGRAMA - 3ª Fase 2021/005, 4 de março de 2022”, no que se refere, aos conteúdos apresentados nestes documentos, considera-se que a proposta de programa se apresenta bem documentada e estruturada em termos do reordenamento e gestão da paisagem, para o alcance dos objetivos estabelecidos através das intervenções e ações planeadas, assim a DRAPC emite parecer favorável aos documentos em causa.

Por outro lado, dada a complexidade duma intervenção integrada na paisagem, quer no que se refere aos temas (florestas, sistemas agro-silvo-pastoris, valorização dos serviços dos ecossistemas...), ações a implementar, multiplicidade de fontes de financiamento (FEADER, PRR, FA,...) e apoios técnicos especializados que deverão suportar o alcance desta ambiciosa mudança a operar no território, considera-se que o programa de execução e governança carece de melhor concretização para uma mais eficiente e eficaz operacionalização do PRGP SM. Assim, entende-se que deveria também ser proposto um desenho de estrutura multidisciplinar (entidades e serviços em concreto) de apoio às entidades locais gestoras já criadas ou a criar, para a necessária articulação de todos os intervenientes na implementação das ações.

Assim, relativamente aos documentos suprarreferidos, a DRAPC emite Parecer Favorável, com uma forte recomendação de incorporação de um plano de operacionalização e articulação mais detalhado.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional

(Fernando Carlos Alves Martins)

Ângela Pinto Correia

Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar,
Rural e Licenciamento.

GR / GR

ANEXO – VII

Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

PARECER

Assunto: PCGT - ID 5 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM)

INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), foram disponibilizados na PCGT da DGT, o Relatório de Diagnóstico Prospetivo bem como o Relatório do programa, o sumário executivo e respetiva cartografia, para emissão de parecer nos termos do art.º 47.º (Avaliação ambiental) e 48.º (Acompanhamento do programa setorial) do RJIGT.

Por requerimento registado no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (Processo RUBUS n.º P-051707/2021; Entrada RUBUS n.º E-034278/2022) a 04 de maio de 2022, veio a Direção Geral do Território solicitar a emissão de parecer sobre o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata ao abrigo do n.º 1 do Artigo 48.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

ANÁLISE

Da análise do solicitado tem-se a salientar o seguinte:

Sumário Executivo

Página 4: Nas “outras áreas e corredores de conectividade ecológica” deveria também ser incluída a PTZPE0007 – Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata.

Página 9: Relativamente ao ponto “a. Redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, incluindo melhorias sensíveis no médio prazo” tem-se a salientar o seguinte:

“Regimes do fogo e biodiversidade: respostas dos ecossistemas e alternativas de gestão” (Paul H. Zedler e Francisco Castro Rego in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal):

- “Há evidência de que em muitas paisagens o fogo é um elemento necessário para manter a biodiversidade, mas que a pode colocar em risco quando ocorre fora dos padrões históricos e quando facilita a dominância de espécies exóticas invasoras.”.
- “Os eventos dos últimos anos têm mostrado, muito claramente, que a supressão do fogo não consegue evitar incêndios catastróficos. Face a estes factos, o que importa não é maximizar a capacidade de suprimir os grandes incêndios, mas maximizar o investimento em práticas de gestão que preparem a paisagem para arder, causando o mínimo de perdas em vidas humanas e de impactes económicos e

ecológicos, quando ocorrerem eventos extremos (ver também o capítulo de P. Fernandes neste volume).”.

- “Muitas esperanças têm sido depositadas na prática de fogos controlados com o intuito de criar uma paisagem que reduza, de forma substancial, a probabilidade de incêndio. Existe, no entanto, uma grande limitação. Não é possível reduzir a probabilidade de incêndio para zero sem que se reduza o combustível também a zero. Deste modo, qualquer plano de gestão que vá no sentido de manter um coberto vegetal mais ou menos contínuo, irá ter sempre de considerar que sob condições muito severas um fogo pode evoluir ao ponto de constituir uma conflagração regional. Isto não sugere, de modo algum, que não se deva recorrer à prática de fogos controlados, mas sim que em vez de se ter a expectativa de eliminar a ocorrência de incêndios de grandes proporções, os fogos controlados devam ser usados de modo a tornar as paisagens mais resilientes à inevitável ocorrência de fogos. Este é um caso especial da proposta para se seleccionarem abordagens de gestão que procurem maximizar mais a resiliência do sistema, que minimizar a probabilidade de catástrofes (Holling & Meffe, 1996). Isto pode ser designado por abordagem de “preparação para o fogo.”.
- “Considerar os “danos colaterais” que se encontram associados a várias abordagens de gestão e, especialmente, da gestão do fogo. É necessário criar zonas de gestão de combustíveis ou corta-fogos e monitorizá-los de modo a garantir que não funcionam como reservatórios de espécies invasoras, que se podem expandir a seguir a fogos grandes e intensos (ver também o capítulo de Pinho et al. neste volume).”.

“Silvicultura Preventiva e Gestão de Combustíveis: Opções e Optimização” (Paulo A. M. Fernandes in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal):

- “A aplicação de herbicidas é eficiente na erradicação da vegetação do sub-bosque, embora não ofereça protecção imediata (Brose & Wade, 2002) e possa aumentar temporariamente a combustibilidade ao transformar biomassa viva em morta (Fernandes et al., 2000a). Este efeito pode também ocorrer após o corte de mato com motoroçadora sem remoção, dependendo do grau de compactação induzido pelo tratamento (Fernandes et al., 2000a). Do pastoreio resulta um impacte selectivo e disperso (Valette et al., 1992), cuja magnitude depende do encabeçamento aplicado (Tsiouvaras et al., 1989), e que combina o consumo de biomassa com um efeito de compactação.”.
- “Que benefícios se devem então esperar da gestão de combustíveis? Simplesmente assumir que uma área convenientemente defendida ou tratada, ou seja, de acordo com uma prescrição tecnicamente fundamentada, aumentará as opções de combate ao incêndio (Omi & Martinson, 2002a) e tornará efectiva a táctica de supressão utilizada (Finney & Cohen, 2003). Este desfecho é fruto da redução da intensidade do fogo para níveis compatíveis com um combate eficiente. Dependendo da(s) espécie(s) dominante(s) e das suas características de resistência passiva e(ou) resposta ao fogo, a diminuição da intensidade do incêndio poderá viabilizar a persistência da floresta. Em condições extremas de propagação do fogo a gestão de combustíveis pode não ter um reflexo na extensão da área ardida, mas seguramente mitigará os impactes ambientais, sociais e económicos dos incêndios nas áreas em que a vegetação for reduzida/modificada ou convertida.”.
- “Sistemas de apoio à decisão espacialmente explícitos permitem identificar as áreas onde os incêndios são mais prováveis e a forma como se poderão propagar, para então decidir sobre os níveis de redução do perigo e a forma de os alcançar (Sanchez-Guisandez et al., 2002). Simuladores do comportamento e expansão do fogo na paisagem, dos quais o FARSITE (Finney, 1998) merece destaque, dotam este processo de decisão de uma apreciável capacidade analítica, permitindo comparar alternativas de intervenção que diferem quanto ao(s) tratamento(s) e padrão espacial.”.

- “A gestão de combustíveis deve incidir então em áreas estratégicas, procurando um compromisso entre a minimização da área intervencionada e a criação de padrões espaciais que dificultem a expansão de um incêndio e alterem o seu comportamento (Finney & Cohen, 2003).”.
- “Entretanto, e para a situação mais simples (alternância de dois “estados” de combustibilidade), é possível examinar o impacto que a intervenção numa determinada fracção do território tem na propagação de um incêndio (Finney, 2001; 2003). O autor considera que intervenções estratégicas em cerca de 20% da área total são satisfatórias, e salienta que seria necessário triplicar a área tratada para obter o mesmo efeito com padrões aleatórios, um resultado que não diverge da aplicação de modelos de percolação (Bever et al., 2004; Loehle, 2004).”.
- “O estabelecimento de faixas corta-fogo deve igualmente reger-se por princípios estratégicos (Graham et al., 2004). A presença de barreiras naturais ou artificiais, a existência de acessos, os terrenos relativamente planos em situação de cumeada, e as formações florestais com árvores de porte razoável são favoráveis à instalação prioritária (Weatherspoon & Skinner, 1996).”.
- “Em alternativa a um tratamento espacialmente mais exaustivo, uma rede de corta-fogos é teoricamente compensatória comparativamente a intervenções aleatórias em área e que cubram igual proporção da paisagem: a ocupação de 10% da área total traduz-se numa redução da área ardida 12 vezes superior (Loehle, 2004). As limitações da estratégia de isolamento que anteriormente referimos tornam esta estimativa muito optimista, sendo então recomendável que as redes de corta-fogos se utilizem como base para a expansão gradual em área das intervenções de redução/modificação do combustível (Agee et al., 2000; Weatherspoon & Skinner, 1996).”.

Página 11: Relativamente à frase “A gestão de combustível e a manutenção do mosaico de habitats estão também associadas à promoção do regime silvo-pastoril, (...)” chama-se a atenção para o referido no trabalho de Aguiar, C. & Pinto, B., 2007. Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In Silva, J. Sande Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum. Lisboa: Jornal Público, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Protecção da Natureza, concretamente:

- “A pastorícia de percurso com fogo foi a causa maior do retrocesso do coberto florestal herdado da primeira metade do Holocénico no território continental português. Como escrevia Vieira Natividade, “a floresta é o refúgio dos animais selvagens que dizimavam rebanhos ou destruíam culturas”. A floresta é também um habitat onde o controlo do gado em pastoreio é difícil e a produtividade e a palatibilidade das plantas que servem de alimento aos animais domésticos é baixa. As plantas mais nutritivas e apetecidas pelos animais precisam de sol, são heliófilas, e por essa razão dificilmente convivem com as árvores. Na gestão neolítica da vegetação para o pastoreio, o fogo consumia as árvores e os arbustos, abria clareiras propícias à vegetação pratense e as cinzas das plantas calcinadas serviam de fertilizante. A herbivoria dos animais domésticos estabilizava a vegetação herbácea vivaz e atrasava a restauração dos arbustos e das árvores. No passado, como hoje, os herbívoros domésticos eram incapazes de travar o retorno e a dominância das plantas lenhosas. Por isso, o uso reiterado [do] fogo, em ciclos de recorrência cada vez mais curtos, tornou-se inevitável.”.
- “A pastorícia com fogo foi o grande instrumento de “domesticação” das florestas. Mais de 7500 anos de fogo reiterado e de herbivoria, num território de clima mediterrânico, com uma estação seca superior a dois meses, de relevo movimentado (11% do território continental português situa-se acima dos 700 m de altitude) e de solos delgados e pouco férteis, derivados de rochas ácidas pobres em nutrientes, tiveram um efeito devastador nos bosques.”.

Página 12: Nas “Terras do lince” tem também de existir habitat adequado para esta espécie. Segundo o Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, que aprovou o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP 2015-2020), afirma-se que:

“Os principais fatores de ameaça que afetam a espécie são:

- Perda e fragmentação do habitat;
- Alterações permanentes do uso do solo;
- Redução das populações de coelho -bravo;
- Reduzida diversidade genética do lince-ibérico;
- Vulnerabilidade do lince -ibérico a fatores estocásticos;
- Desarticulação de algumas medidas de política com incidência territorial;
- Perda de conectividade espacial da paisagem (p. e.: por infraestruturas);
- Atropelamentos;
- Práticas ilegais de captura e abate;
- Patologias que afetam o lince-ibérico.”.

“Os requisitos ecológicos do lince-ibérico podem resumir-se da seguinte forma:

- O seu habitat potencial tem condições adequadas de alimento e água, disponíveis ao longo do ano, vegetação adequada para abrigo/reprodução e tranquilidade;
- Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico;
- Nos seus territórios, durante a época de reprodução, a densidade de coelho-bravo é superior a 2 indivíduos/ha;
- A conectividade entre os diferentes núcleos é fundamental para a dinâmica da espécie.”.

“Os objetivos específicos a alcançar durante o período de implementação do PACLIP são:

- 1 — Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico;
- 2 — Conservar a população de lince-ibérico.”.

Página 21: Relativamente à diretriz de planeamento “Manter ou constituir áreas de mosaico de áreas abertas com florestas e matagais, gerido por animais em sistema rotacional de pastoreio de percurso, em conformidade com o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30 (estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 de 16 de junho) e assegurando a gestão da biomassa.” ver o referido sobre a herbivoria/o pastoreio acima.

Página 22: Relativamente às “Diretrizes de Gestão” considera-se que deve ser acrescentada a seguinte diretriz “Promover as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico”.

Página 24: Onde se lê “Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) da ZEC da Malcata” deve ler-se “Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) da ZEC da Malcata e da ZPE da Serra da Malcata”.

Página 31: Onde se lê “Renaturalização com o lince-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;” deve ler-se “Conservação das condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico e renaturalização deste ecossistema com o lince-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;”.

Página 31: Tendo em atenção o referido na ficha do lince-ibérico do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (“Em épocas e regiões de menor abundância de coelho, esta presa é secundada por outras como roedores, cervídeos,

anatídeos e lebre (Beltrán & Delibe, 1991, Castro 1992, Sarmento et al. 1997).”) a ação “Aumento da população de corço tendo em vista a alimentação do lobo-ibérico;” também deverá beneficiar o lince-ibérico.

Página 31: Onde se lê “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo e castanheiro);” deve ler-se “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo, sobreiro e castanheiro);”.

Página 31: Relativamente à ação “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata (carvalho-negral, azinheira, amieiro, freixo e castanheiro);” chama-se a atenção para a problemática da doença da tinta – causada pelos oomicetes *Phytophthora cinnamomi* (o mais frequente) e *Phytophthora cambivora* – e a necessidade de utilizar plantas resistentes a esta doença.

Página 31: Onde se lê “Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial);” deve ler-se “Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial);”.

Página 31: Relativamente às ações “Reforço das galerias ripícolas sobretudo nas zonas montantes dos cursos de água, para garantir a estabilidade dos leitos e das margens e a proteção da rede hídrica aos riscos de poluição por químicos e/ou em resultado de incêndios rurais;” e “Promoção da continuidade das galerias ripícolas ao longo dos cursos de água e em particular junto a áreas agrícolas;” devem unicamente ser utilizadas espécies autóctones das linhas de água onde se pretendem realizar estes trabalhos. Chama-se igualmente a atenção para a problemática do grupo de oomicetes *Phytophthora xalni* que já afeta o amieiro na região Centro (<https://www.cabi.org/isc/datasheet/40948>).

Página 31: Onde se lê “Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras, implementando faixas vegetais de filtragem.” deve ler-se “Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras, implementando faixas vegetais de filtragem à base de espécies autóctones.”.

Página 32: Relativamente à «gestão de fogos rurais» gostaria de se chamar a atenção para o referido no prefácio de «Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção” (Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva)», concretamente: “Porém, se excluirmos os matos, as áreas que mais ardem são as de pinhal. Não ardem exactamente por serem pinho, mas porque ocupam zonas onde o clima, a topografia e o enquadramento humano, mais propiciam os grandes incêndios: por exemplo, as montanhas do Centro e Norte do país. (...) Mas a floresta portuguesa não se resume ao pinhal. Os montados, onde são economicamente viáveis, ardem menos, mercê de uma gestão mais cuidada e medidas preventivas. Já o declínio e o crescente abandono poderão vulnerabilizá-los. O eucaliptal, mesmo quando bem gerido, é muitas vezes pasto das chamas por estar rodeado de áreas mais susceptíveis aos incêndios, como os matos e os pinhais. Não vale a pena pensar que acabando a floresta de produção deixará de haver fogos. O que mais arde é o mato: 60% da área ardida na última década do século XX e 44% da área ardida nos primeiros 5 anos do século XXI. Mesmo que inviabilizada a economia da floresta de produção, os incêndios rurais continuarão a ser uma ameaça ao território povoado.”.

Página 32: Relativamente à «re-introdução do lince-ibérico» gostaria de se chamar a atenção para o facto de ser necessário garantir a existência de habitat para esta espécie – porque não se consegue conservar uma espécie se não se conservar o seu habitat.

Página 32: Relativamente à «conservação de habitats protegidos» deve também ser acrescentada a PTZPE0007 – Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata.

Página 32: Relativamente à «gestão do regime de fogo» salienta-se o referido na tese de mestrado de João Carlos Verde (2008) “Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal” afirma-se que “A ocorrência de um incêndio está condicionada, entre outros aspectos, à existência de combustível e, embora existam vários tipos de ocupação do solo capazes de manter um fogo activo, alguns são especialmente eficazes, apesar de não serem os mais presentes no país. As florestas de folhosas (...) são entre a ocupação do solo mais abundante, mas não se revelam tão favoráveis ao fogo quanto, por exemplo, as pastagens naturais (...) ou os matos (...), apesar de estes terem menor representação espacial. Também as áreas classificadas como rocha nua (...), de vegetação esparsa (...) ou áreas ardidas (...) são bastante favoráveis ao fogo, apesar da pouca expressão territorial.”.

Página 32: Relativamente ao parágrafo «O PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho) prevê o uso de fogo controlado em 4 habitats (4030, 5330, 6220* e 6410), da ZEC da Malcata, e há conhecimento consolidado na aplicação desta técnica em povoamentos de pinheiro, sendo ainda aplicável em carvalhais. Esta complementaridade permitiria proteger de forma mais efetiva os valores ecológicos e económicos mais vulneráveis ao fogo ou a mudanças de regime que promovam a prevalência de fogos extremos, que removam o legado biológico necessário à resiliência dos ecossistemas.» é fundamental salientar o seguinte:

“Regimes do fogo e biodiversidade: respostas dos ecossistemas e alternativas de gestão” (Paul H. Zedler e Francisco Castro Rego in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal)”:

- “A biodiversidade é geralmente definida como abrangendo todos os níveis de variação biológica, desde o nível molecular até aos padrões espaciais observados numa paisagem ou a uma escala continental (Huston, 1994; Loreau et al., 2002). Neste texto usaremos uma definição mais restrita, baseada na riqueza e abundância relativa em espécies (e.g., Hubbell, 2001).”.
- “Uma vez que os incêndios de vegetação constituem perturbações tão profundas, as regiões propensas à ocorrência de fogos apresentam comunidades biológicas que evoluíram com o fogo ou que, pelo menos, são formadas por espécies já previamente adaptadas para sobreviver ao fogo e explorar as oportunidades ecológicas que aquele apresenta (e.g. Trabaud, 1982). Para os ecossistemas destas regiões, os fogos que se enquadrem nos valores históricos de recorrência temporal, intensidade, época e extensão, não se configuram como catástrofes biológicas, tal como o não serão as temperaturas gélidas do Inverno perante uma vegetação adaptada ao frio. Todavia, fogos cujas características não se enquadrem nos intervalos de valores históricos dos parâmetros de regime do fogo podem destabilizar sistemas historicamente resilientes¹ ao fogo e, deste modo, gerarem efeitos negativos na biodiversidade (D’Antonio & Vitousek, 1992; Folke et al., 2004; Hobbs & Huenneke, 1992; Holling & Meffe, 1996; Zedler et al., 1983).”.
- “O número de espécies não é a única variável de interesse. Outro conjunto de problemas centra-se nas alterações no tipo ou fisionomia dos ecossistemas. Uma floresta e a vegetação herbácea que a venha a substituir, caso a primeira arda repetidas vezes, difeririam em muitos aspectos funcionais, mesmo que a biodiversidade de ambas não divergisse muito. Deste modo, sob um ponto de vista prático, o papel do fogo é importante quer no que diz respeito aos seus efeitos na biodiversidade, quer no controlo da abundância relativa dos diferentes tipos funcionais de plantas.”.

Franklin, J., Cromack Jr., K., Denison, W., McKee, A., Maser, C., Sedell, J., Swanson, F. & Juday, G. (1981. Ecological Characteristics of Old-Growth Douglas-Fir Forests. United States Department of Agriculture):

¹ Resiliência: capacidade de uma comunidade vegetal, ou ecossistema, manter ou readquirir um funcionamento e desenvolvimento normal após a ocorrência de uma perturbação (N. E.)

- “Attributes of forest ecosystems are composition, function, and structure. Composition refers primarily to the array of plant and animal species present in an ecosystem. We also considered dominance an element of composition; that is, shifts in abundance as well as presence or absence of species. Function refers to how various ecological processes, such as production of organic matter and cycling of nutrients (through pathways and compartments), are accomplished and the rates at which they occur. It is well known that, as ecosystems develop or age, the relative size of various compartments, complexity of pathways, and transfer rates change (Odum 1971). Increased complexity in routing dead organic material (development of a system based on detritus) is one characteristic example of a functional change with succession. We considered types and rates of ecological processes as functional features of an ecosystem. Structure refers to the spatial arrangement of various components of the ecosystem, such as heights of various canopy levels and spacing of trees.”.

Fogo no Jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal. (Stephen J. Pyne in Incêndios Florestais em Portugal - Caracterização, Impactes e Prevenção (Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva):

- “O que escapa a esta perspectiva, contudo, é que o fogo não é exclusivamente uma ferramenta social mas também um processo ecológico. Numa paisagem, o processo de substituição do fogo livre por combustão circunscrita não se compara à substituição de uma vela por uma lâmpada. Assemelha-se mais ao desaparecimento de espécies ou à alteração do regime de chuvas. Os seus efeitos podem repercutir-se ao longo de toda a comunidade ecológica. O desaparecimento do fogo pode ser, do ponto de vista da ecologia, tão importante como a sua introdução.”.

Página 39: Relativamente ao objetivo estratégico “Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas” – e considerando a Linha de Ação (Temas e Ações relevantes) «reintrodução do lince-ibérico» considera-se que deve existir um indicador específico para esta Linha de Ação que contribua para a monitorização e avaliação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Tendo em atenção o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP 2015-2020) – em que um dos objetivos específicos é “Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico;” e um dos requisitos ecológicos é “Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico;” – sugere-se como Indicador «Área de bosque mediterrâneo e matagal» (ha), Tipo “Output”, Periodicidade “Trienal”, Responsabilidade “Fórum Intersetorial”.

Relatório do programa:

Verifica-se ao longo de todo o documento que a terminologia, conceitos e vocábulos utilizados não se coaduna com o comumente utilizado, neste sector, quer na praxis, quer na relação com outras entidades do SGIFR, ou vertida na legislação mais recente, eg. "Cabeceiras" vs "Cumeadas".

No PRGP não é proposto um cronograma faseado de tarefas a cumprir até ao cenário intermédio 2030 e final 2050.

Para o cumprimento dos objetivos não é considerado a rede de defesa da floresta já instalada; A maior parte da estratégia passa por gestão de combustíveis da atual ocupação do solo, fomentada a silvo pastorícia em áreas de mosaico floresta-pastagem-mato, através de incentivos especificamente direcionados e 4776 ha de povoamentos de pinhal com baixa aptidão produtiva a serem convertidos em áreas de sobreiro ou SAF de sobreiro; O PRGP contempla o recurso à técnica de fogo controlado em cerca de 5% (2865 ha) do território.

Através das unidades de paisagem (G47, G49 e G50), foram identificadas quatro unidades de Gestão da paisagem (UGP 1A, UGP 1B, UGP 2 e UGP 3) caracterizadas tendo em conta as principais características, tais como morfologia do terreno, bacias e sub-bacias hidrográficas, geologia, solos, ocupação do solo, habitats, ordenamento do território (agrícola e florestal), regime do fogo, programas setoriais, estrutura de povoamento e elementos turísticos de destaque.

Na parte II – Desenho da paisagem, o capítulo dos valores biofísicos e naturais, a litologia, solos, altimetria, declives e exposições, cursos de água, bacias e sub-bacias hidrográficas, áreas classificadas e habitats protegidos, foram alvo de uma caracterização detalhada, apresentando as suas características e localização na área do PRGP SM.

A valia económica e social de produtos, culturas e funções foi também caracterizada fornecendo dados relevantes do ponto de vista estatístico. Os dados recolhidos do valor da produção agrícola padrão não discrimina uma orientação clara, quer seja animal, vegetal ou mista. Relativamente à componente florestal, o pinhal-bravo, outros carvalhos e matos foram as classes da COS 2018 que apresentaram maiores percentagens de representatividade na área do PRGP, bem como a castanha como produção não lenhosa. No turismo e cultura, foram salientados os percursos pedestres como a GR22 - Grande Rota das Aldeias Históricas, pequenos percursos nos diferentes concelhos como o PR6 – Rota dos Casteleiros, mas também áreas balneares como a Zona Balnear do Meimão. Associado ao turismo de natureza foi também identificado como medidas de valorização do potencial turístico da área do PRGP, criando valia económica para os agentes económicos locais e população, o património histórico e cultural, como as Aldeias históricas e diversos Castelos.

O PRGP SM identifica 3 serviços de ecossistemas no sentido lato - serviços de aprovisionamento, serviços de regulação e manutenção e serviços culturais. No quadro 8, não é referido o sequestro de carbono enquadrado, no serviço de regulação climática, posteriormente no documento.

A proposta de estratégia para o desenho da paisagem non PRGP SM assenta na integração de várias camadas fundamentais no ordenamento do território, tais como: macro estruturas da paisagem (corredores secos, os corredores húmidos; principais vias de comunicação - incluindo as redes primárias de gestão de combustível, macro sistemas de paisagem (sistema ripícolas, floresta de proteção, planos de água, sistema florestal de conservação, mosaico agrícola, entre outros); elementos singulares da paisagem e, por último, as AIGP (existentes e a constituir).

No esquema metodológico, para o desenho da paisagem, encontra-se estabelecido que 29% da área sem alteração de uso ou gestão, constituído maioritariamente pelos polígonos com classificação da COS 2018, por ordem de macro classe, Territórios artificializados, Agricultura, Pastagem, Florestas de eucalipto, Espaços descobertos ou com pouca vegetação e Massas de água superficiais (exceto polígonos que não se encontrem classificados nos Regimes de Gestão do Fogo), ficando os restantes 71% da área sujeita a transformação do desenho da paisagem. Do ponto de vista, estratégico, e considerando que a percentagem de floresta de eucalipto apresentada é reduzida, e não carecer de definição de estratégia individualizada, parece ser aceitável a definição de não gestão nestas áreas.

Ainda, no desenho da paisagem, salienta-se a definição de duas componentes: a definição de Regimes de transição e a definição de Estratos de referência da paisagem atual (ERPA), que se relacionam. No que se refere aos regimes de transição, destaca-se a definição de 6 regimes de transição: O regime silvo-pastoril (RSP); Regime de manutenção do mosaico de áreas abertas (RMN); O regime de gestão do habitat de coelho-bravo (GCC); Regime de gestão da população de corço (GPC); conservação de habitats protegidos (CHC); Áreas estratégicas

de gestão de combustível (RGF). Assim, de uma forma geral, a configuração da metodologia adotada parece ser adequada ao objetivo do PRGP SM.

A conjugação entre os regimes de transição e a definição dos ERPAS foi apresentada com base em 3 cenários, passivo, positiva (adotado) e o cenário ideal.

O conjunto de medidas adotadas no cenário de transição positivo reúne medidas como a reconversão de pinhal com baixa aptidão produtiva em áreas de sobreiro ou SAF de sobreiro; gestão de combustíveis em áreas estratégicas; a fomentação da silvopastorícia em áreas de mosaico floresta-pastagem-mato; em áreas de matos e mosaico de floresta com matos é fomentada a utilização do fogo controlado como ferramenta de gestão; a integração do habitat do coelho-bravo nas áreas de matagal, mosaicos florestais e áreas florestais de aptidão baixa; nas áreas de ZIF e das AIGP é fomentada regime de apoios ao investimento florestal inclui apoios ao investimento e à manutenção pelo período de 20 anos, bem como a compensação de custos de oportunidade e a remuneração dos serviços dos ecossistemas; As intervenções e gestão nas áreas classificadas e protegidas segue o prescrito no Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata e de acordo com o Plano de Gestão da ZEC Malcata. O cenário apresentado reúne, o que se considera, ser o conjunto essencial de medidas necessárias para uma dinamização e gestão do território e adequado ao objetivo do PRGP SM.

Elencam-se um conjunto de reflexões a ter em conta:

Página 18: Onde se lê “Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens (ZPE)” deve ler-se “Zona de Proteção Especial (ZPE) da Serra da Malcata”.

Página 18: Onde se lê “Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Malcata” deve ler-se “Zona Especial de Conservação (ZEC) da Malcata”.

Página 22: O Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata não é um Programa Sectorial mas um Plano Especial de Ordenamento do Território.

Página 23: Onde se lê “Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação da Malcata (PTCON0004)” deve ler-se “Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação da Malcata (PTCON0004) e da “Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata (PTZPE0007)”.

Página 41: *Lynx pardinus* deve ser estrito em itálico.

Página 70: Onde se lê “Valorização a atividade pecuária (...)” deve ler-se Valorização da atividade pecuária (...)”.

Página 71: Relativamente à ação “Renaturalização com o lince-ibérico, desenvolvendo programas estratégicos desta espécie-bandeira para a identidade ambiental e turística de toda a região;” volta-se a salientar que não se consegue conservar uma espécie se não se preservar o seu habitat.

Como referido no sítio da internet Half-Earth Project (<https://www.half-earthproject.org/discover-half-earth/#why-half>) “The crucial factor in the life and death of species is the amount of suitable habitat left to them. As defined by the theory of island biogeography, a change in area of a habitat results in a change in the sustainable number of species by approximately the fourth root. As reserves grow in size, the diversity of life surviving within them also grows. As reserves are reduced in area, the diversity within them declines to a mathematically predictable degree swiftly – often immediately and, for a large fraction, forever.

When 90% of habitat is removed, the number of species that can persist sustainably will descend to about a half. Such is the actual condition of many of the most species-rich localities around the world. In these places, if 10% of the remaining natural habitat were then also removed, most or all of the surviving resident species would disappear.

If, on the other hand, we protect half the global surface, the fraction of species protected will be 85%, or more. At one-half and above, life on Earth enters the safe zone.”.

Em face do exposto considera-se que “Renaturalização com o linze-ibérico, desenvolvendo programas estratégicos desta espécie-bandeira para a identidade ambiental e turística de toda a região;” deve ser substituído por “Conservação das condições do ecossistema adequadas ao linze-ibérico e renaturalização deste ecossistema com o linze-ibérico através do desenvolvimento de programas estratégicos para esta espécie-bandeira;”.

Página 71: Relativamente à ação “Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones nas áreas circundantes à Serra da Malcata, apostando em espécies como o carvalho-negral, a azinheira, o amieiro ou o freixo, bem como o castanheiro;” chama-se a atenção para o seguinte:

- O castanheiro não é uma espécie nativa de Portugal Continental, parecendo ser, segundo a Flora Iberica (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf) originário dos Balcãs, da Ásia Menor e do Cáucaso.
- É necessário acautelar a questão da doença da tinta causada por fungos do género *Phytophthora* – *Phytophthora cinnamomi* (mais frequentemente) e *Phytophthora cambivora* – e a necessidade de utilizar plantas resistentes a esta doença. *Phytophthora cinnamomi* é considerada pela Global invasive species database (<http://www.iucngisd.org/gisd/speciesname/Phytophthora+cinnamomi>) como uma das 100 piores espécies invasoras a nível mundial que ataca cerca de 900 espécies lenhosas (“*Phytophthora cinnamomi* is one among the most destructive species of *Phytophthora* associated to the decline of forestry, ornamental and fruit species, as well as of some 900 other woody perennial plant species (Ferraris et al. 2004).”), entre elas a azinheira e o sobreiro (“A study (Moreira & Martins, 2005) undertaken during 1995-98, surveyed cork and holm oak stands in four different regions of Portugal (Trás-os-Montes, Alentejo, Ribatejo and Algarve) for the presence of *P. cinnamomi*. Tree decline severity, sudden death and site characteristics were assessed in varied conditions. Analysis of the survey results indicated: that 56% of surveyed flora were infected with the pathogen; the flora belonged mainly to the following families Ericaceae, Cistaceae and Leguminosae; recovery of the pathogen was more frequent in shallow soils; soils with low fertility and low mineral nutrient levels, particularly phosphorus, seemed to favour infection and sites facing south showed higher occurrence of *P. cinnamomi*, which was also more frequent in slopes and valleys than on hilltops.”).

Página 72: Considerado que “infestante” é definida no sítio Plantas Invasoras de Portugal como “Espécie nativa ou exótica que não é desejada por interferir com objetivos determinados pelo Homem (sistemas agrícolas ou outros), causando geralmente prejuízos económicos.” (<https://www.invasoras.pt/pt/gloss%C3%A1rio/infestante>) e “espécie invasora” é definida como “Espécie exótica, que se expande natural e rapidamente (sem a intervenção direta do Homem), frequentemente em habitats naturais ou semi-naturais, produzindo alterações significativas ao nível da composição, estrutura ou processos dos ecossistemas, chegando inclusivamente a eliminar outras espécies.” deve acrescentar-se ao “Controlo das espécies infestantes;” as espécies invasoras, ou seja, onde se lê “Controlo das espécies infestantes;” deve ler-se “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras;”.

Página 87: Onde se lê “RN2K” deve ler-se “RN2000”.

Página 109: Relativamente à utilização do fogo em carvalhais, bem como nos habitats para a qual a técnica é sugerida no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – 4030, 5330, 6220* e 6410 – chama-se a atenção para o referido nas fichas dos habitat:

- 4030: “A extensa área de ocupação actual de alguns dos subtipos do habitat 4030 (4030pt2, 4030pt3 e 4030pt4) em Portugal deve-se à abundância de rochas ácidas, à precipitação elevada e, sobretudo, à imposição antrópica milenar de regimes de perturbação pelo fogo muito curtos que caracterizam uma boa parte do território português.”.

- 5330: “Os matos altos, genericamente, estão associados a níveis de perturbação relativamente baixos porém sempre superiores aos exigidos pelos bosques. A persistência dos matos baixos calcícolas de Rosmarinetea (subtipo 5330pt7), pelo contrário, depende de níveis elevados de perturbação pelo fogo e pela herbivoria de mamíferos.”. Para os Piornais de Retama sphaerocarpa (habitat 5330pt2) o fogo é apontado como uma ameaça; para os Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos (habitat 5330pt5) refere-se que “Matagais densos dominados geralmente por carrasco [Quercus coccifera subsp. coccifera] constituídos maioritariamente por arbustos pirófilos paleo-mediterânicos esclerófilos, adaptados a ciclos de recorrência de fogo não muito curtos [superiores aos matos baixos e inferiores aos bosques], com a capacidade de rebentar de toija após perturbação (sprouters).”.
- 6220: Para os Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas altas (habitat 6220pt3) e os Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas (habitat 6220pt4) afirma-se que “O efeito da perturbação pelo fogo depende, genericamente, da profundidade do solo:
 - a perturbação pelo fogo é tanto mais favorável quanto mais profundo for o solo;
 - em solos delgados e/ou muito susceptíveis à erosão, os ciclos curtos de recorrência favorecem a sua substituição por prados anuais (Helianthemetea).”.
- 6410: Para os Juncais acidófilos de J. acutiflorus, J. conglomeratus e/ou Juncus effusus (habitat 6410pt2) salienta-se que “(...) o fogo tem também um efeito favorável na redução do grau de cobertura das espécies arbustivas e arbóreas mas o impacte do seu uso a longo prazo não está avaliado;”.
- Carvalhais (habitat 9230): A área de ocupação está “(...) actualmente em expansão por efeito do abandono agrícola e dos fogos florestais em áreas de pinhal;”. Para os Carvalhais estremos de Quercus pyrenaica (habitat 9230pt2) afirma-se que “Os carvalhais estremos de Q. pyrenaica portugueses, devido ao efeito do fogo e a uma exploração secular para madeira e pasto, são invariavelmente pré-climáticos (...)”, sendo o fogo apontado como uma ameaça.

Página 113: Onde se lê “Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro” deve ler-se “Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.

Página 113: Considerando que se pretende a existência de uma população reprodutora, de onde é que provêm o valor de 15000 ha? Segundo o Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, que publica o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico (*Lynx pardinus*) em Portugal, “O lince-ibérico é uma espécie territorial predominantemente solitária e só durante a época de cio os adultos têm encontros mais longos. Como base de trabalho tem-se admitido uma área territorial para fêmeas de 6,25 km² [625 ha], ocupando os machos uma área correspondente a 3 [18,75 km² - 1875 ha] ou 4 [25,00 km² - 2500 ha] territórios de fêmeas, sujeitas a flutuações em função da estação e das características do habitat, particularmente a abundância de coelho-bravo.”.

Na ficha desta espécie constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 refere-se que a população reprodutora de Doñana é constituída por 30-35 exemplares, dos quais 3-5 fêmeas são reprodutoras. Considerando que metade dos 30-35 exemplares são machos – 15 a 17 indivíduos – e os restantes são fêmeas – 15 a 18 indivíduos – isto implica 28125 ha (281,25 km²) a 42500 ha (425 km²) para os machos e mais 9375 ha (93,75 km²) a 11250 ha (112,50 km²) para as fêmeas.

Chama-se igualmente a atenção para o seguinte: “O lince-ibérico utiliza preferencialmente estruturas em mosaico, seleccionando bosques, matagais e matos densos para abrigo e reprodução, alternando com biótopos abertos para captura de presas (Palomares et al. 1991). Um resultado comum a vários estudos é o facto do lince-ibérico evitar habitats artificializados, nomeadamente plantações florestais de exóticas e extensos campos agrícolas, podendo utilizar estas zonas na fase de dispersão (Palomares 2001, Palomares et al. 2001).”.

Página 115: *Capreolus capreolus* deve ser escrito em itálico.

Página 115: Na ficha do linco-ibérico constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 refere-se que “Em épocas e regiões de menor abundância de coelho, esta presa é secundada por outras como roedores, cervídeos, anatídeos e lebre (Beltrán & Delibe, 1991, Castro 1992, Sarmiento et al. 1997).”.

Página 130: Relativamente à frase “Quanto aos planos setoriais em vigor, destacam-se pela sua importância e expressão na área do programa, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNMSM), o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal e o Plano Setorial da Rede Natura 2000 da ZEC da Malcata.” Chama-se a atenção para o facto da ZPE da Serra da Malcata também estar contemplada no Plano Setorial da Rede Natura 2000.

Página 130: Relativamente à frase “No Quadro 6 do Anexo I do presente documento, é apresentada a avaliação da compatibilidade entre as orientações de gestão do PSRN 2000 para a ZEC da Malcata e o Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SM.” alerta-se para a necessidade de avaliar a compatibilidade entre as orientações de gestão do PSRN 2000 para a ZPE da Serra da Malcata e o Desenho da Paisagem Proposto para a área do PRGP SM.

Página 130: Relativamente à frase “Neste sentido, foi efetuada no ponto anterior a análise da compatibilidade entre as principais linhas de ação preconizadas pelo PRGP SM e o conteúdo normativo dos IGT, em particular do PSRN2000 da ZEC da Malcata, do PORNMSM, do POAS e dos PDM dos concelhos integrados na área do mesmo, tendo-se verificado uma conformidade global entre os regimes estabelecidos.” falta a ZPE da Serra da Malcata.

Página 130: O último parágrafo deve ser complementado com o referido:

- na alínea a) do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o Programa de Transformação da Paisagem: “Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, conforme o anexo I à presente resolução e da qual faz parte integrante;”.
- no Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho: “O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) corresponde a um instrumento que, através do desenho da paisagem e tendo os territórios da floresta como pilar, criará o suporte para ordenar o território através da paisagem, revitalizar atividades e fomentar novos potenciais, a partir dos recursos endógenos presentes e do incremento da multifuncionalidade, impulsionando as atividades económicas diretas e complementares relevantes e com valor na requalificação e gestão desses territórios. Para além da valorização dos produtos da floresta, silvopastorícia, caça e pesca, da agricultura e do fomento das atividades de turismo, lazer e recreação baseados nos recursos e valores locais, pretende-se suportar o modelo de transformação da paisagem, na valorização dos serviços dos ecossistemas prestados por estes territórios, designadamente a biodiversidade e o solo vivo, a infiltração da água e a salvaguarda da sua quantidade e qualidade, o sumidouro de carbono, e dos valores culturais.”.

Página 133: Refira-se que é ZEC da Malcata (PTCON0004) e ZPE da Serra da Malcata (PTZPE0007).

Página 136: Relativamente à «reintrodução do linco-ibérico» considera-se que o objetivo deve ser o estabelecimento de uma população reprodutora desta espécie por forma a tentar garantir a sua manutenção no tempo. Deve também tentar garantir-se a conectividade deste núcleo com os núcleos vizinhos conforme referido no Despacho n.º 8726/2015, de 07 de agosto, “A conectividade entre os diferentes núcleos é fundamental para a dinâmica da espécie.”.

Página 137: Considera-se que se deve chamar a atenção para o referido no artigo “Fogo no Jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal” (Stephen J. Pyne in Incêndios Florestais em Portugal -

Caracterização, Impactes e Prevenção”. Editores: João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva):

- “A base natural dos regimes de incêndio é a alternância da chuva e da seca. Um local tem que ser suficientemente húmido para criar combustível e suficientemente seco para que este possa arder. Um clima mediterrânico poderá, pois, constar no dicionário como definição de ambiente propício aos incêndios. Em cada ano passa por um ciclo de Inverno chuvoso e Verão seco, frequentemente flagelado pelo ritmo mais rude da seca. Quase sempre existe combustível em abundância – combustível esse a que apenas falta uma faísca na altura certa para irromper em chamas.
- Aqui, no entanto, a explicação climática é insuficiente dado que nos climas mediterrânicos os relâmpagos não abundam. Ocorrem trovoadas, até mesmo trovoadas secas e, ocasionalmente, os relâmpagos fustigam a terra, mas são acontecimentos raros. Estas regiões onde os incêndios são frequentes, ardem porque desde há muitos milénios que as pessoas ateiaram o fogo. Normalmente os organismos destes locais são resistentes a pressões de todo o tipo: seca, solos pobres e predação para além do fogo. São versáteis, adaptáveis e resistentes. Podem assumir muitas formas, tais como bosques, montados ou pastagens, dependendo do tipo de pressões que enfrentam.”.
- “É difícil imaginar para a Europa outra macro-estratégia que não seja a do Fogo Controlado. Não existirão grandes áreas de paisagens bravias nem tão pouco a queima manterá o fogo circunscrito. A paisagem europeia é essencialmente uma paisagem cultural, elaborada durante milénios. Também é invulgarmente estável. Tal como a madeira petrificada, substituindo lenhina por sílica, a Europa repetidas vezes substituiu um bioma domesticado por outro, como quem deita continuamente vinho novo em garrafas velhas. Em tal contexto, só uma versão moderna de Fogo Controlado terá, provavelmente, possibilidades de êxito. Isto significa, contudo, passar de uma paisagem forjada na economia agrícola para uma paisagem alternativa, baseada numa economia de serviços. Alguns locais poderão vir a ser rentáveis, e.g. algumas florestas de produção. Outros talvez sejam subsidiados em nome da protecção da natureza. Mas os grandes espaços exigirão a presença de pessoas para manipular tanto o combustível como a chama. Por razões de legado ecológico, a Europa precisará de fogo, mas provavelmente só o aceitará num contexto de “cultivo” próximo.
- Não se sabe em que se transformará essa paisagem. Não é crível que no Jardim europeu se cultivem apenas géneros alimentares ou matérias-primas industriais. Uma União Europeia alargada não se pode dar a esse luxo, para além de que contraria os acordos do comércio mundial. Pelo contrário, a paisagem europeia terá também como finalidade actividades de recreio, de contemplação e existirá por motivos estéticos, de conhecimento científico e como herança geracional. As velhas práticas terão que se adaptar às modernas tecnologias e os subsídios às colheitas deverão dar lugar a subsídios para criar outros tipos de paisagem. Mas a mudança deverá ser feita de forma a que a Europa reconstitua o seu Jardim. Ao fazê-lo, irá redefinir e circunscrever os seus fogos.
- Historicamente, as piores deflagrações de fogo selvagem ocorreram durante períodos de mudança, por entre a agitação que deixou o Jardim descuidado e os fogos por controlar. Os campos foram abandonados e deixados a acumular matéria vegetal combustível e os fogos devastaram montes e vales. À medida que a Europa for redesenhando a sua paisagem colectiva, não poderá confundir períodos de transição com situações permanentes, nem momentos de crise, durante os quais é necessário recorrer à eliminação, com uma estratégia de gestão do fogo. O fogo continuará no Jardim, mas será um fogo bem distinto num jardim muito diferente.”.

Página 159: Relativamente à frase “Contudo é uma aposta estratégica para esta área desenvolver iniciativas e projetos que criem as condições para promover a reintrodução do linceibérico na serra da Malcata, através da promoção de territórios com uma combinação de mosaicos.” chama-se a atenção para alguns assuntos referidos no Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLI 2015-2020), concretamente: a) “Os

principais fatores de ameaça que afetam a espécie são: i) Perda e fragmentação do habitat; ii) Alterações permanentes do uso do solo;”; “Os requisitos ecológicos do lince-ibérico podem resumir-se da seguinte forma: Mais de 50 a 60 % do coberto vegetal dos seus territórios é composto por bosque mediterrâneo e matagal, estando presente uma quantidade significativa de orlas entre pastagens e matagal, formando uma estrutura em mosaico;”; “Os objetivos específicos a alcançar durante o período de implementação do PACLIP são: 1 — Conservar as condições do ecossistema adequadas ao lince-ibérico;”.

Página 159: Relativamente à frase “Em linha com a reconversão florestal está a necessidade de manter ou até expandir áreas de floresta autóctone nas áreas circundantes à Serra, apostando em espécies como o carvalho negral, amieiro, freixo ou o castanheiro.” alerta-se que o castanheiro não é uma espécie autóctone de Portugal Continental (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).

Devem também ser considerados os comentários efetuados aquando da análise do Sumário Executivo.

Relatório de Diagnóstico Prospetivo:

Página 34: Salienta-se que o castanheiro não é uma espécie autóctone de Portugal Continental (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).

Página 34: A Zona de Proteção Especial integrada na área de intervenção do PRGP SM designa-se por Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata (PTZPE0007).

Página 35: Onde se lê “Além da ZEC, a serra da Malcata está ainda integrada (...)” deve ler-se “Além da ZEC e da ZPE, a serra da Malcata está ainda integrada (...)”.

Página 35: Segundo o Artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 28/99 de 30 de novembro, “A Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata é reclassificada como Reserva Natural da Serra da Malcata, adiante denominada por Reserva Natural.”.

Página 36: Refira-se que o Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Malcata foi classificado como Zona Especial de Conservação através do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.

Página 37: As associações fitossociológicas, as séries de vegetação e os nomes científicos devem ser escritos em itálico.

Página 38: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.

Página 38: Onde se lê “ZEC da Serra da Malcata” deve ler-se “ZEC da Malcata”.

Página 41: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.

Página 79: Segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.) o habitat preferencial de coelho-bravo “(...) são as áreas mistas, do tipo mosaico, com abrigo (matos e bosques temperados) e zonas abertas (pastagens naturais e artificiais, terrenos agrícolas).”.

Página 81: Segundo o sítio da internet «Rewilding Europe – 10 Years» “[Rewilding is about: Nature’s own ways. Nature knows best when it comes to survival and self-governance. We can give it a helping hand by creating the right conditions – by removing dykes and dams to free up rivers, by reducing active management of wildlife populations, by allowing natural forest regeneration, and by reintroducing species that have disappeared as a result of man’s actions. Then we should step back and let nature manage itself.](#)”.

Página 91: Relativamente à ação prática “Reconversão em zonas com baixa aptidão para a espécie de acordo com o PROF, para sistemas silvopastoris à base de sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas”, considera-se

que devem ser privilegiadas as espécies arbóreas nativas existentes no território da PRGP da Serra da Malcata por estarem melhor adaptadas às características ambientais existentes.

Página 91: Relativamente à ação prática “Valorização de ecossistemas naturais - Floresta autóctone - Valorização pelos serviços ecossistémicos e aproveitamento da biomassa” e considerando que a PRGP da Serra da Malcata se localiza em território caracterizado pela presença de bosques climatófilos de carvalho-negral e de sobreiro, como referido na página 37 deste documento, chama-se a atenção para o referido no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, concretamente:

- Habitat 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*:
 - “Distribuição e Abundância: Área de ocupação: a) no passado muito extensa; b) fortemente reduzida por acção antrópica; c) actualmente em expansão por abandono; d) não existem carvalhais maduros de *Q. pyrenaica*.”.
 - “Objectivos de Conservação: Desenvolvimento de bosque climácico, submetido a um regime de perturbação natural, em 10 % da área de ocupação. Este objectivo deve constituir um dos objectivos fundamentais da política de conservação da natureza em Portugal.
 - “Orientações de gestão: Orientações genéricas: inclusão dos carvalhais em ambiente “rural” em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas [turismo, ecoturismo, valor paisagístico];”.
 - “Orientações de gestão: Desenvolvimento de bosques climácicos: a) aquisição pelo Estado de áreas de carvalho que possam amadurecer e, no longo prazo, integrar padrões de perturbação natural; b) promover a inclusão das situações melhor conservadas deste habitat em redes de reservas integrais a criar, com planos de gestão fortemente restritivos à actividade humana; uma reserva, por associação fitossociológica, deve ter uma área mínima de 200 ha [pese embora as dificuldades teórico-práticas do conceito de “Área Dinâmica Mínima” e a pouca informação sobre a sua aplicação aos bosques objecto desta ficha]; c) o ónus da reconstrução de bosques climácicos deve ter o apoio do Estado; d) contratualização da gestão com os proprietários.”.
- Habitat 9330 - Florestas de *Quercus suber*:
 - “Distribuição e Abundância: Apesar de existirem maciços arbóreos mais densos, os bosquetes climácicos bem conservados de sobreiro são extremamente raros. Como tal têm um enorme valor de conservação.”.
 - “Objectivos de Conservação: a) Incremento da área de ocupação, em pelo menos 10%. b) Melhoria do estado de conservação.”.
 - “Orientações de gestão: Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar.”.
 - “Orientações de gestão: os sobreirais em ambiente “rural” devem ser incluídos em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas (turismo, ecoturismo, valor paisagístico).”.

Em face do exposto considera-se que a ação prática “Valorização de ecossistemas naturais - Floresta autóctone - Valorização pelos serviços ecossistémicos e aproveitamento da biomassa” deveria deixar cair a componente “(...) e aproveitamento da biomassa”.

Relatório Ambiental:

No âmbito da elaboração do relatório ambiental foram apresentados os fatores críticos para a decisão (FCD), que se resumem aos seguintes: resiliência ao fogo, valorização do território, serviços dos ecossistemas e governança territorial.

No quadro de avaliação dos FCD foram indicados os critérios, indicadores (designação, formulação, aplicação – fase de planeamento e fase de seguimento) e metas para cada FCD.

A informação apresentada é abrangente às especificidades do território e parece ser adequado ao objetivo do PRGP SM.

Elencam-se um conjunto de apreciações a ter em conta:

Página 16: Considera-se que a frase “O PRGP SM constitui um instrumento que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e da severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência.” Está demasiado focada nos incêndios rurais.

Página 20: Os nomes científicos devem ser escritos em itálico.

Página 23: A Portaria n.º 55/2019, de 19 de fevereiro, retificada pela com a Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, foi alvo de alteração através da Portaria n.º 18/2022, Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro.

Página 33: Considera-se que deve ser incluída a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030 no Quadro 7.

Página 33: Considera-se que deve ser incluído o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD; Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro) no Quadro 7.

Página 42: Relativamente ao critério «Alterações Climáticas» chama-se a atenção para o seguinte:

<https://ec.europa.eu/research-and-innovation/en/horizon-magazine/nature-and-climate-crises-two-sides-same-coin>: “‘With biodiversity loss, we not only lose nature, we lose some of our best defences against climate change,’ said Myron Peck, who leads the Department of Coastal Systems at the Royal Netherlands Institute for Sea Research (NIOZ). ‘Our oceans, forests, peat bogs, and wetlands all act as natural carbon sinks, absorbing harmful carbon from the atmosphere.’

It’s clear that it’s impossible to address biodiversity loss without tackling climate change, and equally impossible to tackle climate change without addressing biodiversity loss. This is acknowledged in the new [EU Adaptation Strategy](#) in February 2021.

‘We are living in a world where everything is interconnected,’ said Elisa Furlan, an environmental scientist at Italy’s Centro Euro-Mediterraneo sui Cambiamenti Climatici. ‘Climate-related and human-made hazards have become increasingly systemic, the result of the complex and dynamic interactions happening among human, economic, political, and natural systems.’

Because of this interconnectedness, we’re essentially left with a vicious circle where the increasing temperatures and extreme weather brought on by climate change causes biodiversity changes and loss of ecosystem services, which subsequently leads to more climate change, which causes more biodiversity loss, and so on.

How do we stop this downward spiral?

According to the [World Wildlife Fund](#), nature-based solutions harness the power of nature to address climate change. Common examples include restoring and protecting forests and wetlands, bringing nature into urban settings, restoring coastal areas, and implementing best practices in sustainable agriculture. Not only do these

solutions prevent biodiversity loss they also build resilience against a future of rising sea-levels, desertification, extreme flooding and wildfires.”.

<https://ec.europa.eu/research-and-innovation/en/horizon-magazine/climate-change-and-biodiversity-loss-should-be-tackled-together>: “The situation is critical as more and more countries in Europe and around the world are already feeling the impacts of climate change – from longer periods of drought to more and fiercer storms, heat waves and wildfires. These threats are directly linked to a second challenge: biodiversity loss and ecosystem degradation. (...)”

In a two-way process, climate change is one of the main drivers of biodiversity loss, but destruction of ecosystems undermines nature’s ability to regulate greenhouse gas (GHG) emissions and protect against extreme weather, thus accelerating climate change and increasing vulnerability to it. This explains why the two crises must be tackled together with holistic policies that address both issues simultaneously and not in silos.

Halting and reversing the loss of biodiversity and ecosystem services is now a top priority for the EU, next to climate action. Its response includes the [Biodiversity strategy for 2030](#), which aims to take better care of nature so it can take better care of us. The strategy forms a core part of the [European Green Deal](#), our blueprint to make Europe the first climate neutral continent by 2050 and a pathway towards a green and inclusive recovery from the Covid-19 pandemic.”.

Página 56: Considerando que se pretende proceder à reintrodução do lince-ibérico – e que se não consegue conservar uma espécie se não se salvaguardar o seu habitat – salienta-se o referido no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.) relativamente ao habitat de *Lynx pardinus*: “O lince-ibérico seleciona bosque, matagais e matos densos de características mediterrânicas (Palomares et al. 1991, Beltrán et al. 1992, Castro 1994, Monteiro 1998, Palma et al., 1999, utilizando preferencialmente estruturas em mosaico, com biótopos fechados para abrigo e outros abertos para capturar presas (Rodríguez & Delibes 1992). Uma área com linces residentes caracteriza-se, em geral, por uma cobertura arbustiva superior a 40% e uma proporção de matagal entre 60 e 70% do habitat disponível (Palomares 2001). Os linces parecem evitar habitats artificializados, nomeadamente plantações florestais e campos agrícolas extensos, mas estes habitats podem ser utilizados na fase de dispersão (Palomares 2001).”.

O mesmo também se aplica ao abutre-preto conforme se pode constatar no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral, M.J. (coord.); J. Almeida, P.R. Almeida, T. Delliger, N. Ferrand de Almeida, M.E. Oliveira, J.M. Palmeirim, A.I. Queirós, L. Rogado, M. Santos-Reis (eds.) (2005). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.): “O habitat de nidificação da espécie em Portugal é formado por terrenos ondulados relativamente remotos, revestidos por matagais arborizados, normalmente com azinho *Quercus rotundifolia* ou sobreiro *Q. suber*, enquanto que o habitat de alimentação se compõe de zonas vastas de cerealicultura e pastoreio extensivos e, ainda, zonas de mato não muito denso.”.

Página 58: O castanheiro não é uma espécie nativa de Portugal Continental (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf).

Página 60: Relativamente aos «afloramentos rochosos incluindo rocha nua e vegetação esparsa (3 323,10 ha)» salienta-se o referido na tese de mestrado de João Caros Verde (2008) “Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal”, concretamente que “A ocorrência de um incêndio está condicionada, entre outros aspectos, à existência de combustível e, embora existam vários tipos de ocupação do solo capazes de manter um fogo activo, alguns são especialmente eficazes, apesar de não serem os mais presentes no país. As florestas de folhosas (...) são entre a ocupação do solo mais abundante, mas não se revelam tão favoráveis ao fogo quanto, por exemplo, as pastagens naturais (...) ou os matos (...), apesar de estes terem menor representação espacial. Também as áreas classificadas como rocha nua (...), de vegetação esparsa (...) ou áreas ardidas (...) são bastante favoráveis ao fogo, apesar da pouca expressão territorial.”.

Página 73: Onde se lê “(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;” deve ler-se “(...) à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;”.

Página 93: Relativamente à dinâmica socioeconómica salienta-se o referido no documento preparado para a Comissão Europeia “The vital role of Nature-Based Solutions in a Nature Positive Economy” (2022. Siobhan MCQUAID and Esmee KOIJMAN, Daniela RIZZI, Thomas ANDERSSON, Joanne SCHANTÉ), concretamente:

- “Our livelihoods, well-being, and our chance to meet the challenge of global warming all depend on nature. Nature provides all sorts of essential services to humanity: clean air and water, food, and pollination, it sustains tourism and leisure activities, it contributes to mental and physical health and delivers many other functions.

Nature, in many instances, is also the most effective insurance policy – protecting us from floods, landslides, fires or extreme heat. The tragic natural disasters that have hit Europe and the world in the summer of 2021 have all been a stark reminder of how much we need this protection. Natural capital stocks per capita have declined by nearly 40% between 1992 and 2014 and one million plant and animal species now face extinction. All this while roughly half of the world’s GDP is moderately or highly dependent on nature and societies and economies depend on healthy ecosystems.

This is a serious threat to our present and future welfare and calls for development away from a fossil-fuel based economy towards a regenerative economy based on biological resources that is more respectful of nature. At the centre of this paradigm shift are Nature-Based Solutions (NBS). They are increasingly recognised internationally as a fundamental part of action for climate and biodiversity.”.

- “Business as usual is destroying and degrading ecosystems which are the basis for our societies and economies. But alternatives require a fundamental shift away from current practices, which do not adequately account for the impact of business on nature, to new approaches where the value of nature and its contribution to society and the economy are recognised and form the basis of future economic development strategies. A paradigm shift is needed towards a nature-positive, carbon neutral and equitable economy.

The objective of this report is to highlight the vital role of Nature-Based Solutions (NBS) in this shift towards a nature-positive economy and to raise awareness of the increasingly important role of Nature-Based Enterprises (NBE) in delivering NBS. The UNEA Resolution on Nature-Based Solutions for supporting sustainable development defines NBS as actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems, which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services and resilience and biodiversity benefits. The resolution further states that nature-based solutions respect social and environmental safeguards.

Nature-Based Enterprises (NBEs) are private or third sector organisations that place nature at the core of their business. Driven by environmental and societal goals, the success of such enterprises is of high importance to realise the potential of NBS and contribute to addressing the twin climate change and biodiversity crises we face. Urgent action is needed to support the start-up and scaling of NBEs to increase their environmental and societal impact, in parallel with a significant increase in investment in NBS.”.

- “NBE are defined as enterprises that use nature either directly or indirectly. Nature may be used directly by growing, harnessing, harvesting, or restoring natural resources in a sustainable way and/or indirectly by contributing to the planning, delivery or stewardship of NBS. NBEs contribute to biodiversity net gain.”.
- “The UNEP State of Finance for Nature report (2021) estimates that current investment in NBS globally is approximately \$133 billion annually. However, to meet climate change, biodiversity and land

degradation targets, the UNEP calls for a tripling of investment by 2030 and a quadrupling of investment in NBS by 2050. Economic justification for increased investment in nature is provided by the World Economic Forum (2020) which quantifies that over half of the global GDP, \$44 trillion, is potentially threatened by nature loss while the transition to a nature-positive economy could create 395 million jobs by 2030.”.

- “Research identifies 11 categories of economic activity where private or third sector actors are delivering NBS (...): Ecosystem creation, restoration and management (Sub-categories: Ecological & landscape restoration; Ecosystem conservation and management; Biodiversity conservation; Reforestation; Marine and freshwater ecosystem conservation and management); NBS for green buildings (Sub-categories: Living green roofs and façades; Living green wall indoor; Living green walls outdoor); NBS for public and urban spaces (Sub-categories: Green areas, parks and gardens; Green infrastructure; Green space management; Urban forestry; Urban regeneration projects); NBS for water management and treatment (Sub-categories: Natural flood & surface water management; Urban green and blue infrastructure; Urban water management; Wastewater management); Sustainable agriculture & food production (Sub-categories: Agroforestry; Beekeeping; Horticulture; Plant and soil improvement; Regenerative farming); Sustainable forestry and biomaterials (Sub-categories: Sustainable forestry; Biomaterials for construction; Biomaterials for food preservation); Sustainable tourism and health & wellbeing (Sub-categories: NBS for health & wellbeing; Agritourism; Eco-tourism and nature-based tourism; Forestry tourism); Advisory services (Sub-categories: Biodiversity and ecosystems; Urban greening design & planning; Landscape architecture; Water management; Community engagement for NBS); Education, research & innovation activities (Sub-categories: Ecological research; Environmental awareness & education; Research & innovation projects; Vocational & skills training); Financial services (Sub-categories: Carbon offsetting; Investment for biodiversity and conservation; Natural capital accounting); Smart technology, monitoring and assessment of NBS (Sub-categories: Smart technology solutions for NBS; Environmental monitoring; Spatial tools for environment).”.
- “A key differentiating feature of NBS is their potential to simultaneously generate a multitude of benefits, while promoting and safeguarding biodiversity remains at the centre of a nature-based approach. The large-scale investment in NBS needed for transitioning to a nature-positive economy must carefully balance the vast potential to harness nature for economic development and job creation with equal respect for the voice of communities, culture, and traditions and above all, lead to the restoration of natural resources and biodiversity.”.
- “The International Union for Conservation of Nature (IUCN) was first to use the NBS term in the early 2000s, identifying that actions to protect, manage and restore nature could simultaneously generate wider benefits for human well-being and biodiversity (Eggermont et al. 2015; Cohen-Shacham et al., 2016; IUCN, 2020). Over the last decade increasing evidence has emerged of the potential of Nature-Based Solutions (NBS) to tackle some of our most urgent environmental and societal challenges such as emission reduction, climate adaptation and mitigation, air and water quality pollution, biodiversity loss, but also providing cost-effective solutions for public health, food security and even social cohesion.”.
- “The European Union considers NBS as an opportunity to foster innovation and competitiveness, both in domestic and international markets (European Commission, 2015). In its Biodiversity Strategy for 2030, the European Commission (2021) states that industry and business have an impact on nature, but are also key in developing innovations, partnerships, and expertise for tackling biodiversity loss and restoring ecosystems. The European Union has called on cities with over 20,000 inhabitants to develop Urban Greening Plans for example. NBS are key to innovation for economic or societal needs that rely on nature, and the uptake of NBS leads to business and employment opportunities in a wide variety of sectors.”.

Página 110: Onde se lê “(...) com sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas;” deve ler-se “(...) com sobreiros, outros carvalhos autóctones e zonas abertas;”.

Página 110: Onde se lê “Preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das galerias ripícolas, nomeadamente com outras folhosas” deve ler-se “Preservação e valorização das linhas de água e da vegetação das galerias ripícolas, nomeadamente com as espécies autóctones”.

Página 112: Onde se lê “(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;” deve ler-se “(...) à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;”.

Página 116: Onde se lê “Controlo das espécies infestantes” deve ler-se “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras”.

Página 116: Onde se lê “Preservação e valorização da vegetação existente nas zonas envolventes às albufeiras” deve ler-se “Preservação e valorização da vegetação natural existente nas zonas envolventes às albufeiras”.

Página 120: Relativamente à frase “Este abandono contribuiu para o aumento da vulnerabilidade dos territórios aos fogos rurais e a problemas ambientais crescentes, tais como a expansão de espécies exóticas invasoras, a erosão e perda de solo, a redução das áreas florestais com espécies autóctones ou a perda de biodiversidade, dada a incapacidade dos proprietários destes territórios em obterem rendimentos que lhes permitissem assegurar uma adequada gestão florestal.”, concretamente a ideia de que o abandono contribui para a perda de biodiversidade (que não é bem assim) tem-se a salientar o seguinte:

- IPBES (2019), Global assessment report of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, Brondizio, E. S., Settele, J., Diaz, S., Ngo, H. T. (eds). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 1144 pages. ISBN: 978-3-947851-20-1:
 - “Nature across most of the globe has now been significantly altered by multiple human drivers, with the great majority of indicators of ecosystems and biodiversity showing rapid decline. Seventy-five per cent of the land surface is significantly altered, 66 per cent of the ocean area is experiencing increasing cumulative impacts, and over 85 per cent of wetlands (area) has been lost. While the rate of forest loss has slowed globally since 2000, this is distributed unequally.”.
 - “Human actions threaten more species with global extinction now than ever before. An average of around 25 per cent of species in assessed animal and plant groups are threatened (...), suggesting that around 1 million species already face extinction, many within decades, unless action is taken to reduce the intensity of drivers of biodiversity loss. Without such action, there will be a further acceleration in the global rate of species extinction, which is already at least tens to hundreds of times higher than it has averaged over the past 10 million years (...).”.
 - “Biological communities are becoming more similar to each other in both managed and unmanaged systems within and across regions. This human-caused process leads to losses of local biodiversity, including endemic species, ecosystem functions and nature’s contributions to people.”.
 - “Climate change is a direct driver that is increasingly exacerbating the impact of other drivers on nature and human well-being. Humans are estimated to have caused an observed warming of approximately 1.0°C by 2017 relative to pre-industrial levels, with average temperatures over the past 30 years rising by 0.2°C per decade. The frequency and intensity of extreme weather events, and the fires, floods and droughts that they can bring, have increased in the past 50 years, while the global average sea level has risen by between 16 and 21 cm since 1900, and at a rate of more than 3 mm per year over the past two decades. These changes have contributed to widespread impacts in many aspects of biodiversity, including species distribution, phenology, population dynamics, community structure and ecosystem function.

According to observational evidence, the effects are accelerating in marine, terrestrial and freshwater ecosystems and are already impacting agriculture, aquaculture, fisheries and nature's contributions to people. The compounding effects of drivers such as climate change, land-/sea-use change, overexploitation of resources, pollution and invasive alien species are likely to exacerbate the negative impacts on nature, as seen in different ecosystems including coral reefs, the Arctic systems and savannas.”.

- “Economic incentives have generally favoured expanding economic activity, and often environmental harm, over conservation or restoration. Incorporating the consideration of the multiple values of ecosystem functions and of nature's contributions to people into economic incentives has, in the economy, been shown to permit better ecological, economic and social outcomes.”.
- The Sixth Extinction - an unnatural history (2014. Elizabeth Colbert):
 - “The study of invasives is often said to have begun with Charles Elton, a British biologist who published his seminal work, *The Ecology of Invasions by Animals and Plants*, in 1958. To explain the apparently paradoxical effects of moving species around, Elton used the analogy of a set of glass tanks. Imagine that each of the tanks is filled with a different solution of chemicals. Then imagine every tank connected to its neighbors by long, narrow tubes. If the taps to the tubes were left open for just a minute each day, the solutions would slowly start to diffuse. The chemicals would recombine. Some new compounds would form and some of the original compounds would drop out. "It might take quite a long time before the whole system came into equilibrium," Elton wrote. Eventually, though, all of the tanks would hold the same solution. The variety would have been eliminated, which was just what could be expected to happen by bringing long-isolated plants and animals into contact.”.
 - “One of the striking characteristics of the Anthropocene is the hash it's made of the principles of geographic distribution. If highways, clear-cuts, and soybean plantations create islands where none before existed, global trade and global travel do the reverse: they deny even the remotest islands their remoteness. The process of remixing the world's flora and fauna, which began slowly, along the routes of early human migration, has, in recent decades, accelerated to the point where in some parts of the world, non-native plants now outnumber native ones. During any given twenty-four hour period, it is estimated that ten thousand different species are being moved around the world just as ballast water. Thus a single supertanker (or, for that matter, a jet passenger) can undo millions of years of geographic separation. Anthony Ricciardi, a specialist in introduced species at McGill University, has dubbed the current reshuffling of the earth's biota a "mass invasion event." It is, he has written, "without precedent" in the planet's history." (...) [and is] reassembling the world into one enormous supercontinent - what biologists sometimes refer to as the New Pangaea.”.
 - “Since Elton's day, ecologists have tried to quantify the effects of total global homogenization by means of a thought experiment. The experiment starts with the compression of all the world's landmasses into a single megacontinent. The species-area relationship is then used to estimate how much variety such a landmass would support. The difference between this figure and the diversity of the world as it actually is represents the loss implied by complete interconnectedness. In the case of terrestrial mammals, the difference is sixty-six percent, which is to say that a single-continent world would be expected to contain only about a third as many mammalian species as currently exist. For land birds, it's just under fifty percent, meaning such a world would contain half as many bird species as the present one.”.

- Barnosky, A. D., Matzke, N., Tomiya, S., Wogan, G. O. U., Swartz, B., Quental, T. B., Marshall, C., McGuire, J. L., Lindsey, E. L., Maguire, K. C., Mersey, B., & Ferrer, E. A. (2011). Has the Earth's sixth mass extinction already arrived? *Nature*. <https://doi.org/10.1038/nature09678>:
 - “Increasingly, scientists are recognizing modern extinctions of species^{6,7} and populations^{8,9}. Documented numbers are likely to be serious underestimates, because most species have not yet been formally described^{10,11}. Such observations suggest that humans are now causing the sixth mass extinction^{10,12–17}, through co-opting resources, fragmenting habitats, introducing non-native species, spreading pathogens, killing species directly, and changing global climate^{10,12–20}. If so, recovery of biodiversity will not occur on any timeframe meaningful to people: evolution of new species typically takes at least hundreds of thousands of years^{21,22}, and recovery from mass extinction episodes probably occurs on timescales encompassing millions of years^{5,23}.”
 - Although there are many definitions of mass extinction and gradations of extinction intensity^{4,5}, here we take a conservative approach to assessing the seriousness of the ongoing extinction crisis, by setting a high bar for recognizing mass extinction, that is, the extreme diversity loss that characterized the very unusual Big Five (Table 1). We find that the Earth could reach that extreme within just a few centuries if current threats to many species are not alleviated.”.
 - “Thus, mass extinction, in the conservative palaeontological sense, is when extinction rates accelerate relative to origination rates such that over 75% of species disappear within a geologically short interval—typically less than 2 million years, in some cases much less (see Table 1).”.
 - “Landmark studies^{12,14–17} that highlighted a modern extinction crisis estimated current rates of extinction to be orders of magnitude higher than the background rate (Table 2).”.
 - “Existing ecosystems are the legacy of a biotic turnover initiated by the onset of glacial–interglacial cycles that began 2.6 million years ago, and evolved primarily in the absence of *Homo sapiens*. Today, rapidly changing atmospheric conditions and warming above typical interglacial temperatures as CO₂ levels continue to rise, habitat fragmentation, pollution, overfishing and overhunting, invasive species and pathogens (like chytrid fungus), and expanding human biomass^{6,7,18,20} are all more extreme ecological stressors than most living species have previously experienced. Without concerted mitigation efforts, such stressors will accelerate in the future and thus intensify extinction^{7,20}, especially given the feedbacks between individual stressors⁵⁶.”.
 - “(...) there are clear indications that losing species now in the ‘critically endangered’ category would propel the world to a state of mass extinction that has previously been seen only five times in about 540 million years. Additional losses of species in the ‘endangered’ and ‘vulnerable’ categories could accomplish the sixth mass extinction in just a few centuries. It may be of particular concern that this extinction trajectory would play out under conditions that resemble the ‘perfect storm’ that coincided with past mass extinctions: multiple, atypical high-intensity ecological stressors, including rapid, unusual climate change and highly elevated atmospheric CO₂.”.
- McKinney, Michael L., and Julie L. Lockwood. Biotic Homogenization: A Few Winners Replacing Many Losers in the next Mass Extinction. Vol. 14. 11, 1999.
 - “Biotic homogenization is an increasingly common phrase used in discussions of the modern biodiversity crisis^{1–5}. Although rarely precisely defined, homogenization generally refers to the replacement of local biotas with nonindigenous species, usually introduced by humans. Because homogenization often replaces unique endemic species with already widespread species, it reduces spatial diversity.”.
 - “This same process is now occurring on a global scale as a result of two influences: environmental modification and transportation of exotic species^{3,4,10}. Environmental modification promotes the

loss of local endemic species that cannot tolerate human activities. Meanwhile, increasing global transport promotes the spread of non-indigenous species^{4,10,11}. Although many of these non-indigenous species thrive in disturbed environments, some also invade, and thus homogenize, relatively undisturbed natural areas¹⁰.”.

- “The projected rise in species extinctions^{5,12} and species introductions¹⁰ will almost certainly increase homogenization at continental scales as well. As Brown¹³ stated, ‘geographically restricted native species with sensitive requirements will continue to have high extinction rates while those widespread broadly tolerant forms that can live with humans, and benefit from their activities, will spread and become increasingly dominant’.”.
- “A compilation of observed declines at many spatial scales and as a result of many types of human activities (Table 1) supports the suggestion that many species (usually >50%) are adversely affected by human activities, but are not yet listed¹⁴.”.
- “As in past extinctions, species with broad diets and tolerances, rapid dispersal and high reproduction seem to occur disproportionately among winners. This implies that ecological homogenization might also occur because many ecological specialists are replaced by the same widespread and broadly adapted ecological generalists. The result would be fewer and simpler ecosystems in our newly homogenized biosphere. The ultimate degree of homogenization, if unchecked, will probably exceed even that seen in the largest past mass extinctions. This is because humans transport many species to isolated, distant areas that they would never have reached on their own, even if the earth were re-assembled into a single supercontinent⁹.”.

Página 121: Onde se lê “(...) à base de sobreiros, outros carvalhos e com zonas abertas;” deve ler-se “(...)à base de sobreiros, outros carvalhos autóctones e com zonas abertas;”.

Página 123: Onde se lê “Conservação de habitats” deve ler-se “Conservação de habitats e de espécies” uma vez que se pretende até reintroduzir o lince-ibérico *Lynx pardinus*.

Página 123: A Portaria n.º 55/2019, de 19 de fevereiro, retificada pela com a Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, foi alvo de alteração através da Portaria n.º 18/2022, Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro.

Página 136: Onde se lê “Regime Florestal Parcial que correspondem aos Baldios com um total de 1 703,32 ha;” deve ler-se Regime Florestal Parcial que correspondem ao Perímetro Florestal do Alto Côa com um total de 1 703,32 ha;”.

Página 137: Na Figura 21 deve substituir-se “Baldio” por “Alto Côa”.

Página 138: Onde se lê “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;” deve ler-se “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;”.

Página 139: O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro.

Página 153: Verificar a frase “A precipitação ocorre sobretudo entre outubro e maio, sendo a média total superior a 800mm. A média anual da humidade relativa do ar é de 77 mm, sendo a velocidade de 16,5 Km/h, com maior predominância nos quadrantes W e NW.”.

Página 156: Onde se lê “Controlo das espécies infestantes;” deve ler-se “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras;”.

Página 156: Onde se lê “Implementação das faixas vegetais de filtragem nas zonas envolventes às albufeiras.” deve ler-se “Implementação das faixas vegetais de filtragem à base de espécies nativas nas zonas envolventes às albufeiras.”.

Devem também ser considerados os comentários efetuados aquando da análise do Sumário Executivo e do Relatório de Diagnóstico Prospetivo

PARECER

Face ao exposto, de uma forma geral, os documentos apresentados reúnem condições para a emissão de parecer favorável condicionado, sob compromisso de serem atendidos, os aspetos supra apontados, no futuro desenvolvimentos do PRGP.

A Diretora Regional da Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Centro

Fátima Araújo Reis